

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM
REDE NACIONAL

HELDER DE LIMA FAVA

**INDICADORES NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DA PRODUÇÃO
ACADÊMICA À APLICAÇÃO**

DOURADOS – MS

2021

HELDER DE LIMA FAVA

**INDICADORES NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DA PRODUÇÃO
ACADÊMICA À APLICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal da Grande Dourados (PROFIAP/UFGD), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Renato Fabiano Cintra.

DOURADOS – MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F272i Fava, Helder de Lima

Indicadores na Gestão da Assistência Estudantil em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil: da Produção Acadêmica à Aplicação [recurso eletrônico] / Helder de Lima Fava. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Renato Fabiano Cintra.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Ensino Superior Federal. 2. Política Pública. 3. Assistência Estudantil. 4. PNAES. 5. Indicadores. I. Cintra, Renato Fabiano. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



UFGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADO POR **HELDER DE LIMA FAVA**, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às 14 horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "Indicadores na Gestão da Assistência Estudantil em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil: da Produção Acadêmica à Aplicação", apresentado pelo mestrando **Helder de Lima Fava**, do Programa de Pós-Graduação em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof. Dr. Renato Fabiano Cintra/UFGD (presidente/orientador), Prof. Dr. Esmael Almeida Machado/UEMS (membro titular - Externo), Prof. Dr. Leandro Sauer/UFMS (membro titular - PROFIAP rede) e Prof. Dr. Rosemar José Hall/UFGD (membro titular interno). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer o candidato e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado **APROVADO**, fazendo jus ao título de **MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. O presidente da banca abaixo-assinada atesta que os professores Esmael Almeida Machado, Leandro Sauer e Rosemar José Hall participaram de forma remota desta defesa de dissertação, conforme o § 3º do Art. 1º da Portaria RTR/UFGD n. 200, de 16/03/2020 e a Instrução Normativa PROPP/UFGD Nº 1, de 17/03/2020, considerando o candidato **APROVADO**, conforme declaração anexa. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados, 11 de agosto de 2021.

Prof. Dr. Renato Fabiano Cintra

Prof. Dr. Esmael Almeida Machado (participação remota)

Prof. Dr. Leandro Sauer (participação remota)

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: __/__/__, PELA PROPP/ UFGD.

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Assinatura e Carimbo

Prof. Dr. Rosemar José Hall (participação remota)

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: __/__/__, PELA PROPP/ UFGD.

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Assinatura e Carimbo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e força para percorrer todo este caminho de estudos.

À Universidade Federal da Grande Dourados, à direção da FACE e coordenação do programa PROFIAP/UFGD, incluindo os professores e técnicos que possibilitaram e oportunizaram momentos de aprendizado e conhecimento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Renato Fabiano Cintra, o qual tenho uma imensa admiração pela responsabilidade, comprometimento, paciência e atenção que tem dado em todos os projetos que estivemos envolvidos. Jamais me esquecerei das infundáveis dicas e da motivação a mim dispensados, mesmo quando muitas vezes nem eu acreditei no meu potencial. Você fez a diferença!

À minha família, que entendeu a necessidade que tive em alguns momentos estar longe do convívio social para que pudesse completar essa etapa.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em especial aos colegas de trabalho da Diretoria de Informática, que entendem a importância do aprimoramento dos estudos e capacitação de sua equipe.

Aos diversos amigos e colegas que motivaram os estudos e entenderam os momentos de ausência, em especial Bruno Capeiro Lopes, Carlos José Viana e Sidney Gomes Alves, os quais, desde os grupos de estudo para aprovação no processo seletivo, sempre estiveram fortalecendo uns aos outros, proporcionando momentos de conhecimento e tornando a caminhada mais simples de percorrer.

Aos colegas alunos do PROFIAP/UFGD, os quais pude compartilhar conhecimentos e dificuldades.

Aos membros da banca examinadora, que desde a qualificação, estiveram sempre dispostos a ajudar a construir e orientar uma pesquisa bem elaborada, trazendo importantes contribuições para o trabalho e para a vida de um modo geral.

Ao grupo de pesquisa em gestão pública da UFGD, que oportunizou momentos de crescimento profissional e acadêmico.

À amiga e psicóloga Carolina Bortolazo Lima, que sempre me acolheu e me motivou nos momentos em que mais precisei.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), constituindo um artefato jurídico do Governo Federal do Brasil que regulamenta as principais ações acerca da assistência estudantil no país. Não obstante, este documento apresenta ainda a necessidade que as instituições federais de ensino superior têm em fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação da referida política pública. Isso posto, este estudo objetiva-se a investigar a utilização de indicadores no âmbito da política de assistência estudantil, por meio de duas frentes de pesquisa: a primeira, a partir da análise da produção científica-acadêmica a respeito do assunto; e a segunda, na análise empírica acerca da existência de indicadores no processo de assistência estudantil nas 69 universidades federais do país. Metodologicamente, a pesquisa apresenta-se como qualitativa, exploratória, investigativa de revisão de literatura e descritiva. Os resultados da pesquisa demonstraram escassa publicação a respeito do uso de indicadores no âmbito da avaliação e monitoramento da assistência estudantil, além de identificar poucas instituições com estes artefatos nos processos que envolvem tal política. Com isso, o estudo apresenta uma proposta de indicadores de desempenho, utilizando o modelo da Cadeia de Valor e os 6Es do Desempenho[®], com vistas a apontar e identificar o caminho que as universidades federais e outras instituições de ensino superior podem percorrer para implantar ou aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da assistência estudantil. O processo de aprimoramento dos mecanismos de avaliação de políticas públicas configura-se como essencial para uma gestão pública cada vez mais eficiente e eficaz.

Palavras-chave: Ensino Superior Federal. Política Pública. Assistência Estudantil. PNAES. Indicadores.

ABSTRACT

Decree n°. 7,234, of July 19, 2010, provides for the National Student Assistance Program (PNAES), constituting a legal artifact of the Federal Government of Brazil that regulates the main actions on student assistance in the country. Nevertheless, this document also presents the need that federal higher education institutions have in establish mechanisms for monitoring and evaluating this public policy. In this sense, this study aims to investigate the use of indicators in the context of student assistance policy, through two research fronts: the first, from the analysis of scientific-academic production on the subject; and the second, based on an empirical analysis of the existence of indicators in the student assistance process in the 69 federal universities in the country. Methodologically, the research is presented as qualitative, exploratory, investigative literature review and descriptive. The research results showed that there are few records about this issue, in addition to identifying few institutions with these artifacts in the processes involving the referred public policy. Therefore, the study presents a proposal for performance indicators, using the Value Chain model and the 6Es of Performance®, with a view to pointing out and identifying the path that the federal universities and other high education institutions can take to implement or improve the monitoring mechanisms of the student assistance. The process of improving public policy assessment mechanisms is essential for an increasingly efficient and effective public management.

Keywords: Federal Higher Education. Public policy. Student Assistance. PNAES. Indicators.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de avaliação	27
Quadro 2 - Características e qualidades de um indicador	33
Quadro 3 - Os 6Es do Desempenho®	35
Quadro 4 - Elementos da Cadeia de Valor e questionamentos contributivos	35
Quadro 5 - Subdimensões do Desempenho®	36
Quadro 6 - Ponderação fixa do desempenho	37
Quadro 7 - Os dez passos para a construção de indicadores	38
Quadro 8 - Informações dos artigos selecionados	46
Quadro 9 - Informações detalhadas dos artigos selecionados	51
Quadro 10 - Resultado do questionário das IFES sobre a execução nas áreas do PNAES	56
Quadro 11 - Ações executadas por pecúnia e ações não financeiras de acordo das áreas do PNAES por IFES no Brasil	58
Quadro 12 - Outras ações de assistência estudantil nas IFES	62
Quadro 13 - Ações das IFES no âmbito da inclusão digital na pandemia do Covid-19	64
Quadro 14 - Referências de indicadores de AE nas IFES da Região Centro-Oeste.....	67
Quadro 15 - Referências de indicadores de AE nas IFES da Região Nordeste.....	69
Quadro 16 - Referências de indicadores de AE nas IFES da Região Norte.....	74
Quadro 17 - Referências de indicadores de AE nas IFES da Região Sudeste.....	76
Quadro 18 - Referências de indicadores de assistência estudantil nas IFES da Região Sul	81
Quadro 19 - Descrição dos indicadores/mecanismos das IFES respondentes.....	86
Quadro 20 – Passos para definição do indicador “Taxa de cobertura do PNAES”	91
Quadro 21 – Passos para definição do indicador “Evasão PNAES”	92
Quadro 22 – Passos para definição do indicador “Sucesso do estudante assistido”	93
Quadro 23 - Passos para definição do indicador “Tempo de espera para recebimento do auxílio”	93
Quadro 24 - Passos para definição do indicador “Velocidade média de conclusão de curso”.94	
Quadro 25 - Passos para definição do indicador “Satisfação do estudante assistido”	95
Quadro 26 – Passos para definição do indicador “Ticket médio por aluno assistido”	95
Quadro 27 - Proposta de indicadores no nível Micro para as IFES	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cadeia de valor e os seis Es do Desempenho®	36
Figura 2 - Etapas metodológicas usadas na pesquisa	42
Figura 3 - Processo de seleção e filtragem dos trabalhos	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de IFES por áreas do PNAES	61
Gráfico 2 - Quantidade de indicadores por semelhança	85
Gráfico 3 - O que deve ser medido como impacto no âmbito da AE.....	88
Gráfico 4 - O que deve ser medido como produto no âmbito da AE	88
Gráfico 5 - O que deve ser medido como processo no âmbito da AE.....	89
Gráfico 6 - Dificuldades encontradas/vivenciadas no processo de acompanhamento e avaliação do PNAES	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE – Assistência Estudantil
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BOLS – Nº de alunos da graduação bolsistas
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAV – Centro Acadêmico de Vitória
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEI – Centro de Educação Infantil
CF – Constituição Federal
CONSUNI – Conselho Universitário
CRA – Coeficiente de Rendimento Acadêmico
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
csv – *comma-separated values* (valores separados por vírgulas)
DAE – Departamento de Assistência ao Estudante
EAD – Educação à Distância
EDUCAMPO – Educação do Campo
EUA – Estados Unidos da América
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GB – *Gigabytes*
GRAD – Nº de alunos da graduação
IABBM – Nº de bolsas e auxílios de assistência estudantil existentes por alunos regulares da graduação
IAE – Indicador Acadêmico do Estudante
IAG – Indicador de Alcance Global
IBAOEIB – Índice do Total de Bolsas de Assistência Ofertadas por Total de Estudantes Inscritos para Bolsas de Assistências
IBE – Indicador de Bens do Estudante e de seu Núcleo Familiar
IC – Índice de classificação
ICF – Indicador da Composição Familiar do Estudante
IDE – Indicador de Despesas do Estudante
IDQ – Indicador de Demanda Qualificada
IEBAACEBA – Índice do Total de Estudantes com Bolsa de Assistência que obtiveram aprovação em seus Cursos por Total de Estudantes com Bolsas de Assistência
IEBACAEMC – Índice do total de estudantes com bolsa de assistência no ano no Campus Araguaia, Cuiabá, Rondonópolis, Sinop
IEBAEM – Índice de Estudantes com Bolsa de Assistência por Total de Estudantes Matriculados

IEBAEM – Índice de Estudantes com Bolsa de Assistência por Total de Estudantes Matriculados

IECAE – Índice de eventos culturais por total de atividades de extensão

IECBBAEMC – Índice do total de estudantes dos cursos de bacharelado com bolsa de assistência no ano em relação ao total de estudantes matriculados nos cursos no ano

IECH – Índice de Eficiência em Carga Horária

IECLBAEMC – Índice do total de estudantes dos cursos de licenciatura com bolsa de assistência no ano em relação ao total de estudantes matriculados nos cursos no ano

IEM – Indicador de Ensino Médio do Estudante

IEPL – Índice de Eficiência em Períodos Letivos

IES – Instituições de Educação Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFPE – Instituto Federal de Pernambuco

IFs – Institutos Federais de Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IQ – Indicadores de Qualidade

IRE – Indicador de Renda Familiar Per Capita do Estudante

ISE – Indicador de Saúde do Estudante e de seu Núcleo Familiar

IUNA – Indicador de Universalidade de Atendimentos

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

KPIs – *Key Performance Indicators*

MC – Média de Conclusão

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

ND – Não disponível

OECD – *Organisation for Economic Co-Operation and Development*

OLAP – *Online Analytical Processing*

PAENE – Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais

PAFE – Programa de Apoio Financeiro ao Estudante

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PES – Programa Estudante Saudável; permanência – Programa Permanência

PIN – Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROACCESS – Programa Incluir-Acessibilidade

PROAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROAP – Programa de Apoio Pedagógico

PROBOLSA – Programa de Bolsa Acadêmico-Permanência

PROMISSAES – Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RU – Restaurante Universitário
SAS – Serviço de Atenção Sócio Assistencial
SERVQUAL – *Service Quality*
SeTIC – Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação
SIG@ – Sistema de Informações e Gestão Acadêmica
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCU – Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TIM – Taxa de Integralização Média
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFAPÉ – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCA – Universidade Federal do Cariri
UFCat – Universidade Federal de Catalão
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFDFPar – Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ – Universidade Federal de Jataí
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEl – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFR – Universidade Federal de Rondonópolis
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB – Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VE – Vulnerabilidade Econômica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2. OBJETIVOS	19
1.2.1. Objetivo geral	19
1.2.2. Objetivos específicos.....	20
1.3. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	20
1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	22
2.2. A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	26
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: O PNAES.....	28
2.4. INDICADORES COMO INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30
2.4.1. Indicadores: definições e aplicações	30
2.4.2. O processo de construção de indicadores.....	33
2.4.2.1. O modelo de Cadeia de Valor e os 6Es do Desempenho®	34
2.4.2.2. Os dez passos para construção de indicadores de desempenho.....	37
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	40
3.2. PESQUISA TEÓRICA: “ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL” E “INDICADORES” ..	41
3.3. PESQUISA EMPÍRICA: EXISTÊNCIA DE MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES DO BRASIL	43
3.4. QUESTIONÁRIO ENVIADO ÀS IFES PARA CONSOLIDAR AS INFORMAÇÕES ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	44
4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: UM(?) PANORAMA TEÓRICO-EMPÍRICO	46
4.1. PESQUISA TEÓRICA: “ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL” E “INDICADORES” ..	46
4.2. PANORAMA EMPÍRICO: RETRATO DOS INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PNAES NAS IFES BRASILEIRAS	56
4.2.1. As dez áreas prioritárias do PNAES nas IFES.....	56
4.2.2. A INCLUSÃO DIGITAL E A PANDEMIA DO COVID-19	63
4.2.3. Indicadores de Assistência Estudantil nas IFES	66
4.2.4. Elementos do questionário para a construção de indicadores	87

4.3. DEFINIÇÃO DE INDICADORES PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	91
5. RECOMENDAÇÕES	97
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103
7. APÊNDICES.....	111
7.1. APÊNDICE A - Quantitativo de alunos da graduação e bolsistas, no período de 2010 a 2014	111
7.2. APÊNDICE B - Quantitativo de alunos da graduação e bolsistas, no período de 2015 a 2019	114
7.3. APÊNDICE C – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2010 a 2012	117
7.4. APÊNDICE D – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2013 a 2015	120
7.5. APÊNDICE E – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2016 a 2018	123
7.6. APÊNDICE F – Valores orçamentários para assistência estudantil no ano de 2019	126
7.7. APÊNDICE G – Questionário submetido às IFES.....	129
7.8. APÊNDICE H – Proposta de Questionário submetido aos estudantes assistidos ...	133
7.9. APÊNDICE I – Relatório Técnico.....	134

1. INTRODUÇÃO

A produção e o tratamento de informações possibilitam que se amplie o conhecimento acerca das políticas públicas, principalmente quando o Estado realiza a ampliação de sua capacidade em entregar bens e serviços à sociedade (BRASIL, 2012). Logo, os indicadores de gestão atuam como ferramentas que permitem acompanhar e revelar a situação atual dessas políticas (BRASIL, 2012).

Visualizados como um dos principais métodos para aferir o desenvolvimento das organizações (BASSI; SIMONETTO, 2017), os indicadores constituem uma temática crescente no Brasil. O debate tem sido profícuo no âmbito das atividades que envolvem o planejamento governamental e ciclo de formulação e avaliação das políticas públicas. As mudanças que a administração pública tem sofrido nos últimos anos, como a consolidação do planejamento plurianual (PPA), a melhoria dos controles administrativos, a reforma gerencial da gestão e o aprimoramento do controle do Estado brasileiro motivaram a referência aos indicadores (CARVALHO, 2019). Além disso, notam-se tendências de transparência na administração pública como formas de otimizar a utilização de recursos nas mais diversas áreas, principalmente as mais necessitadas, de modo a garantir um controle social por parte da população, com vistas de coibir e reduzir casos de corrupção e mau uso do dinheiro público (CARLOS *et al.*, 2008).

No âmbito das políticas públicas, a assistência estudantil no ensino superior merece destaque (SOUZA; CINTRA, 2020). As desigualdades de oportunidade nos processos de ingresso no ensino superior colocam em desvantagem pretos, pardos e pobres, com tendência ao agravamento nos períodos de estudos, o que ocasiona riscos de evasão para este grupo, cabendo ao poder público o atendimento de reivindicações das universidades e movimento estudantis, destinando recursos para amenizar essa situação (VARGAS, 2011).

A publicação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), atingiu o ponto máximo, até então, acerca do tema no país. Por meio dele, visualiza-se a forma de democratizar as ações de permanência, minimizar as desigualdades, reduzir as taxas de retenção e evasão, com o intuito de contribuir para a promoção da inclusão pela educação (BRASIL, 2010a). Este artefato jurídico prevê a fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa nas instituições federais de ensino superior (IFES), mas não formaliza quais seriam eles.

Assim, a discussão acerca do tema constitui-se de uma importante ferramenta para consolidação e melhoria de uma política de assistência estudantil (SOUZA; CINTRA, 2020). Não obstante, é preciso que esta discussão esteja realmente engajada com os fins a que se destina, afim de produzir resultados positivos e analisar o contexto social e político principalmente após a implantação do PNAES (DURAT, 2017; DUTRA; SANTOS, 2017).

É preciso que as estratégias neste âmbito de atuação estejam alinhadas para identificar os programas à permanência dos estudantes e fortalecer as IES (VELOSO; MACIEL, 2015). Destaca-se como uma estratégia a avaliação de políticas públicas, segundo uma exigência quanto à qualidade da gestão pública por parte da sociedade, que também tem se mostrado mais participativa nos processos governamentais, motivada pela transparência e eficiência dos recursos públicos que são utilizados nos mais diversos fins (CAPOBIANGO *et al.*, 2011).

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando o inciso II do parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o requisito de que as IFES devem fixar mecanismos de acompanhamento de avaliação do PNAES (BRASIL, 2010a), somado ao aperfeiçoamento das ações governamentais proposto pelas entidades públicas, ao considerar os indicadores como base instrumental aos processos de diagnóstico, elaboração, implementação, **monitoramento e avaliação** de Políticas Públicas (BRASIL, 2012 grifo nosso), esta pesquisa tenta responder o seguinte questionamento: Como tem sido a utilização e qual a importância dos indicadores no processo de monitoramento e acompanhamento de avaliação do PNAES nas IFES do Brasil?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

- Investigar a utilização de indicadores no acompanhamento e avaliação do PNAES nas 69 Universidades Federais do Brasil.

1.2.2. Objetivos específicos

- Compreender a discussão teórica e empírica acerca da utilização de indicadores no âmbito do PNAES;
- Propor um grupo de indicadores para o monitoramento e avaliação do PNAES no nível micro (universidade), como forma de subsidiar as ações para as IFES que não possuem algum mecanismo de avaliação ou aprimoramento das já existentes. Outras instituições de ensino superior também poderão utilizar-se dos artefatos produzidos para avaliar e acompanhar as ações relacionadas às políticas de assistência estudantil.

1.3. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A avaliação da política pública de assistência estudantil, além de atender o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, pode conduzir à continuação ou não da maneira como ela é implementada, à reestruturação de processos que não a comprometam ou até mesmo a sua extinção (SECCHI, 2013). A pesquisa em torno da avaliação de políticas públicas constitui-se de grande importância, pois representa fortalecimento nos arranjos institucionais da administração pública (CRUMPTON *et al.*, 2016). O interesse do governo no acompanhamento e avaliação das políticas públicas possui relação com elementos das ações públicas: eficiência, efetividade e *accountability*; estes componentes fornecem aos gestores informações sobre a qualidade das ações, além de serem subsídios à sociedade e ao poder legislativo (CUNHA, 2018).

Eloi (2018) apresenta este âmbito de pesquisa como uma limitação, além da impossibilidade de apurar dados sobre a assistência estudantil em termos de indicadores longitudinais. Os poucos estudos de casos acerca da assistência estudantil apontam para uma leitura de forma fragmentada sobre essa realidade, pois não se apresentam pesquisas nacionais ou regionais sobre o assunto (IMPERATORI, 2017), que é corroborada na revisão de literatura sobre assistência estudantil pós-decreto PNAES (SOUZA; CINTRA, 2020).

Para que a abordagem acerca da assistência estudantil preencha as lacunas existentes, é importante que as discussões acerca da permanência não sejam focadas apenas no ingresso ao ensino superior (SOUZA; CINTRA, 2020), mas devem configurar-se como um conjunto de fatores e ações que envolvam a permanência e o sucesso do estudante no decorrer da graduação (CINTRA; RIBEIRO; COSTA, 2018). A falta de políticas que fortaleçam as instituições de

ensino é demonstrada quando essas estratégias estão separadas (VELOSO; MACIEL, 2015). A importância da assistência estudantil passa pelo pressuposto de que ela compreende uma ação que pode contribuir na redução das desigualdades sociais e da dificuldade de acesso à um número significativo de jovens no ensino superior (BETZEK, 2015).

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Este estudo está organizado em seis capítulos. O primeiro deles contém a introdução, problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos, além da justificativa e relevância do trabalho.

O referencial teórico é apresentado no capítulo dois. Partindo do histórico e definições da assistência estudantil no Brasil, o capítulo aborda ainda a avaliação de políticas públicas, com um olhar específico sobre as ações da política no âmbito da pesquisa, a utilização de indicadores como instrumentos de avaliação e suas definições, bem como passos para construção desses artefatos.

O capítulo três apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a construção da pesquisa, partindo da caracterização utilizada, da pesquisa bibliográfica, empírica e do questionário enviado às IFES.

Na sequência, o capítulo quatro conta com a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos. No capítulo cinco, as recomendações acerca do uso de indicadores são apresentadas. O capítulo seis finaliza o trabalho, com as considerações finais acerca da pesquisa como um todo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, é apresentada a fundamentação teórica, partindo da trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil. No segundo momento, é realizada uma abordagem acerca da avaliação de políticas públicas, seguida da avaliação específica realizada pelo PNAES. Finalizando o capítulo, é apresentado um referencial sobre os indicadores como instrumentos de avaliação de políticas públicas, abordando os principais conceitos e definições, com demonstração dos principais modelos de construção de indicadores de desempenho.

2.1. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

O direito à educação no Brasil, resultado de avanços e retrocessos, teve sua garantia com a Constituição Imperial de 1824 (IMPERATORI, 2017), mas foi na década de 1930 que a educação passou a ser reconhecida como um direito regulamentado pelo Estado (VASCONCELOS, 2010). As políticas de assistência estudantil no Brasil podem ser divididas em duas fases (LIMA; MELO, 2016). A primeira tem início em 1930, na criação da Casa do Estudante Brasileiro, uma entidade beneficente, sem fins lucrativos, cujo objetivo era a ajuda aos estudantes carentes, recebendo doações federais principalmente no governo Vargas (ARAUJO, 2007). A segunda fase compreende o período entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais.

No cenário da primeira fase, Lima (2002) aponta que em 1931 houve a primeira experiência em regulamentar o processo de assistência estudantil no país, incorporada na Constituição Federal de 1934. Mais tarde, com a Constituição de 1946, todos os sistemas de ensino passaram a ter serviços de assistência estudantil. Lima (2002) aponta ainda que a assistência estudantil era vista como uma medida de ajuda aos estudantes carentes. Entretanto, esta ideia foi alterada com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/61), que passou a considerar a assistência estudantil como um direito à educação. Importante mencionar que compreendem a primeira fase a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), em 1970, a reativação da União Nacional Estudantil (UNE) em 1976 e a constituição da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira, em 1985.

Os anos de 1970 marcaram a explosão do ensino superior no país, considerando o grande aumento do número de estudantes matriculados, fato este motivado pelo aumento da

concentração de pessoas nas cidades e a necessidade de mão de obra industrial melhor qualificada (MARTINS; SILVA; MAURICIO, 2019). No período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, houve amadurecimento acerca da temática que envolve a assistência estudantil (BORSATO, 2015), principalmente por meio dos movimentos sociais que lutaram pelo fim desse regime (MARTINS; SILVA; MAURICIO, 2019).

As duas grandes frentes acerca das discussões educacionais, sobretudo, no que tangem à assistência estudantil, são manifestadas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), segmentos estes que defendiam diversos objetivos em prol dos direitos da educação e manutenção do estudante no ensino superior (ARAÚJO; BEZERRA, 2007; VASCONCELOS, 2010), e marcam, junto com a promulgação da CF 88, a segunda fase acerca dos processos de assistência estudantil no Brasil.

Os diversos cenários político-sociais que fortaleceram o processo de elaboração e promulgação da Constituição Federal provocaram a queda da estrutura até então existente, e permitem compreender o diferencial que este amparo jurídico provocou na sociedade brasileira. “A Constituição teve como característica resultar de processo de lutas e reivindicações que mobilizaram a sociedade civil organizada em oposição à ditadura” (FISCHMANN, 2009, p. 159). “Esta é sem dúvida a Constituição que melhor refletiu e acolheu os anseios da população” (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 82).

A educação, que é considerada um direito de todos, compreende um dever do Estado e da família, com promoção e incentivo da sociedade com vistas ao desenvolvimento de cada indivíduo, em ações para a preparação do seu pleno exercício de cidadão e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A Carta Magna do país, marcada por reflexões e mudanças, provocou uma padronização nos mecanismos de proteção social, até então encarados como práticas assistenciais e clientelistas (VASCONCELOS, 2010).

Em nome da proposição de uma agenda neoliberal, a administração do governo Collor (1990-1992) provocou, entre outros desastres, planos econômicos despropositados e destruição dos direitos sociais, culminando no *impeachment* (PADILHA, 2016). O governo Itamar, assumindo então, não teve tempo nem recursos suficientes para empreender as políticas sociais que foram formuladas pelos técnicos mais próximos e pela sua base política (PADILHA, 2016).

A política econômica adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, influenciou a educação, fato este comprovado por: defasagem salarial, ausência de manutenção da estrutura, êxodo de professores da rede pública para privada, aposentadoria em

massa de docentes e técnicos administrativos, ocasionando um sucateamento das universidades públicas e consequente aumento de instituições privadas (VASCONCELOS, 2010).

Indiferentemente dos governos anteriores no que tange à agenda neoliberal, Araújo e Bezerra (2007) apontam algumas características do direcionamento dado à Educação Superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, após o mandato de FHC: ampliação de vagas para educação à distância, sistemas de cotas no acesso à educação, padronização de ensino voltado aos interesses de mercado. A não existência de um orçamento específico para a implementação da assistência estudantil prejudicou as ações nessa área, e impediu-se que os projetos de apoio aos estudantes de baixa renda fossem ampliados, o que fez com que os alunos fossem retidos ou tivessem desistido da universidade; nas instituições onde a política de assistência estudantil ainda foi mantida, os recursos foram retirados de outras áreas, o que comprometeu toda a gestão da instituição (ARAÚJO; BEZERRA, 2007).

A Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regulando a atuação de entidades beneficentes de assistência social para o ensino superior. Este programa, gerido pelo Ministério da Educação, destinava à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes dos cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior (BRASIL, 2004a). Em 2005, esta medida foi convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro.

Em 2007, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril, com objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação (BRASIL, 2007). Entre as diretrizes contidas neste programa, destacam-se, no âmbito da assistência estudantil, a redução das taxas de evasão e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. Em 2008, o Programa Universidade do Século XXI foi substituído pelo programa Brasil Universitário, cuja vigência fora condicionada ao Plano Plurianual de 2008 a 2011, representando, desde sua criação, o programa com maior participação no orçamento das IFES (NEVES *et al.*, 2013).

Citado como a principal política de assistência estudantil no país (CARRANO; BERTASSI; MELO-SILVA, 2018), o PNAES está em vigor desde 2008, mas somente em 2010 é que foi transformado em decreto. Conquista de uma luta de dirigentes, docentes e discentes, provocou mudanças significativas na assistência Estudantil no país (VASCONCELOS, 2010):

O Programa Nacional de Assistência Estudantil [...] tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição

socioeconômica. [...] Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico. Em resumo, as ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (VASCONCELOS, 2010, p. 612–613).

Estas áreas apontadas no decreto do PNAES apresentam o que de mínimo as IFES devem adotar (DURAT, 2017). O principal desafio da política de assistência estudantil, considerando a expansão e democratização do ensino superior público, perpassa no aumento dos recursos de orçamento de forma a corresponder com as políticas expansionistas do governo federal (DUTRA; SANTOS, 2017). Estudos com o propósito de avaliar as ações da assistência estudantil fornecem às instâncias competentes importantes subsídios para correções dos programas existentes ou orientação para implantação de iniciativas (BORDIM *et al.*, 2019; CINTRA; RIBEIRO; COSTA, 2018; GARRIDO; MERCURI, 2013; SOUZA; CINTRA, 2020).

O governo Dilma, sucedendo a gestão do presidente Lula, manteve o financiamento público para as instituições privadas, por meio do PROUNI e FIES (MARQUES, 2018). Araújo (2013) aponta esforços do Estado brasileiro no âmbito da assistência estudantil com os Planos Plurianuais, a mencionar: a) 1996 a 1999 (o primeiro Plano Plurianual); b) 2000 a 2003, com o programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação, demonstrando, com este, uma preocupação com o crédito voltado aos alunos carentes, sem especificar a rede de ensino; c) 2004 a 2007, com estruturação de 3 grandes objetivos: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BRASIL, 2004b); d) 2008 a 2011, em ações por meio do programa Brasil Universitário; e) 2012-2015, com destaque ao acesso e permanência dos estudantes na graduação e medidas de contenção de evasão.

Contemplado nos artigos 212 e 214 da CF de 88 (BEISIEGEL, 1999), o Plano Nacional de Educação estabelece caminhos, executado de forma centralizada pelo governo federal, nascido de debates relativamente democráticos, caracterizado por uma concepção política, baseada no campo dos direitos sociais (CARPES, 2016). O Plano vigente no período de 2001 a 2010 apontou a necessidade de ampliação de vagas no ensino superior, fato este decorrente do aumento da demanda provocada por essa ação, ocasionando neste contexto a participação de instituições estaduais e aumento no âmbito das instituições privadas.

Na vigência entre 2011 a 2020, Lima (2012) aponta que as estratégias para alcançar os objetivos do plano, no âmbito da Educação Superior, relacionam-se às metas de expansão e reestruturação do REUNI, expansão do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e ampliação do EAD por meio da Universidade Aberta do Brasil. Em relação ao plano, a meta 12 prevê uma elevação da taxa bruta de matrículas no âmbito da educação superior. As estratégias previstas para alcançar essa meta são ampliação da oferta de vagas, elevação da taxa de conclusão dos cursos presenciais para 90%, expansão do FIES e ampliação da inclusão de indivíduos historicamente desfavorecidos (POGGERE, 2017).

2.2. A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A definição do termo políticas públicas compreende a maneira pela qual as decisões políticas são definidas, de modo racional, quando surgem demandas e problemas de natureza pública, para enfrentamento dos desafios sociais (LIMA; MENDES, 2020). Pode também ser entendida como o campo do conhecimento que propõe analisar as ações de governo com foco nos resultados ou mudanças na sociedade: permite distinguir o que o governo tem a intenção de fazer ou que realmente faz; envolve vários personagens e níveis de decisão; é abrangente, sem limitação de leis e regras; tem uma intenção, com objetivos; é uma política de longo prazo, mesmo tendo impactos imediatos; envolve vários processos como implementação, execução e avaliação (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007).

Ao conhecerem e compreenderem os processos de políticas públicas ou ciclo de políticas públicas, Wu *et al.* (2014) inferem que os gestores públicos podem superar barreiras que muitas vezes atrapalham os processos por eles desempenhados. Se os gestores públicos: “[...] não estiverem familiarizados com a natureza e o funcionamento do processo de políticas, eles podem não ser capazes de elaborar estratégias eficazes para influenciar sua direção e garantir que resulte em um conjunto integrado de resultados” (WU *et al.*, 2014, p. 14)

O ciclo de políticas públicas compreende o processo de elaboração, que organiza a vida de uma política pública, e compreende sete fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação das alternativas para o problema, tomada de decisão, implementação da política pública, avaliação da política pública e extinção (SECCHI, 2013). Propondo enfoque maior à avaliação de política pública, objeto deste estudo, Lima e Mendes (2020) conceituam-na a partir dos resultados das ações diante dos objetivos definidos no planejamento,

caracterizando-a como uma etapa de grande importância na análise de políticas e programas públicos. As pesquisas de avaliação retornam se as ações estão tendo eficácia, eficiência e *accountability* (DRAIBE, 2001).

Costa e Castanhar (2003) apontam que, ao longo da história, não houve preocupação em avaliar programas públicos por parte da administração pública brasileira, mas as mudanças na sociedade e Estado brasileiros provocadas nos anos 1980 tem feito isso ser diferente. A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Ramos e Schabbach (2012) apontam a avaliação de políticas públicas como uma possibilidade de aprimorar as tomadas de decisões, alcançar o bom uso dos recursos, permitir que as decisões e as ações tomadas sejam responsabilizadas, possibilitando aos gestores de políticas públicas o desenho de políticas mais consistentes. Não obstante, destacam ainda o crescente interesse dos governos no Brasil neste âmbito. Tal interesse relaciona-se à fatores como alcance de metas, verificação de resultados dos programas, eficiência e eficácia da gestão pública e aplicação da *accountability*. Tal processo avaliativo permite aos governantes o conhecimento dos resultados de determinado programa e a partir daí tomar suas decisões e/ou considerações (RAMOS; SCHABBACH, 2012). Nesse sentido, Ramos e Schabbach (2012) compreendem os tipos de avaliação a partir de alguns critérios, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de avaliação

Critério: o agente que avalia e quem participa do processo de avaliação			
<i>EXTERNA</i>	<i>INTERNA</i>	<i>MISTA</i>	<i>PARTICIPATIVA</i>
Feita por especialistas de fora da instituição.	Executada por pessoas da instituição que participam diretamente do programa.	Combina os tipos anteriores.	Envolve a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações.
Critério: natureza da avaliação			
Ambas voltadas à análise e produção de informações			
<i>FORMATIVA</i> Relacionadas à formação do programa; possibilitam a correção dos procedimentos.		<i>SOMATIVA</i> Ocorre na implementação e etapas posteriores.	
Critério: momento da avaliação			
<i>EX ANTE</i> Ocorre antes do começo do programa. Pode decidir a implementação ou não do programa.		<i>EX POST</i> Ocorre durante a execução do programa ou no final. Tem análise dos resultados obtidos e pode-se julgar pela não continuidade dele.	
Critério: tipo de problema ao qual a avaliação responde			
<i>PROCESSOS</i> Abordam a dimensão da gestão.	<i>RESULTADOS</i> Verifica em que medida os objetivos foram alcançados e analisa os efeitos e consequências.	<i>IMPACTOS</i> Afere os fins do programa.	

Fonte: Ramos e Schabbach (2012).

Neste contexto, é comum confundir os termos monitoramento e avaliação, conceitos que, apesar de complementares, são processos distintos: o primeiro configura um procedimento sistemático e periódico de coleta, registro e análise de dados e informações; o segundo consiste na utilização desse sistema de monitoramento para julgar e tomar as decisões cabíveis (GARCIA, 2020). As avaliações podem provocar uma tribulação aos governantes e demais agentes envolvidos no processo, pois os resultados alcançados podem ser utilizados como forma de constranger a administração pública, criticando o governo e suas ações (TREVISAN; BELLEN, 2008). Logo, nota-se a importância desse processo no âmbito das políticas públicas.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: O PNAES

As políticas públicas no âmbito da permanência estudantil são dotadas de valor público, que perpassa o acesso das camadas sociais em condições socioeconômicas desfavoráveis (LIMA; MENDES, 2020) e que são viabilizadoras do sucesso e do desempenho acadêmico de classes desfavorecidas (BORDIM *et al.*, 2019; CINTRA; RIBEIRO; COSTA, 2018). Caracterizada como um direito social pela Constituição Federal de 1988, a educação deve ser considerada como componente que aponte uma sociedade que aspira evolução econômica, humana e social em prol do desenvolvimento social (LIMA; FERREIRA, 2016).

A assistência estudantil objetiva o provimento dos recursos que são necessários para transpor obstáculos e demais impedimentos do bom desempenho acadêmico, criando condições para que o estudante tenha o desenvolvimento efetivo com boa atuação, reduzindo o abandono e trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010). Neste sentido, a assistência estudantil configura-se como um mecanismo de direito social, passando a desempenhar um papel que permitiu aos estudantes, amparados por medidas em algumas áreas, ingressarem em seus estudos na educação superior e concluir seu processo de formação, mesmo não detendo as condições financeiras suficientes para tal (LIMA; MENDES, 2020). Logo, a democratização do acesso e da permanência no ensino superior configuram-se como mecanismos de relevância provocados pela assistência estudantil (VARGAS, 2011).

Muitas ações que envolvem a assistência estudantil no ensino superior são objetos de estudos (SOUZA; CINTRA, 2020), mas é o PNAES, promulgado em 12 de dezembro de 2007, que configura-se como um marco histórico e fundamental para a assistência estudantil no país (VASCONCELOS, 2010). Nascido como uma portaria normativa, o instrumento legal acerca da assistência estudantil foi transformado no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010,

fornecendo subsídios em prol da permanência nos cursos de graduação de alunos com baixa renda, procurando estabelecer também uma convergência entre o ensino, pesquisa, extensão e assistência ao estudante, de modo a evitar a evasão e a retenção (ASSIS *et al.*, 2013). As ações relacionadas à assistência estudantil devem se atentar a outras formas de vulnerabilidade social, não somente ao combate à pobreza por meio de ações de subsistência.

Configuram-se como objetivos do PNAES: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010a). São dez áreas que as ações de assistência estudantil devem compreender: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e outros transtornos (BRASIL, 2010a). Durat (2017) complementa o entendimento dessas áreas quando menciona que estes dez itens se configuram como estrutura mínima para atender os objetivos do PNAES.

O programa permite a definição dos critérios e metodologia de seleção a partir de cada universidade, priorizando alunos vindos da rede pública de educação ou com renda *per capita* de até um salário mínimo, num quantitativo condicionado às dotações orçamentárias destinadas à IFES para a execução do programa (CARRANO; BERTASSI; MELO-SILVA, 2018). Não obstante, o aumento da dotação orçamentária ao PNAES é perceptível nos primeiros anos do programa e configuram-se como elementos que contribuem para a permanência do estudante o apoio financeiro e auxílio ao estudante (VELOSO; MACIEL, 2015).

Destaca-se, no âmbito do PNAES, a necessidade de ampliar os dados referentes à eficácia do plano de assistência estudantil, fato este recorrente da escassez de dados sobre as ações nesse âmbito das políticas públicas (IMPERATORI, 2017). Tais dados devem refletir o desempenho acadêmico dos estudantes, com sugestão de criação de bancos de dados específicos sobre o programa. Não obstante, Andrade e Teixeira (2017), Taufick (2014), Lima e Ferreira (2016), Lima e Davel (2018) e Paula (2017) apontam a necessidade de avaliação da implementação efetiva do programa. Consoantes, Lima e Ferreira (2016) corroboram essa afirmativa quando apontam que não há um controle específico de correlação entre a evasão ou permanência dos estudantes, face às políticas públicas em prol dessas ações.

2.4. INDICADORES COMO INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.4.1. Indicadores: definições e aplicações

A administração pública deve realizar algumas reformas face às mudanças e cenários atuais, a mencionar: revisão da sua dimensão, introdução de técnicas de gestão em prol da eficácia, eficiência e economia, além da criação de sistema de informações que auxiliem a tomada de decisões (GRATERON, 1999). A avaliação do desempenho na gestão pública ocupa o centro das preocupações dos tomadores de decisões, no sentido de otimizar a eficiência e eficácia dos recursos e retorno aos cidadãos (ARMIJO; BONNEFOY, 2005).

No âmbito das informações em prol da tomada de decisões, destaca-se o papel dos indicadores neste processo, pois eles possibilitam dar uma resposta às demandas da sociedade, relativas aos gestores públicos. Assim, o gestor terá à sua disposição um sistema complexo de informações que lhe permitirá selecionar as decisões mais adequadas e conhecer o tipo de serviço que administra, quais as atividades necessárias para produzi-lo e os custos associados, tudo isso com a finalidade de identificar e controlar os recursos gerenciados de maneira a atingir os objetivos da organização de forma eficiente e eficaz (GRATERON, 1999).

Os indicadores produzem os seguintes benefícios: seleção de estratégias de política, alocação de recursos e atores; monitoramento da implementação da política; contabilização dos resultados; aprendizado, ajuste e melhorias (OECD, 2009). A utilização de indicadores no âmbito das políticas públicas geralmente é vinculado nas fases de monitoramento e avaliação, mas compreendem um grande auxílio inclusive desde a concepção da política (BRASIL, 2012).

A partir das funções que os indicadores desempenham, eles podem ser utilizados nas diversas fases do ciclo de gestão de políticas públicas: *ex-ante*: quando são utilizados no diagnóstico da situação, definição de problemas, desenho da política pública e referências; *in curso*: quando são utilizados no monitoramento e avaliação da execução, revisão e correções; e *ex-post*: utilizados na avaliação das metas, resultados e impactos na sociedade (BRASIL, 2010b).

A ideia de indicadores nasceu na década de 1920, nos Estados Unidos, quando surgiu a concepção de que havia a necessidade de dados que permitissem retratar a sociedade. A partir de um relatório denominado “Tendências Sociais Recentes”, outras ideias foram levantadas, ocasionado um aumento da coleta e sistematização de dados de acordo com as preocupações

ali exibidas (RUA, 2004). Para Jannuzzi (2017), o surgimento e a estruturação do Estado de Bem-Estar Social e a estabilidade do planejamento do setor público ao longo do século XX estão ligados ao aparecimento e aprimoramento dos indicadores sociais.

No Brasil, a pertinência dos indicadores sociais em todas as fases do ciclo de políticas públicas ganhou vigor com a CF de 88, que institucionalizou um sistema de proteção social mais inclusivo e abrangente, além do aprimoramento da formulação e implementação das políticas públicas nos entes da federação, levando aos centros pesquisa e agências a demanda de produzir instrumentos para dimensionar e qualificar os diversos aspectos sociais (JANNUZZI, 2017).

Os indicadores compreendem unidades que medem ou verificam se os objetivos estão sendo alcançados ou se as mudanças estão sendo previstas, de forma quantitativa ou qualitativa: eles funcionam como um mecanismo de mensuração, com vistas à avaliação e tomada de decisões (BRASIL, 2010b; ROZADOS, 2005). Rua (2004) aponta que os indicadores funcionam como uma balança que permite pesar e aferir os dados em diversos sentidos, sendo sempre variáveis, haja vista que assumem diferentes valores.

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e usada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2009, p. 24).

Os indicadores constituem uma importante ferramenta gerencial para a administração pública e também tem um significado propício para a fiscalização dessa administração pelos movimentos populares (ZUCATTO *et al.*, 2009). O interesse crescente pela temática tem sido motivado, entre outras razões, pelo aprimoramento do controle público dos Tribunais de Contas e Controladorias (JANNUZZI, 2017). Não obstante, Grateron (1999) apresenta as principais qualidades de um indicador, a mencionar: relevância, pertinência, objetividade, sensibilidade, precisão e custo-benefício. Tais qualidades validam o indicador e sua força para avaliar a gestão. Há a necessidade de que os indicadores estejam normalizados e permitam a comparabilidade, ou seja, é preciso que ocorra a análise dos dados em sua produção histórica (ROZADOS, 2005).

As estatísticas públicas produzem matéria-prima para a construção dos indicadores sociais, e estes, além de demonstrar a descrição e a constituição de uma realidade, requerem os seguintes atributos básicos: unidade de medida e de análise, referência temporal e territorial, fonte de dados, método de cálculo e considerações sobre seus usos, significados e limitações (JANNUZZI, 2017). Carlos *et al.* (2008) apontam a classificação dos indicadores em dois tipos:

objetivos, também chamados de quantitativos; e subjetivos, ou qualitativos. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2012) aponta três classificações: a) indicadores de gestão do fluxo de implementação de políticas públicas; b) indicadores de avaliação de desempenho (foco desta discussão) e c) complexidade.

Uma outra classificação é apontada pelo Superior Tribunal de Justiça (2018), que classifica os indicadores em: de desempenho ou sinalizadores; organizacionais (estratégicos ou táticos); gerenciais (de insumo, de processo, de produto ou de impacto); e de tendência *versus* de resultado. A classificação mais comum dos indicadores de desempenho compreende em indicadores de qualidade e produtividade; a primeira, relacionada à satisfação dos clientes; a segunda, relacionada ao desempenho dos processos na organização e como os recursos disponíveis são utilizados (PAULA; ICHIKAWA, 2002).

No que tange aos indicadores de avaliação de desempenho, Rozados (2005) define que estes buscam medir a eficiência e a eficácia de uma unidade de informação. Para o TCU (2000), um indicador de desempenho corresponde a uma unidade que mede um aspecto do desempenho, para que possa ser comparada com metas preestabelecidas, podendo fornecer uma boa visão acerca do resultado esperado, carecendo sempre de uma interpretação a partir do contexto em que estão inseridos, por retratarem aproximações do que está ocorrendo.

Em relação ao fluxo de implementação das políticas públicas, a OECD (2009) classifica os indicadores em cinco categorias: insumo, processo, produto, resultado e impacto (esta última configura-se uma expansão da categoria resultado). Estas categorias separam os indicadores a partir da aplicação nas diferentes fases de um ciclo de política pública: a categoria de insumo considera os elementos antes da implementação da política pública; a de processo considera durante a política pública e as demais categorias consideram os elementos após a implementação da política pública. (BRASIL, 2012).

Nestes vieses, a utilização dos indicadores permitem: a avaliação qualitativa e quantitativa, o acompanhamento e a avaliação periódica do desempenho, o processo de mudanças eliminando inconsistências, o aprimoramento do processo de desenvolvimento organizacional e a criação de condições para incorporar sistemas de reconhecimento pelo bom desempenho (TCU, 2000). Isso posto, a possibilidade que os indicadores de desempenho proporcionam aos gestores faz com que estes instrumentos sejam fundamentais para uma administração voltada para resultados (BRASIL, 2010b).

A produção de indicadores de desempenho muitas vezes é feita sem definição de regras, o que faz com que os gestores públicos sejam influenciados a desenvolver inúmeros

indicadores; neste contexto, a realidade que se pretende intervir deve estar referenciada por meio de informações que subsidiarão não apenas a construção de uma política pública, mas sua inclusão na agenda governamental (BRASIL, 2012).

2.4.2. O processo de construção de indicadores

A demanda de um interesse é o pontapé inicial para o processo de construção de indicadores (JANNUZZI, 2005). Este processo deve considerar a função dos aspectos a serem analisados: mensura ou acompanhamento da eficiência, eficácia, efetividade ou o impacto de uma política dentro da organização (MINAYO, 2009). A construção destes elementos em prol da tomada de decisões não pode estar “descolada da realidade das políticas públicas”. (BRASIL, 2012, p. 9). Na construção de indicadores, é de suma importância que haja a seleção daqueles elementos que possam demonstrar os resultados da melhor forma (FERRADAES, 2019). Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ, 2018), os indicadores, independente da sua classificação, seguem a mesma trajetória de construção e gerenciamento, considerando que o início desse processo é sempre marcado pelo entendimento claro daquilo que se almeja medir. Os indicadores devem apresentar algumas características inerentes à sua aplicação. Essas características devem ser consideradas independente da fase da política pública em questão (TCU, 2000), e são demonstradas no Quadro 2.

Quadro 2 - Características e qualidades de um indicador

Atributo	Descrição
Relevância	Deve ser pertinente à proposta que pretende medir.
Utilidade	Deve se basear nas necessidades dos tomadores de decisão.
Validade	Deve representar, o máximo possível, a realidade que se deseja tratar.
Confiabilidade	Deve ser confiável, haja vista que influenciará na tomada de decisões.
Mensurabilidade	Deve ter uma aferição periódica.
Economicidade	Deve ser de custo razoável, e não gastar tempo demais procurando dados.
Adaptabilidade	Deve responder às mudanças e exigências dos clientes.
Representatividade	Devem ser precisos, atender aos objetivos e buscados na fonte correta.
Simplicidade	Fáceis de serem compreendidos e aplicados.
Rastreabilidade	Deve ter a identificação da origem / tratamento / formatação / interpretação dos dados.
Disponibilidade	Deve estar disponível para que as decisões possam ser tomadas.
Praticidade	Deve ter a garantia de que funciona na prática e permita a tomada de decisões.
Estabilidade	Deve permanecer ao longo do tempo, permitindo a geração de uma série histórica.

Fonte: Elaboração do autor, a partir de Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009) e Rua (2004).

Jannuzzi (2017) complementa e apresenta também 12 (doze) propriedades desejáveis dos indicadores, a mencionar: 1) relevância social da temática, ou seja, deve justificar sua produção e legitimar seu emprego; 2) validade de *constructo*, que compreende o grau de aproximação entre o conceito e a medida; 3) confiabilidade, ao referir-se à qualidade do

levantamento de dados utilizados; 4) grau de cobertura adequado aos propósitos, representando a realidade empírica em análise; 5) sensível, ao demonstrar a capacidade de refletir mudanças se as condições se alterarem; 6) específico, refletindo alterações relacionadas ao interesse; 7) reprodutível, ao demonstrar transparência e inteligibilidade na metodologia da construção; 8) comunicável, ou seja, ser compreensível à população ou aos agentes envolvidos; 9) atualizável periodicamente; 10) ter custos factíveis, sendo compatíveis com as finalidades a que eles se propõem; 11) amplamente desagregáveis, se referindo aos grupos sociais de interesse ou a população alvo dos programas; e 12) gozar de comparabilidade no tempo ou historicidade.

De acordo com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento (2009), os componentes básicos que um indicador deve ter são: medida, fórmula, índice, padrão de comparação e meta. Não obstante, Rua (2004) aponta que os indicadores não podem incorrer em mais trabalho no dia-a-dia, e sim como forma de tornar as atividades mais práticas e objetivas possível. A estas características, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2012) acrescenta os seguintes aspectos dos indicadores: devem ser públicos (publicidade), devem considerar questões temporais (temporalidade) e os dados utilizados pelas medições devem ser informações que correspondam aos processos de gestão da instituição (factibilidade).

Há de se destacar que a construção de indicadores apresentam algumas limitações: a medição interfere na realidade a ser medida; são necessárias confiança e austeridade nas fontes de dados; o custo da medição não deve ser subestimado; não deve se considerar a medição como um fim em si mesmo; os indicadores são representações transitórias e imperfeitas; o indicador e a dimensão de interesse não se confundem (BRASIL, 2012). A secretaria de Gestão (2009), com o propósito de propor uma metodologia para render os melhores resultados possíveis, apresenta um guia referencial para construção de indicadores que utiliza um (meta) modelo a partir da Cadeia de Valor e dos seis dimensões do Desempenho® (6Es), desenvolvidos pelo Instituto Publix (MARTINS; MARINI, 2010), explanado com mais detalhes na seção a seguir.

2.4.2.1. O modelo de Cadeia de Valor e os 6Es do Desempenho®

O Guia apresentado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento desenvolve as atividades a partir do conceito de desempenho. O desempenho pode ser compreendido como todo aquele esforço que é empreendido na direção de algum resultado que deseja ser alcançado (PALVARINI, 2010). Isso posto, a gestão do desempenho configura-se

como um conjunto de ações no sentido de definir os resultados a serem alcançados, quais os esforços e as necessidades que são essenciais para obter os objetivos (PALVARINI, 2010).

O modelo da Cadeia de Valor e os 6Es do Desempenho[®], desenvolvidos pelo Instituto Publix, permitem a construção de definições específicas do desempenho de inúmeros objetos, como organizações, governos, programas e tantos outros, permitindo a visibilidade da dimensão dos resultados, compreendida pela eficiência, eficácia e efetividade, e da dimensão dos esforços, por meio da economicidade, execução e excelência (MARTINS; MARINI, 2010). O Quadro 3 explana, de modo detalhado, estas dimensões comumente conhecidas por 6Es.

Quadro 3 - Os 6Es do Desempenho[®]

Dimensão	Elemento	Descrição
Esforço	Economicidade	Compreende o processo de captação e uso de recursos com o menor ônus possível (econômico).
	Execução	Compreende aos processos e atividades serem realizados dentro dos prazos e requisitos definidos (executável).
	Excelência	Compreende a conformidade dos critérios e padrões de qualidade (excelente).
Resultado	Eficiência	Compreende a relação entre os produtos gerados e os insumos empregados, no sentido de buscar um melhor desempenho (eficiente)
	Eficácia	Compreende a quantidade e a qualidade de produtos/serviços que são entregues aos usuários (eficaz).
	Efetividade	Além da análise dos resultados alcançados, compreende a relação entre o impacto que foi previsto com o impacto que foi realizado (efetivo).

Fonte: Elaboração do autor, a partir de Martins e Marini (2010).

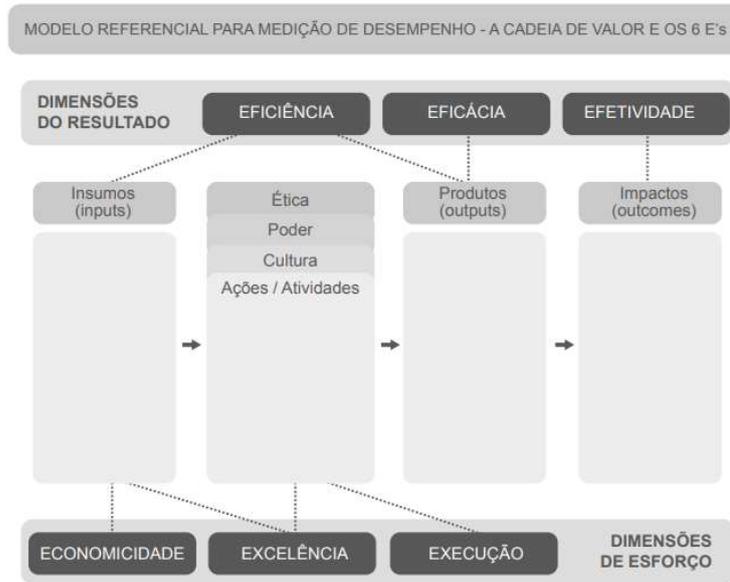
Estas categorias estão relacionadas a algum dos elementos da cadeia de valor, a mencionar: insumos (*inputs*), processos/projetos (ações), produtos/serviços (*outputs*) e impactos (*outcomes*), que representam a atuação da ação pública desde a obtenção dos recursos até a geração dos impactos que foram oriundos dos produtos e/ou serviços (SECRETARIA DE GESTÃO, 2009). Mensurar o desempenho a partir destes elementos permite que as organizações possam analisar diversos aspectos e variáveis, bem como a apresentar algumas perguntas que os indicadores associados a estes elementos procuram responder (SECRETARIA DE GESTÃO, 2009), conforme demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4 - Elementos da Cadeia de Valor e questionamentos contributivos

Elemento	Questionamento
Insumos (<i>inputs</i>)	Quais são os recursos (e quantidade) necessários para que os produtos e serviços estabelecidos sejam gerados?
Processos e Projetos (ações)	Quais são as ações, processos e projetos executados? Qual é o tempo médio de ciclo do processo? Qual o custo do processo?
Produtos (<i>outputs</i>)	Quais são os produtos e serviços gerados, bem como suas quantidades e qualidades?
Impactos (<i>outcomes</i>)	Quais são as mudanças que os produtos e serviços trazem para os beneficiários e para a sociedade?

Fonte: Elaboração do autor a partir de Secretaria de Gestão (2009).

A partir dos elementos da cadeia de valor e as dimensões de esforço e resultado, tem-se o modelo Cadeia de Valor e dos 6Es do Desempenho[®], conforme Figura 1.

Figura 1 - Cadeia de valor e os seis Es do Desempenho®

Fonte: Martins e Marini (2010, p. 80).

Para Martins e Marini (2010), é importante demonstrar a necessidade de outras dimensões ao conceito de desempenho, como ética, poder e cultura; assim, os autores apontam que o desempenho ótimo equivale àquele eficiente, eficaz e efetivo, ao passo que a ausência de alguma das dimensões de esforço impõe padrões menos desejáveis para o desempenho. A Secretaria de Gestão (2009) apresenta ainda os desdobramentos (também chamados subdimensões) dos 6Es do desempenho, que tem a finalidade de qualificar e auxiliar na caracterização de tipologias de indicadores a serem utilizados, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Subdimensões do Desempenho®

Dimensão	Subdimensões
Economicidade	Quantidade de recursos; Qualidade dos recursos; Acessibilidade; Cobertura; e Risco
Execução	Execução financeira; e Execução física
Excelência	Conformidade em relação a padrões de excelência gerencial; Conformidade; Riscos; Causalidade; e Comunicação
Eficiência	Custo-efetividade; Produtividade; Tempo; Custo unitário; e Custo-benefício
Eficácia	Quantidade/volume; Qualidade do produto/serviço; Acessibilidade e equidade; Cobertura; e Risco
Efetividade	Impacto final; e Impacto intermediário

Fonte: Adaptado de Secretaria de Gestão (2009).

Isso posto, é importante observar a necessidade de um balanceamento dos 6Es, para que se evite a valorização de alguns elementos da cadeia de valor em detrimento de outros. A Secretaria de Gestão (2009) apresenta uma fórmula para o modelo de desempenho ótimo, representado por:

$$\sum_{i=1}^6 (Ei) = 6$$

Onde Efetividade (E1), Eficácia (E2), Eficiência (E3), Execução (E4), Excelência (E5), Economicidade (E6) apresentam os valores 1 se estão presentes ou 0 se estão ausentes. A partir destas informações, entende-se que um desempenho é ótimo quando a soma dos 6Es é igual a seis (6) e é um desempenho subótimo quando a soma é menor que 6, o que se infere a ausência de um ou mais E. Desse modo, espera-se a existência de todos os Es no modelo, numa escala de prioridades onde $[E1 > E2 > E3] \Rightarrow [E4 \geq E5 \geq 6]$. A média final é resultado de uma ponderação (onde resultados valem mais que esforços), que pode ser calculada, conforme o modelo, em duas alternativas: alternativa 1 – ocorre a ponderação com o grau de flexibilidade, onde Resultado = $[E1 + E2 + E3] \geq 60\% / 70\%$; sendo que, $PE1 \geq PE2 \geq PE3$ e Esforço = $[E4 + E5 + E6] \leq 40\% / 30\%$, sendo que, $PE4 \geq PE5 \geq PE6$; ou alternativa 2 – ocorre a ponderação fixa, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 6 - Ponderação fixa do desempenho

Dimensão	Peso	Proporção
Efetividade (E1)	2,5	60% Resultado
Eficácia (E2)	2	
Eficiência (E3)	1,5	
Execução (E4)	1,5	40% Esforço
Excelência (E5)	1,5	
Economicidade (E6)	1	
Total dos pesos	10	100%

Fonte: Secretaria de Gestão (2009, p. 34)

Trilha (2017) aponta modelar indicadores significativos e representativos nas seis dimensões, bem como gerar uma nota para o indicador. Além disso, “é preciso esforço, imaginação e honestidade intelectual para resolver ou atenuar as limitações” (SECRETARIA DE GESTÃO, 2009, p. 37).

2.4.2.2. Os dez passos para construção de indicadores de desempenho

Apesar de não existirem procedimentos únicos ou padrões para a construção de indicadores, é importante que haja a coerência da formulação e implementação do conjunto

destes elementos que se planeja construir (SECRETARIA DE GESTÃO, 2009). O modelo de avaliação de desempenho apresentado pelo Ministério do Planejamento (2009) desenvolveu um conjunto de dez (10) etapas para facilitar a construção de indicadores. Estas dez etapas são: 1) identificação do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração; 2) estabelecimento de indicadores de desempenho; 3) análise e validação intermediária dos indicadores com as partes envolvidas; 4) construção de fórmulas, métricas e estabelecimento de metas; 5) definição de responsáveis; 6) geração de sistema de coleta de dados; 7) ponderação e validação final dos indicadores com as partes envolvidas; 8) mensuração dos resultados; 9) análise e interpretação dos indicadores; 10) comunicação dos resultados. O Quadro 7 demonstra, de forma resumida, o que deve ser verificado em cada etapa.

Quadro 7 - Os dez passos para a construção de indicadores

ETAPA	PASSO	CONSIDERAÇÕES
O QUE MENSURAR?	1 – Identificar do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar o nível da administração pública: macro (Governo), meso (política pública ou setor de governo), meso-micro (redes de organizações), micro (organização) e nano (unidade de organização) • Identificar o objeto a ser mensurado, a partir da cadeia de valor (insumos, ações/processos, produtos e impactos) • Identificar as partes interessadas • Definir as possíveis subdimensões para cada dimensão dos 6Es.
COMO MENSURAR?	2 – Estabelecer indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Especificar os indicadores por meio de métricas estatísticas (porcentagem, média, número bruto, proporção e índice)
	3 – Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar, junto com as partes interessadas, os diversos critérios que envolvem os indicadores, como forma de mantê-los, modificá-los ou até mesmo excluí-los.
	4 – Construir fórmulas, métricas e estabelecer metas e notas	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar à luz dos critérios do indicador.
COLETA DE INFORMAÇÕES	5 – Definir os responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Ao indicar os responsáveis, é necessário ter em mente quem gerará e divulgará os resultados obtidos por cada indicador. A periodicidade de coleta do indicador também deve ser definida.
	6 – Gerar sistema de coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • É preciso que se colete dados acessíveis, confiáveis e de qualidade, pois determina os requisitos para o levantamento de informações sobre os indicadores.
	7 – Ponderar e validar (finalização) os indicadores com as partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> • A participação das partes interessadas é essencial como forma de assegurar a visão global da organização e fazer com que os indicadores representem o desempenho da mesma.
MENSURAÇÃO	8 – Mensurar o desempenho	<ul style="list-style-type: none"> • Medir o que se deseja, partindo da coleta de dados e cálculo do indicador, finalizando com a conversão do valor obtido na nota correspondente.
ANÁLISE	9 – Analisar e interpretar os indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Pode ocorrer por meio de reuniões, intercâmbio de informações e soluções e na gestão do dia-a-dia.

ETAPA	PASSO	CONSIDERAÇÕES
COMUNICAÇÃO	10 – Comunicar o desempenho	<ul style="list-style-type: none"> • Podem ser utilizados painéis de indicadores, relatórios anuais, no sentido de divulgar amplamente os resultados dos indicadores principalmente para apoio e suporte na tomada de decisões.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Gestão (2009).

As etapas apresentadas permitem a construção de indicadores coerentes, de modo que possam ser utilizados nos mais diversos fins e âmbitos de atuação, retratando a realidade o mais próximo possível.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem o propósito de realizar uma descrição dos procedimentos utilizados na pesquisa teórica e empírica acerca da existência e utilização de indicadores no processo de avaliação e monitoramento da Assistência Estudantil nas IFES do Brasil.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para Gil (2002), pesquisar compreende uma série de procedimentos racionais e sistemáticos, na função de proporcionar as respostas a determinados problemas que são propostos; além disso, ela é requisitada quando não são disponibilizadas informações suficientes para responder determinado problema ou quando a informação que é disponibilizada encontra-se em desordem a ponto de não poder ser relacionada ao problema de modo adequado. A abordagem deste compreende artefatos qualitativos, exploratórios e de revisão sistemática.

O enfoque qualitativo de uma pesquisa utiliza a coleta de dados sem medição numérica para disseminar perguntas de pesquisa que ocorrem no processo de interpretação: parte-se de uma revisão de literatura, com amostra, coleta e análise de dados quase que simultâneas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A pesquisa exploratória considera os mais variados aspectos relacionados ao objeto de pesquisa, com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o problema a ser pesquisado de modo a explicitá-lo ou construir hipóteses sobre ele (GIL, 2002). Gil (2002) aponta que a descrição das características de determinada população ou fenômeno caracterizam a pesquisa descritiva, que vai além da identificação de variáveis e suas relações, mas também se aproxima da explicação dessa relação.

A pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador tenha contato com o que já foi produzido acerca da temática objeto de estudo, propiciando o exame sob um novo enfoque ou abordagem (LAKATOS; MARCONI, 2017). A primeira parte da pesquisa utiliza abordagem qualitativa exploratória, com tipo de investigação de revisão de literatura, orientada em diversas bases de referências: Scielo, Scopus, *Web of Science*, Google Scholar e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

A segunda parte da pesquisa apresenta-se como qualitativa, exploratória e descritiva, pois investiga a existência de IFES que apresentam algum tipo de indicador na avaliação e/ou monitoramento da assistência estudantil. Com finalidade descritiva e estudos de casos

múltiplos, ficou restrita às informações obtidas por meio dos sites institucionais das IFES (seções específicas sobre AE, Relatórios de Gestão e PDI). Neste acesso, vale destacar a disponibilidade de links de acesso rápido referentes à Assuntos Estudantis, página específica de Pró-Reitoria no âmbito dessa atuação e investigação no relatório de Gestão mais recente ou Plano de Desenvolvimento Institucional em vigor, para cada instituição. De modo a validar os dados da segunda parte da pesquisa, uma terceira parte foi desenvolvida, dessa vez submetendo questionário *online* para as IFES responderem questões relacionadas ao objeto de pesquisa.

As pesquisas descritivas, em conjunto com as exploratórias, configuram-se como as mais usuais pelos pesquisadores sociais, que estão preocupados com a atuação prática, sendo solicitadas principalmente pelas instituições educacionais, empresas comerciais e partidos políticos, por exemplo (GIL, 2002).

3.2. PESQUISA TEÓRICA: “ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL” E “INDICADORES”

A revisão de literatura permite, entre vários aspectos, a delimitação do problema da pesquisa, auxilia na identificação de novas linhas investigativas e evita abordagens já realizadas (BRIZOLA; FANTIN, 2016). Neste sentido, é importante identificar o estado da arte acerca da assistência estudantil e da utilização de indicadores.

A abordagem apresentada compreende artefatos qualitativos, exploratórios e pesquisa bibliográfica. A revisão sistemática permite maximizar o potencial de uma busca, possibilitando encontrar um número maior de resultados, de forma organizada (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014). As revisões sistemáticas permitem considerar todos os artefatos encontrados e que são relevantes para a pesquisa, que não se restringe a resultados de um ou dois estudos, e estabelecem ainda se os achados são consistentes e melhoram a confiabilidade e a precisão das conclusões (AKOBENG, 2005). O procedimento adotado nesta pesquisa foi realizado no modelo proposto por Akobeng (2005), que sugere uma metodologia baseada em 8 passos, conforme apresentado na Figura 2.

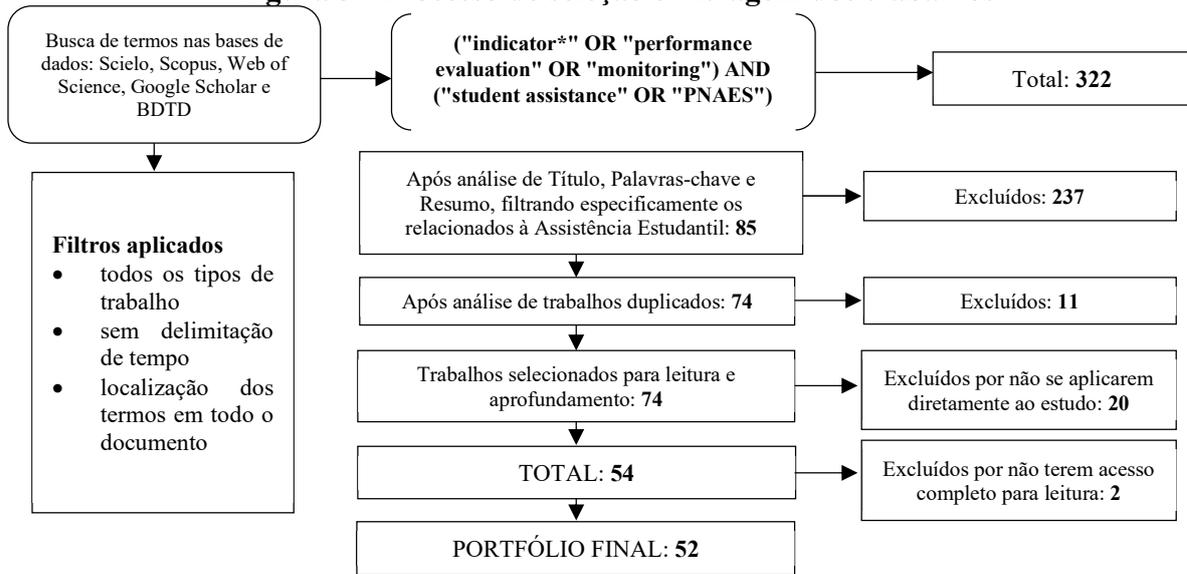
Figura 2 - Etapas metodológicas usadas na pesquisa



Fonte: Akobeng (2005, p. 846).

O primeiro passo foi em relação ao tópico da pesquisa, que compreende o uso de indicadores na assistência estudantil. No segundo passo, as bases escolhidas foram: Scielo, Scopus, *Web of Science*, Google Scholar e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. No terceiro passo, que compreende a escolha das palavras-chaves, foi utilizado o conjunto lógico com as seguintes expressões: ("*indicator**" or "*performance evaluation*" OR "*monitoring*") and ("*student assistance*" or "PNAES"). No Google Scholar, devido à ausência de filtros específicos como nas outras bases de dados, as expressões de pesquisa foram realizadas com palavras em inglês e em português. Não foram delimitados espaços de tempo e não houve escolha específica de material. O quarto passo compreendeu a pesquisa propriamente dita e o armazenamento dos resultados encontrados. O quinto passo compreendeu a seleção dos materiais, feito pela leitura do título, palavras-chaves e resumo do material encontrado. Nesse momento, foram excluídos os que não tinham nenhuma relação com assistência estudantil, considerando apenas artigos científicos, dissertações e teses, além da remoção dos registros duplicados, o que compreendeu o sexto passo. Após essa leitura, nova filtragem foi realizada: em virtude de estarem relacionados à assistência estudantil, não compunham o foco desta pesquisa, e os seguintes critérios de exclusão foram considerados: assistência estudantil na educação básica, financiamento estudantil, contratação de restaurantes universitários, acesso por ações afirmativas e PROUNI, abordagens exclusivas aos critérios da Educação a Distância, trabalho dos assistentes sociais, uso e prevenção de drogas, preocupações sobre uso do álcool em campi universitários dos EUA e abordagens sociais acerca da evasão. Além disso, dois artigos não estavam disponíveis para leitura, por serem artigos de conferências, com acesso restrito. Tal esquema de pesquisa e filtragem pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 - Processo de seleção e filtragem dos trabalhos



Fonte: elaborado pelo autor.

3.3. PESQUISA EMPÍRICA: EXISTÊNCIA DE MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES DO BRASIL

A primeira coleta de dados foi realizada entre os meses de janeiro a março de 2020. Foram investigados os sites das IFES do Brasil, na busca por informações relacionadas a assistência estudantil: quantidade de alunos na graduação, quantidade de alunos bolsistas, áreas do PNAES que a universidade atende, averiguação da existência de mecanismos de avaliação e monitoramento, principalmente no que se refere aos indicadores de desempenho. Esta pesquisa considerou os seguintes elementos: site específico de Assistência Estudantil, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis ou relacionada, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Relatórios de Gestão, a partir de 2010 (ano de implantação do PNAES como programa). Em relação às áreas do PNAES que a universidade atende, foi considerada a relação das atividades realizadas na IFES com as áreas definidas pelo PNAES. Em sua maioria, as instituições já faziam referência às quais áreas estavam atendendo.

Uma segunda coleta foi realizada no mês de novembro de 2020, para averiguar a disponibilização dos auxílios que envolvem a inclusão digital, motivada pela pandemia do coronavírus, nos quais as atividades acadêmicas tiveram de ser realizadas à distância, de modo *online*, o que provocou às IFES a necessidade de criarem mecanismos que proporcionassem o acesso dos alunos às aulas e demais atividades. Esta coleta também considerou as informações obtidas nos sites institucionais.

A terceira coleta foi feita na primeira quinzena de janeiro de 2021, com o objetivo de averiguar atualizações relacionadas às pesquisas anteriores.

A escolha do PDI para busca de informações configura-se por este ser o documento que identifica a IES, sua filosofia de trabalho, missão, diretrizes, estrutura organizacional e atividades acadêmicas que desenvolve ou pretende desenvolver (BRASIL, 2004c), consolidando-se como o principal referencial da avaliação externa das instituições (FRANCISCO *et al.*, 2012). Em relação à escolha do Relatório de Gestão, este é a peça central da prestação de contas que os gestores públicos devem realizar a cada exercício, cujo objetivo é demonstrar a estratégia, governança, desempenho e perspectivas do órgão público, em face da demonstração e justificativa dos resultados alcançados a partir do que foi estabelecido como objetivo no órgão (TCU, 2019).

3.4. QUESTIONÁRIO ENVIADO ÀS IFES PARA CONSOLIDAR AS INFORMAÇÕES ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No sentido de complementar as coletas anteriores, foi enviado um questionário às 69 IFES, como forma de validar as informações já coletadas e/ou acrescentar outras que não são disponibilizadas e/ou registradas nos sites institucionais, mas que se configuram de total importância ao desenvolvimento e aprimoramento da política de assistência estudantil no país. O questionário submetido às IFES está disponibilizado no APÊNDICE G, mas foi enviado de modo *online*, utilizando a ferramenta Microsoft Forms e apresenta 6 seções: introdução, termo de consentimento livre e esclarecido, identificação da instituição, perfil do entrevistado, diagnóstico situacional e necessidades institucionais.

Como o foco do questionário foi levantar informações institucionais no âmbito das ações da assistência estudantil e na existência de indicadores em cada IFES, ele foi submetido às Pró-Reitorias ou setores responsáveis pela assistência estudantil na instituição, pois são os elementos organizacionais com maior capacidade e conhecimento em repassar estas informações. A lista de *e-mails* para o envio do formulário foi obtida por meio dos contatos informados nas páginas e/ou seções específicas da AE nos sites institucionais. Na ausência destes, foi enviado e-mail para o pró-reitor ou gestor responsável pela pauta em questão.

Foi solicitado no referido questionário que o respondente seja um profissional que tivesse o conhecimento da política no sentido de repassar o máximo de informações possíveis, em nome da instituição. Nesse questionário, não foi objeto da pesquisa a percepção dos

acadêmicos no âmbito da assistência estudantil, por considerar que a extensão para aplicação do questionário a este público seria de uma amplitude que inviabilizaria a pesquisa no momento, mas reitera-se que a participação dos acadêmicos é de fundamental importância para o desenvolvimento da política pública em questão.

Além de tentar coletar o máximo de informações a respeito das ações de AE nas IFES, o questionário preocupou-se em identificar algumas das principais necessidades das instituições no sentido de criar subsídios para a proposta de indicadores que este trabalho se propõe. A escolha pela utilização da escala Likert deu-se pelo fato desta ser uma das escalas mais difundidas e utilizadas entre pesquisadores, na qual os respondentes emitem, por meio de várias opções em escala, aquilo que se deseja coletar (AGUIAR; CORREIA; CAMPOS, 2011; SILVA JR.; COSTA, 2014). O questionário esteve disponibilizado entre os dias 8 de janeiro a 31 de março de 2021 e das 69 IFES, apenas 24 instituições responderam (34,78%).

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: UM(?) PANORAMA TEÓRICO-EMPÍRICO

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa. O capítulo foi dividido em três subcapítulos. O primeiro apresenta a pesquisa teórica acerca das palavras “assistência” e “indicadores”. O segundo traz a pesquisa empírica dos indicadores nas IFES, obtidos por meio de pesquisa documental e do questionário submetido às instituições, enfocando as áreas do PNAES, o auxílio digital na pandemia do Covid-19 e os indicadores existentes nas IFES. O terceiro apresenta a discussão acerca da proposta de construção dos indicadores.

4.1. PESQUISA TEÓRICA: “ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL” E “INDICADORES”

A partir da revisão de literatura acerca de indicadores e da assistência estudantil, pretendeu-se identificar quais os principais elementos que devem ser considerados na análise dos dados coletados nas instituições. Notou-se pouca produção científica acerca de indicadores e em grande parte configuram-se como sugestões de utilização e os casos práticos são isolados. Em uma análise mais profunda dos 52 artigos que possam ter contribuição na construção de indicadores, foi feita leitura integral de cada um e organizados conforme Quadro 8 (Legenda: 1. Tem relação ao uso de indicadores? 2. Aborda algum indicador? 3. Discute teoricamente o indicador?). As informações coletadas compreendem: ano de publicação, título do trabalho, palavras-chave, relação com o estudo, abordagem e discussão de indicadores.

Quadro 8 - Informações dos artigos selecionados

Nº	ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	1	2	3
1.	2020	Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco	PNAES; Assistência Estudantil; Monitoramento; Avaliação	Sim	Sim	Sim
2.	2019	A importância do programa bolsa permanência da UFGD: uma proposta de monitoramento e avaliação	Evasão no ensino superior; política de assistência estudantil; Programa bolsa permanência;	Sim	Sim	Sim
3.	2019	A utilização dos indicadores de desempenho e de qualidade na elaboração das políticas institucionais das universidades federais brasileiras	indicadores; universidade federal; governança; gestão da informação; alocação de recursos	Sim	Sim	Sim
4.	2019	Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018	Assistência estudantil. Avaliação de políticas. Educação superior. PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil). Quase-experimentos.	Sim	Sim	Sim

Nº	ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	1	2	3
5.	2019	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins	PNAES; Assistência Estudantil; Vulnerabilidade Socioeconômica; Permanência;	Sim	Sim	Sim
6.	2019	Cotas no ensino superior: a trajetória acadêmica do aluno cotista na UFRN	Políticas públicas; Ensino superior; Cotas	Não	Não	Não
7.	2019	Evasão no Ensino Superior: uma análise no curso de agronomia da Universidade Federal do Cariri	Evasão; Educação; Agronomia; Capital cultural	Não	Não	Não
8.	2019	Política de permanência e êxito na educação superior: perspectivas docentes sobre a reprovação escolar	Educação. Êxito. Percepções Docentes. Reprovação.	Não	Não	Não
9.	2019	Políticas de inclusão universitária: permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí.	Assistência estudantil. PNAES. Política inclusiva. Enade. Avaliação Institucional. Indicadores de Qualidade.	Sim	Sim	Sim
10.	2019	Políticas de permanência estudantil na educação superior contemporânea: a experiência da UTFPR-câmpus Medianeira	Ensino Superior; Evasão; Permanência Estudantil; UTFPR	Sim	Não	Não
11.	2019	Estratégias de permanência do estudante na educação superior: o estado da arte como ferramenta de pesquisa	Política Educacional. Educação Superior. Estudante Universitário.	Não	Não	Não
12.	2019	Gestão universitária: políticas comparadas de monitoramento do programa Bolsa Permanência em universidades federais brasileiras	Políticas Públicas. Ensino Superior. Avaliação. Controle Social.	Sim	Não	Não
13.	2018	Assistência estudantil no ensino superior: uma análise do Programa Auxílio Estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Toledo.	Política social; Ensino superior; Assistência estudantil	Não	Não	Não
14.	2018	Avaliação da implementação do Programa de Atenção à Saúde do Estudante do Instituto Federal da Paraíba	Avaliação; Política pública; Assistência estudantil; Implementação	Não	Não	Não
15.	2018	Democratização da educação superior no Brasil: Das Metas de inclusão ao Sucesso acadêmico	Ensino superior, realização, Brasil.	Não	Não	Não
16.	2018	Gestão das políticas de assistência estudantil: possibilidades para permanência no ensino superior	Políticas Públicas; Ensino Superior; Gestão; Evasão/Permanência; Assistência/Assistencialismo	Sim	Não	Não
17.	2018	Institucionalização de uma Política de Monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Educação Superior. Políticas Assistenciais Estudantis. Avaliação e Monitoramento. Bolsa Permanência.	Sim	Sim	Sim
18.	2018	Estudo longitudinal sobre estilo de vida e saúde em estudantes universitários (ELESEU): Delineamento, procedimentos metodológicos e resultados preliminares	<i>Life style; Longitudinal studies; Students; Universities</i>	Sim	Não	Não
19.	2018	Monitoramento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma análise do IFPE Campus Belo Jardim	Política pública; Estudantes – Programas de assistência; Estudantes – Avaliação; Ensino técnico; Monitoramento	Sim	Sim	Sim

Nº	ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	1	2	3
20.	2018	O fenômeno da evasão discente: estudo multicaso nos programas de pós-graduação em administração do estado de Santa Catarina	Evasão; abandono; pós-graduação	Sim	Sim	Sim
21.	2018	Programa de Bolsa Permanência – uma avaliação das possibilidades para a conclusão do ensino superior do estudante vulnerável na UFT/Câmpus de Gurupi	Políticas Educacionais; Assistência Estudantil; Programa de Bolsa Permanência; Desempenho acadêmico;	Sim	Não	Não
22.	2018	Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa	Não informado	Sim	Sim	Sim
23.	2018	<i>Strengthening Evaluation in Indigenous Higher Education Contexts in Australia</i>	Não informado	Sim	Sim	Sim
24.	2017	A política de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo comparativo da eficácia na aplicação da verba do Programa Nacional de Assistência Estudantil através do desempenho acadêmico dos estudantes	Capital humano. Educação. Crescimento econômico. PNAES. Desempenho acadêmico. TIM	Sim	Não	Não
25.	2017	Análise dos serviços do restaurante universitário da UFCG na perspectiva dos usuários.	Serviços; Qualidade; Restaurante Universitário; SERVQUAL;	Sim	Sim	Sim
26.	2017	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Alfenas	Análise de correspondência (Estatística); Efetividade; Evasão universitária; Estudantes - Reprovação; Universidade Federal de Alfenas	Sim	Sim	Sim
27.	2017	<i>Employability and student equity in higher education: The role of university careers services</i>	<i>career development; Employability; low socio-economic status; student equity; widening participation</i>	Sim	Não	Não
28.	2017	O Programa de Assistência Estudantil sob a ótica da inclusão social e da garantia de direitos: um estudo realizado no Instituto Federal do Amapá	Assistência estudantil; garantia de direitos e educação profissional.	Não	Não	Não
29.	2017	Painel de indicadores de desempenho para as IFES-Instituições Federais de Ensino Superior: um modelo multidimensional	Indicadores; <i>Data Warehouse</i> ; OLAP; Sistemas de Suporte à Tomada de Decisões; Sistemas de Informação para Governo	Sim	Sim	Sim
30.	2017	Permanecer no ensino superior, eis a questão: estratégias de implementação efetiva de políticas públicas de assistência estudantil	Assistência Estudantil; Implementação de Política Pública; Perspectiva da Efetividade. PNAES.	Não	Não	Não
31.	2016	A permanência dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa: a assistência estudantil em foco	Educação superior; Permanência; Assistência estudantil; Perfil do estudante	Sim	Sim	Sim
32.	2016	Análise do Plano de Permanência de Estudantes da Universidade Federal do Pampa	Assistência estudantil; Ensino superior; Avaliação	Sim	Não	Não
33.	2016	Assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa:	Não informado	Não	Não	Não

Nº	ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	1	2	3
		composições e tensões no/com o movimento estudantil				
34.	2016	O desempenho acadêmico e o fenômeno da evasão em cursos de graduação da área da saúde	Evasão; desempenho acadêmico; ensino superior	Sim	Não	Não
35.	2016	Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia	Qualidade de Vida, Assistência Estudantil e Rendimento acadêmico.	Não	Não	Não
36.	2016	PNAES: uma análise da implementação da política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	Programa Nacional de Assistência Estudantil. Ensino técnico e superior. Política pública. Brasil.	Sim	Sim	Não
37.	2016	<i>Program Evaluation of Community College Learning Assistance Centers: What Do LAC Directors Think?</i>	<i>Assessment; Learning assistance center; learning lab; program evaluation; retention; student assistance centers</i>	Sim	Não	Não
38.	2016	Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES nos Institutos Federais de Educação: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG	Política Pública; Assistência Estudantil; Educação; IFs	Sim	Não	Não
39.	2015	<i>Implications of key performance indicator issues in Ontario universities explored</i>	<i>institutional accountability; performance funding; institutional behaviour; KPIs; key performance indicators</i>	Sim	Sim	Sim
40.	2015	Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE – Campus Vitória de Santo Antão	Democratização do Ensino Superior no Brasil; Assistência Estudantil; Programas e Políticas Públicas; Avaliação e Monitoramento.	Sim	Sim	Sim
41.	2015	Permanência na educação superior pública: o curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop	Educação superior; Permanência; Assistência estudantil; Enfermagem	Sim	Sim	Não
42.	2015	Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora	Assistência Estudantil; Ensino Superior; Monitoramento; Avaliação.	Sim	Sim	Sim
43.	2015	<i>The Efficacy of Key Performance Indicators in Ontario Universities as Perceived by Key Informants</i>	Não informado	Sim	Sim	Sim
44.	2014	A eficácia do sistema de cadastro socioeconômico da UFSC	Sistema de Informação. Estudo socioeconômico. Gestão da Assistência. Gestão da Permanência	Sim	Sim	Sim
45.	2014	Análise da contribuição do programa de ações afirmativas para a democratização do acesso, permanência e conclusão de estudantes de escolas públicas e negros nos cursos de graduação da	Ações Afirmativas; Assistência Estudantil; Universidade Pública;	Não	Não	Não

Nº	ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	1	2	3
		Universidade Federal de Santa Catarina				
46.	2014	Análise da gestão de investimentos em auxílios estudantis no Instituto Federal do Ceará Campus Jaguaribe	Auxílios estudantis; Evasão; Análise de gestão; Indicadores estratégicos;	Sim	Sim	Sim
47.	2014	Análise da Política de Assistência Estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza sob o olhar dos discentes	Assistência Estudantil. Educação Superior. Contrarreforma	Sim	Não	Não
48.	2013	Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional	Avaliação; Equidade; Eficácia educacional; políticas de assistência estudantil; CEFET – MG	Sim	Sim	Sim
49.	2013	Evasão em cursos de licenciatura: perfil do evadido, fatores intervenientes no fenômeno	Educação Superior; Políticas Públicas; Regressão Logística; Evasão; Licenciaturas	Sim	Não	Não
50.	2013	O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios	Serviço social; ação profissional; assistência estudantil	Sim	Sim	Não
51.	2013	O Restaurante Central como mecanismo de assistência estudantil: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo	Restaurante Universitário; Assistência Estudantil; Gestão de Custos	Sim	Não	Não
52.	1987	<i>Access to Australian higher education</i>	<i>Australia; Higher education</i>	Sim	Não	Não

Fonte: elaborado pelo autor. Nota: 1) Tem relação ao uso de indicadores? 2) Aborda algum indicador? 3) Discute teoricamente o indicador?

De forma complementar a pesquisa, cada um desses 52 artigos selecionados, lidos em sua totalidade, apresentaram alguns objetivos em comum, conforme Quadro 9. Nesta filtragem, foram considerados apenas os trabalhos que discutiam teoricamente o indicador assistência estudantil, perfazendo um total de 22 trabalhos. Tal preocupação em analisar esses mecanismos de medida e avaliação vem ao encontro do que Uchoa (2013) aponta quando menciona que, por meio dos indicadores, é possível avaliar muitos aspectos relacionados à gestão de atividades e processos do dia-a-dia, bem como no apoio a tomada de decisões por parte dos gestores. Outro detalhe encontrado nos trabalhos foi a análise de indicadores já utilizados por órgãos de âmbito nacional (TCU, INEP e dados estatísticos do censo), como forma de averiguar a execução das atividades realizadas, conforme apontado por Minayo (2009).

Merecem destaque também as considerações apontadas pelos autores destes trabalhos. Em sua maioria, nota-se a necessidade de aprofundar o estudo dos indicadores, bem como a concepção de que muitos não atendem às demandas a que foram relacionadas, considerando fatores como: falta de relacionamento entre os indicadores, falta de entendimento dos indicadores de modo a proporcionar uma melhor decisão por parte dos gestores, necessidade de

observar cenários mais específicos para a construção de instrumentos que retratem a realidade e dificuldade de informações periódicas e temporais para uma análise profunda.

Quadro 9 - Informações detalhadas dos artigos selecionados

AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO	INDICADOR	CONSIDERAÇÕES
Souza & Costa (2020)	Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco	Analisar o programa de Residência Universitária na UFRPE, com o propósito de identificar os mecanismos utilizados pela gestão para monitoramento e avaliação.	Taxa de Sucesso na Graduação	A investigação revelou que a instituição pesquisada carece de mecanismos, critérios, indicadores e parâmetros eficientes para que sejam realizados acompanhamentos factuais do Programa.
Costa & Brito (2019)	A importância do Programa Bolsa Permanência da UFGD: uma proposta de monitoramento e avaliação	Discutir a importância do Programa Bolsa Permanência, implantado na UFGD no ano de 2007, para a formação e a manutenção do aluno em sala de aula.	Propõe indicadores de retenção, evasão, desempenho	Não há um processo de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência.
Lobato (2019)	A utilização dos indicadores de desempenho e de qualidade na elaboração das políticas institucionais das universidades federais brasileiras	Compreender como os indicadores de desempenho e de qualidade podem ser utilizados na elaboração das políticas institucionais das Universidades Federais brasileiras.	Indicadores do TCU	Das universidades pesquisadas, apenas 1 não faz uso dos indicadores de desempenho e de qualidade na elaboração das políticas institucionais; tais artefatos funcionam como norteadores do caminho a ser seguido pela gestão, pois permitem o conhecimento da realidade da instituição e assim estabelecer as políticas institucionais que realmente são necessárias ao seu desenvolvimento. A inexperience dos gestores em uma das universidades pesquisadas reitera a necessidade de informações que ajudem os gestores a tomar as melhores decisões.
Silva (2019)	Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018	Realizar a avaliação de efetividade da assistência pecuniária aos estudantes de graduação financiados política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Taxa de Integralização Média e Número de Créditos Integralizados	Aponta a necessidade de complementar análises futuras com variáveis adicionais, principalmente as socioeconômicas em nível individual e familiar, de forma a evidenciar aspectos mais sutis para o desenho de ações mais efetivas para a permanência satisfatória dos alunos e do desempenho acadêmico de subgrupos de estudantes. A contribuição da pesquisa tem sentido na proposição de análise por uma metodologia quantitativa, que se percebeu reduzida no tema da assistência estudantil das instituições federais.

AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO	INDICADOR	CONSIDERAÇÕES
Maurício (2019)	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins	Analisar o processo de avaliação da política de Assistência Estudantil na UFT.	Coefficiente do rendimento acadêmico, percentual de evasão, TSG	Em algumas áreas, a UFT ainda não conseguiu desenvolver ações, isso porque a instituição prioriza as áreas de assistência básicas, devido a limitação dos recursos para atender o elevado número de estudantes vulneráveis.
Batista (2019)	Políticas de inclusão universitária: permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí	Conhecer a operacionalização da política de permanência adotada na UFPI, compreender possíveis implicações dessa política sobre a vida dos graduandos e verificar se há influência sobre os Indicadores de Qualidade (IQ) divulgados pelo Inep-MEC, referentes aos ciclos avaliativos compreendidos entre 2007 a 2016, em cursos específicos da área de saúde.	Indicadores de qualidade	No que tange à gestão, há necessidade de ajustes, a serem efetivados meio de ferramentas de TIC que permitam o acompanhamento da política, a divulgação efetiva das ações e o preenchimento da lacuna existente quanto ao acompanhamento/avaliação seriada das ações subsidiadas pelo PNAES, em conformidade com o que preconiza o Decreto que instituiu o programa.
Brito (2018)	Institucionalização de uma Política de Monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Discutir sobre monitoramento e avaliação da Assistência Estudantil, conforme decreto PNAES, na UFGD.	Índice de Classificação, percentual de bolsas pagas.	Na análise dos dados coletados, observa-se que existe uma Política de Assistência Estudantil institucionalizada na UFGD, porém, há a inexistência de ferramentas para proporcionar o monitoramento e avaliação do programa.
Almeida (2018)	Monitoramento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma análise do IFPE Campus Belo Jardim	Verificar a efetividade das ações de monitoramento da política de assistência estudantil realizadas pelo IFPE Campus Belo Jardim.	A IFES não utiliza.	Os resultados mostraram que as ações adotadas pelo IFPE Campus Belo Jardim não asseguram o efetivo monitoramento da política de assistência estudantil. Não foi constatada a utilização de indicadores específicos para a realização do monitoramento e da avaliação dos programas que são desenvolvidos no âmbito do campus.
Fernandes (2018)	O fenômeno da evasão discente: estudo multicase nos programas de pós-graduação em administração do estado de Santa Catarina	Analisar os fatores que influenciam a evasão discente nos programas de pós-graduação em Administração do estado de Santa Catarina.	INEP e CAPES	Em relação aos matriculados, sugere procedimentos de acompanhamento simultâneo ao longo do curso e controle integrado.
Eloi (2018)	Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência	Desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação do PNAES na Universidade	Indicadores de produtos, de resultado intermediário, de resultado final e impacto.	Há vulnerabilidades provocadas por fatores de contexto nas duas ações analisadas; a análise de pertinência e suficiência das atividades revelou que as causas críticas mapeadas

AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO	INDICADOR	CONSIDERAÇÕES
	Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa	Federal de Viçosa (UFV) que possa auxiliar os gestores na tomada de decisão e para realização do monitoramento e futuras avaliações desse programa.		vem sofrendo mudanças decorrentes das atividades desenvolvidas, o desenho do modelo lógico deu robustez e subsídio para a construção dos indicadores, a avaliação por meio da percepção dos beneficiários proporcionou compreender particularidades nas características das áreas de moradia, alimentação, deslocamento e origem social.
Smith, Pollard, Robertson & Shalley (2018)	<i>Strengthening Evaluation in Indigenous Higher Education Contexts in Australia</i>	Descrever maneiras para fortalecer a avaliação na educação superior indígena na Austrália.	Desempenho em geral.	Reconhecem que existem poucos produtos de alta qualidade, robustos e avaliações abrangentes da eficácia do programa e da política neste espaço e argumentam que isso precisa mudar. Também mostram que houve uma falta de ação por parte governo e universidades em resposta às recomendações de especialistas recorrentes associadas com a melhoria das práticas de desempenho, monitoramento e avaliação em Indígenas educação na Austrália.
Vieira (2017)	Análise dos serviços do restaurante universitário da UFCG na perspectiva dos usuários.	Analisar a qualidade dos serviços do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Campina Grande na percepção dos usuários.	Avaliação do RU, melhorias e satisfação geral	Sugere implantação de sistema de informação.
Barbosa (2017)	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Alfenas	Avaliar a efetividade do PNAES, como forma de responder à pergunta se o PNAES foi um sucesso ou fracasso na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), no período de 2014 a 2016.	Índice de evasão relativa e o índice de reprovação relativa	O autor conclui que o PNAES foi um sucesso para o período analisado com relação à evasão, porém com a ressalva dos cursos que necessitam de estudos para levantar os motivos de reprovações dos alunos assistidos.
Santini (2017)	Painel de indicadores de desempenho para as IFES- Instituições Federais de Ensino Superior: um modelo multidimensional	Apresentar os resultados de um estudo cujo objetivo principal foi estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho estratégico para as IFES-Instituições Federais de Ensino Superior, modelado de forma multidimensional.	Desempenho da IFES	A aplicação de indicadores pode, por vezes, não estar associado à cultura de gestão desta ou aquela instituição. Pelo menos em algumas das instituições usadas na amostra, não há clareza na apresentação de quais seriam os indicadores de acompanhamento de seu planejamento e sequer, quais seriam as relações entre estes e os objetivos estratégicos.
Nunes (2016)	A permanência dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa: a	Analisar fatores que interferem na permanência de estudantes ingressantes	Indicadores de taxa estudantil, conclusão de curso	É preciso que as universidades precisem definam rotinas de gestão no intuito de produzir indicadores de permanência para acompanhar a

AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO	INDICADOR	CONSIDERAÇÕES
	assistência estudantil em foco	por ação afirmativa, no contexto das políticas de assistência estudantil, em 2013 e 2014 e solicitaram ou foram contemplados com assistência estudantil na instituição.		trajetória dos estudantes no curso, de modo a facilitar a identificação da quantidade de estudantes que estão permanecendo, em quais condições, o nível de desempenho nas disciplinas, o percentual de integralização no curso entre outros. É necessário também criar uma interlocução constante com o estudante por meio de pesquisas socioeconômicas, no sentido de provocar uma maior aproximação com a realidade para implementação de melhorias nas políticas de apoio e acolhimento estudantil.
Chan (2015)	<i>Implications of key performance indicator issues in Ontario universities explored</i>	Descrever sobre a percepção dos principais informantes das universidades participantes em relação à eficácia e eficácia dos KPIs existentes.	KPIs - indicadores de desempenho	Os KPIs não são vistos como medidas adequadas de desempenho e responsabilidade em níveis institucionais ou de programas.
Penha (2015)	Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE – Campus Vitória de Santo Antão	Verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do PNAES na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sob a ótica do beneficiário do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) e da gestão do Programa no CAV e na UFPE.	Nº de alunos em VE, recurso médio repassado por aluno beneficiário, % de alcance do número estimado de alunos em VE, nº de alunos beneficiários, quantitativo de alunos com melhoria no rendimento, nº de semestres com a concessão de auxílios, nº de beneficiários com conclusão no tempo regulamentar, nº de beneficiários que utilizaram acréscimo ao tempo regulamentar, nº de beneficiários desligados do programa, nº de disciplinas por semestre, índice de rendimento no desempenho acadêmico	Quanto aos indicadores utilizados pela UFPE e pelo CAV, observa-se que ainda são poucos, em estágio inicial de implantação, porém já existe a previsão da criação de novos indicadores por meio de um projeto desenvolvido entre setores acadêmicos - desenvolvimento de ensino) e professores da área de ciências administrativas e sociais da Universidade.
Pinto (2015)	Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora	Analisar e identificar mecanismos de monitoramento e avaliação de AE na UFJF.	Indicadores de retenção, evasão, rendimento, reprovação, satisfação, recursos aplicados, recursos por beneficiário, atendimento, benefícios concedidos	Houve dificuldades para encontrar estudos relacionados com a Assistência Estudantil e reitera a necessidade de novas pesquisas, para tornar o debate mais denso e consistente.
Chan (2015)	<i>The Efficacy of Key Performance Indicators in</i>	Examinar as percepções de 12 informantes sobre	Graduação, emprego e inadimplência de empréstimo	Os resultados deste estudo demonstram que uma clara maioria dos participantes acredita nesses

AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO	INDICADOR	CONSIDERAÇÕES
	<i>Ontario Universities as Perceived by Key Informants</i>	eficácia e eficiência dos KPIs.		KPIs não estão tendo o impacto pretendido.
Pereira (2014)	A eficácia do sistema de cadastro socioeconômico da UFSC	Avaliar a eficácia do sistema de cadastro socioeconômico que é utilizado no Serviço de Atenção Sócio Assistencial - SAS/PRAE/UFSC.	Indicadores relacionados à Vulnerabilidade	Reitera a necessidade de planejamento de ações no que tange à qualidade da comunicação a ser estabelecida entre todos os usuários do sistema: o gestor da PRAE, o técnico da SeTIC e as assistentes sociais, fatos estes que implicam em uma ampliação da eficácia do sistema
Ferraz (2014)	Análise da gestão de investimentos em auxílios estudantis no Instituto Federal do Ceará Campus Jaguaribe	Analisar a gestão dos recursos destinados a auxílios estudantis no combate à evasão escolar no nível superior, testando as seguintes hipóteses: a) o aumento do volume de verbas destinadas a auxílios estudantis minimiza o fenômeno da evasão; b) o recebimento de auxílio reduz a probabilidade de evasão do aluno subsidiado.	Apresentam a proposta do <i>Balanced Scorecard</i>	Administrativamente, existem duas respostas possíveis ao problema da evasão: aumentar o volume de investimentos destinados às subvenções nas instituições de ensino público, como a rede IFCE; e aumentar o grau de eficácia dos investimentos, otimizando sua utilização. O primeiro caso exige apelo às esferas políticas, além dos limites da instituição, mas o segundo requer desenvolvimento dos processos administrativos internos.
Ramalho (2013)	Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional	Estudar o aspecto avaliativo e propor construção de instrumentos de monitoramento para Assistência Estudantil no CEFET-MG	Eficácia e Eficiência	Houve a proposta, mas os empecilhos configuram como consolidação dos indicadores dos estudantes, a ausência de um sistema de acompanhamento sistematizado, e há pouca literatura de AE, principalmente no aspecto avaliativo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Alguns trabalhos apresentaram a discussão que ajuda a compreender o processo de organização e criação de indicadores, e quais os principais aspectos a serem considerados. Tais artefatos subsidiam pesquisadores e interessados na área como forma de entender a política pública e as diversas áreas que se relacionam e que são influenciadas pelo objeto de pesquisa. Estes poucos artefatos encontrados corroboram com Imperatori (2017), quando menciona que a literatura acerca da assistência estudantil apresenta estudos de casos em sua maioria, o que faz com que as pesquisas tragam uma leitura fragmentada a respeito da temática.

4.2. PANORAMA EMPÍRICO: RETRATO DOS INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PNAES NAS IFES BRASILEIRAS

4.2.1. As dez áreas prioritárias do PNAES nas IFES

As atividades relacionadas à assistência estudantil são norteadas pelas dez ações propostas pelo decreto do PNAES. Para se ter uma visão mais abrangente dessa política pública pelas IFES no país, procurou-se verificar quais destas dez ações prioritárias as referidas IFES tinham atividades declaradas no contexto desta pesquisa. O Quadro 10 mostra se a referida IFES tem ação, sejam elas: 1. moradia; 2. alimentação; 3. transporte; 4. atenção à saúde; 5. inclusão digital; 6. cultura; 7. esporte; 8. creche; 9. apoio pedagógico; e 10. acesso, participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e outros transtornos. Agruparam-se apenas as 24 instituições que responderam ao questionário online.

Quadro 10 - Resultado do questionário das IFES sobre a execução nas áreas do PNAES

SIGLA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
UFTM	X	X	X	X	X		X	X	X	X
UFCAT	X	X	X	X	X				X	X
UFT	X	X		X	X				X	
UFPR	X	X	X		X		X	X	X	
UFRB	X	X	X		X		X	X	X	X
UFS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFPE	X	X		X	X	X	X	X	X	X
UFCA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFSJ	X	X	X	X	X		X	X	X	X
UFOB		X			X				X	
UFSCAR	X	X	X	X	X			X	X	X
UFLA	X	X	X	X	X		X	X		X
UFRRJ	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFOPA		X	X		X		X		X	X
UFPB	X	X	X		X			X		
UFPEL	X	X	X					X	X	
UFRR	X	X	X		X	X	X		X	X
UFOP	X	X		X	X				X	X
UFRPE	X	X	X	X			X	X	X	
UFSM	X	X	X	X	X			X		
UFES	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFRGS	X	X	X	X			X	X	X	X
UNIFEI	X	X			X			X	X	
UNIR	X	X	X		X	X	X	X		

Fonte: Questionário encaminhado às IFES. **Nota:** 1. Moradia; 2. Alimentação; 3. Transporte; 4. Atenção à saúde; 5. Inclusão digital; 6. Cultura; 7. Esporte; 8. Creche; 9. Apoio pedagógico; 10. Acesso, participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e outros transtornos.

A pesquisa nos sites e documentos institucionais permitiu ainda identificar, no âmbito das ações nas 10 áreas do PNAES, quais eram pagas em pecúnia e quais eram desenvolvidas por meio de ações que não envolviam pagamento financeiro aos estudantes. O resultado dessa

busca pode ser visualizado no Quadro 11, onde a coluna “RS” representa que a ação envolveu pagamento de pecúnia e a coluna “AÇÃO” representa que a área do PNAES não envolveu pagamento financeiro aos estudantes. Os registros preenchidos com “X” indicam que as ações foram desenvolvidas exclusivamente para alunos em vulnerabilidade social e econômica. Os registros preenchidos com “X*” indicam que as ações foram desenvolvidas para todos alunos (independente da vulnerabilidade) e os preenchidos com “X**” indicam a existência de ações distintas para estudantes em vulnerabilidade social e econômica e para os que não se enquadram neste perfil.

Quadro 11 - Ações executadas por pecúnia e ações não financeiras de acordo das áreas do PNAES por IFES no Brasil

IFES	Moradia		Alimentação		Transporte		Atenção à saúde		Inclusão digital		Cultura		Esporte		Creche		Apoio pedagógico		Acesso [...] estudantes com deficiência [...]		
	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	
UnB	X	X	X	X	X		X*	X*			X*	X*	X*		X		X*	X		X*	
UFCat	X		X	X*				X*			X*	X*		X*			X*			X*	
UFG	X	X	X	X*				X*			X*	X*	X	X*	X		X*			X*	
UFJ	X		X	X*	X			X*			X*	X*		X*			X*			X*	
UFGD		X	X	X*				X*			X*	X*	X*			X*	X**	X**		X*	
UFMS	X		X	X*				X*			X*	X*	X*		X		X**			X*	
UFMT	X	X		X*				X*			X*	X*					X	X		X*	
UFR	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
UFAL	X	X	X	X*				X*	X					X*			X**			X*	
UFBA	X	X	X	X*		X	X	X*				X*		X*	X		X*		X	X*	
UFOB	X		X	X*				X*										X*		X*	
UFRB	X	X	X	X*	X			X*				X*	X		X			X*		X*	
UFSB	X		X		X			X*			X*			X*	X		X*	X*		X*	
UFCA	X		X	X*	X			X*	X			X*		X*	X		X*	X*		X*	
UFC	X	X		X*		X*		X*				X*	X**			X*	X*	X*		X*	
UNILAB	X		X	X*	X			X*				X*		X*						X*	
UFMA	X	X	X	X*	X			X*				X*	X			X	X	X*		X*	
UFPB	X	X	X	X*	X			X*				X*		X*	X		X*	X*		X*	
UFCG		X		X*		X		X*				X*		X*			X*			X*	
UFPE	X	X	X	X*				X*				X*		X*	X		X*	X*		X*	
UFAPE		X	X		X			X*						X*	X					X*	
UFRPE		X	X		X			X*			X		X		X		X*			X*	
UNIVASF	X	X	X	X*	X			X*				X*		X*	X			X*		X*	
UFDPar		X		X*				X*			X		X		X		X*	X*		X*	

IFES	Moradia		Alimentação		Transporte		Atenção à saúde		Inclusão digital		Cultura		Esporte		Creche		Apoio pedagógico		Acesso [...] estudantes com deficiência [...]	
	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO
UFPI		X		X*				X*			X		X		X		X*	X		X*
UFRN	X	X	X	X*	X			X*				X*	X		X			X*	X*	
UFERSA	X	X		X*	X		X					X*	X		X		X	X*	X	X*
UFS	X	X	X	X*	X		X		X		X		X		X		X	X*		X*
UFNT	X	X	X	X*													X			
UFAC	X			X*	X			X*				X*	X		X		X*	X*	X	X*
UFAM	X			X*		X		X*	X		X*		X*		X		X			X*
UNIFAP	X			X*	X		X			X			X				X			X*
UFOPA		X	X	X*	X			X*				X*	X			X		X*	X	X*
UFPA	X	X		X*	X										X		X	X*	X	X*
UNIFESSPA	X		X		X			X*							X		X		X	X*
UFRA	X	X	X	X*	X			X*							X		X			X*
UNIR	X		X		X			X*				X*		X*	X		X*			X*
UFRR		X	X		X			X*			X*			X*			X		X	X*
UFT	X	X	X	X*			X	X*									X			X*
UFES	X			X*	X			X*				X*		X*	X		X			X*
UNIFAL			X	X*		X		X*				X*		X*	X		X	X		X*
UNIFEI	X		X	X*				X*				X*		X*	X			X*		X*
UFJF	X	X	X	X*	X			X*				X*		X*	X			X*		X*
UFLA	X	X	X	X*				X*				X*		X*	X		X	X*		X*
UFMG	X	X		X*	X			X*			X	X*		X*	X		X	X*		X*
UFOP	X	X		X*	X			X*				X*		X*			X*			X*
UFSJ	X	X	X	X*	X			X**			X*		X*		X		X*		X	X*
UFU	X	X	X	X*	X			X*				X*		X*	X		X		X	X*
UFV		X	X	X*				X*				X*		X*	X			X*		X*

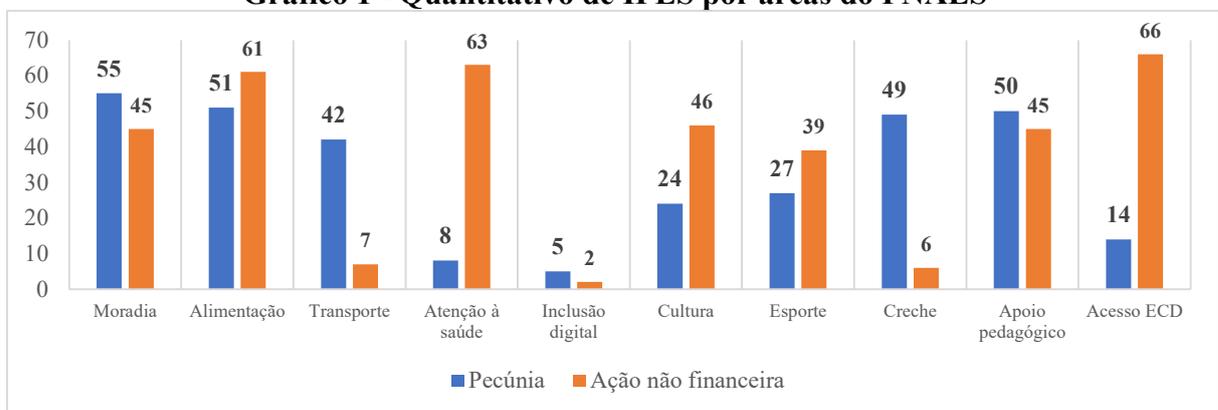
IFES	Moradia		Alimentação		Transporte		Atenção à saúde		Inclusão digital		Cultura		Esporte		Creche		Apoio pedagógico		Acesso [...] estudantes com deficiência [...]		
	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	R\$	AÇÃO	
UFTM	X		X	X*	X			X*				X*	X	X*	X		X	X*		X*	
UFVJM		X	X		X			X*			X			X*	X			X**		X*	
UNIRIO	X		X	X*		X*		X*				X*		X*				X*		X*	
UFRJ	X	X		X*	X			X*				X*		X*	X		X	X*		X*	
UFF	X	X	X	X*	X*			X*					X*		X			X**	X*	X*	
UFRRJ	X	X		X*	X		X	X*			X	X*	X	X*	X		X	X*	X	X*	
UFSCar	X	X	X	X*	X			X*				X*		X*	X	X		X*		X*	
UNIFESP				X*			X	X*				X*			X			X*	X	X*	
UFABC	X		X	X*				X*				X*		X*	X			X*		X	X*
UFPR	X		X	X*				X*				X*		X*	X			X*	X**		X*
UNILA	X	X	X	X*		X*		X*				X*		X*	X			X*	X		X*
UIFPR	X		X	X*	X			X*			X*		X*					X**	X*		X*
UFCSA	X		X	X*	X			X*				X*						X*			X*
UFPA	X	X	X	X*	X			X*				X*		X*	X			X**	X*		X*
UFES		X		X*	X			X*		X*	X*	X*	X*	X*	X	X*		X	X*		X*
UNIPAMPA	X	X	X	X*	X			X*			X*	X*	X*	X*	X			X**			X*
FURG	X	X	X	X*	X			X*				X*		X*	X			X*			X*
UFERS	X	X	X	X*	X			X*	X*		X*		X*	X*	X			X	X*		X*
UFSC	X	X	X	X*				X*			X*	X*	X*	X*	X			X*	X*		X*
UFFS	X		X	X*	X			X*			X*		X*		X			X*	X*		X*

Fonte: Pesquisa nos sites e documentos institucionais. **Nota:** R\$ - valor pago em pecúnia. AÇÃO – atividade que não envolve pagamento financeiro. X - Exclusivamente para alunos em vulnerabilidade social e econômica. X* - para todos alunos. X** - ações para VSE e todos.

A Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) foi criada em 2018, a partir do desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o respectivo site não apresenta as informações de modo detalhado. Há também de se destacar que o registro feito para cada IFES considerou, em comparação com as áreas do PNAES, aquilo que de mínimo as instituições devem oferecer aos seus estudantes.

Importante mencionar que as IFES disponibilizam atendimento psicológico para seu corpo discente, o que foi contabilizado como área de atendimento à saúde, bem como ações odontológicas ou suportes especiais em hospitais universitários mantidos pela IFES. Não obstante, algumas universidades oferecem kits pedagógicos para cursos específicos, como o kit odontológico disponibilizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Ações como essa foram contabilizadas na área de apoio pedagógico. Em relação ao auxílio-creche, por exemplo, a ação adotada pela UFGD merece destaque. Por meio de um acordo entre a universidade e o município de Dourados, o Centro de Educação Infantil – CEI/UFGD atende crianças dos alunos da graduação e pós-graduação, bem como de moradores da região e funcionários da UFGD e estudantes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (instituição vizinha). Neste acordo, as responsabilidades são divididas entre a universidade e o município. Há de se destacar a existência de IFES que disponibilizam o auxílio para participação de estudantes em eventos, no qual a instituição subsidia financeiramente em eventos de caráter técnico, científico, artísticos ou culturais, como forma de contribuir para a formação acadêmica dos estudantes. A inclusão digital aferida considerou as ações neste âmbito anteriores à pandemia do Covid-19. A pandemia provocou a necessidade de ações que permitissem o acesso dos estudantes ao ensino de modo remoto e é trabalhado com mais detalhes na próxima seção. O Gráfico 1 apresenta o quantitativo de universidades que desenvolvem ações (pagas com pecúnia e sem ação financeira) nas áreas do PNAES.

Gráfico 1 - Quantitativo de IFES por áreas do PNAES



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Não obstante, foram encontradas outras ações, além das dez prioritárias definidas no decreto do PNAES, cuja menção se faz importante e que são apontadas no quadro a seguir.

Quadro 12 - Outras ações de assistência estudantil nas IFES

IFES	Ações
UnB	Auxílio Emergencial e Socioeconômico de R\$ 465,00 / Bolsa MEC (indígenas e quilombolas)
UFCat	Bolsa Permanência R\$ 400,00 / Bolsa MEC
UFG	Bolsa Calouro (Acolhe UFG), de 4 meses / Bolsa Permanência / Fazendo Onda
UFJ	Bolsa Permanência R\$ 400,00
UFGD	Bolsa Permanência e Auxílio Emergencial / Bolsa MEC / PROMISAES
UFMS	Auxílio Permanência R\$ 400,00 / Auxílio Emergencial / Bolsa MEC (indígenas e quilombolas) / PROMISAES
UFMT	Auxílio Permanência R\$ 400,00 / Auxílio Emergencial / Acolhimento imediato / Bolsa MEC / Inclusão Indígena-Quilombola
UFBA	Programa de Estudante Convênio de Graduação
UFOB	Programa de Apoio Financeiro ao Estudante (PAFE) / Programa PROMISAES / MEC / Auxílio Eventual
UFRB	Auxílio Permanência R\$ 400,00
UFSB	Bolsa Apoio Permanência / Auxílio Emergencial / Bolsa MEC
UFCA	Bolsa MEC e Auxílio Emergencial
UFC	Auxílio Emergencial / Bolsa de Iniciação Acadêmica
UNILAB	Auxílio Instalação / Auxílio Social / Auxílio Emergencial / Bolsa MEC
UFMA	Auxílio Emergencial / Bolsa Aprimoramento Acadêmico / Bolsa MEC / Foco Acadêmico / PROMISAES
UFPB	Bolsa MEC / Programa Estudante - Convênio de Graduação (mobilidade)
UFCE	Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação / PROMISAES
UFPE	Bolsa Nível
UFAPE	Programa Apoio Ingressante
UFRPE	Bolsa MEC / Programa De Volta ao Lar / Bolsa de Apoio Acadêmico / Programa de Apoio ao Ingressante
UNIVASF	Bolsa MEC / Permanência
UFDPAR	Bolsa de Apoio Estudantil
UFPI	Bolsa de Apoio Estudantil / Bolsa MEC
UFRN	PROMISAES / Bolsa de apoio técnico administrativo
UFERSA	Bolsa Acadêmica / Auxílio Emergencial
UFS	Bolsa MEC
UFAC	Pró-Estudo / Mobilidade / Pró-Docência / Tutoria / Pró-Inclusão
UFAM	Auxílio Acadêmico / Emergencial / Bolsa MEC
UNIFAP	Bolsa MEC / Auxílio Emergencial / Auxílio Mobilidade
UFOPA	Bolsa MEC / Inserção Acadêmica
UFPA	Auxílio Permanência / PROMISAES / Bolsa MEC / Auxílio Moradia indígena, quilombola e populações tradicionais / Auxílio Estudante Estrangeiro
UNIFESSPA	Permanência / Emergencial
UFRA	Bolsa MEC / Auxílio Emergencial
UNIR	Bolsa MEC / Auxílio Emergencial / Auxílio Acadêmico
UFRR	Bolsa MEC
UFT	Auxílio Permanência / Bolsa MEC / Auxílio Permanência EDUCAMPO / Auxílio Permanência Temporário / PROMISAES
UFES	Bolsa MEC / Bolsa Estudante Estrangeiro
UNIFAL	Auxílio Permanência / Bolsa MEC
UNIFEI	Auxílio Permanência / PROMISAES
UFJF	Bolsa PNAES / Permanência
UFLA	Bolsa Calouro / Ações Comunitárias
UFMG	Bolsa MEC
UFOP	Bolsa Permanência / Bolsa de Incentivo à Diversidade e Convivência / Bolsa MEC
UFSJ	Bolsa MEC / PROMISAES

IFES	Ações
UFU	Integração dos Ingressantes / Bolsa MEC / Mobilidade / PROMISAES
UFV	Auxílio Emergencial / Bolsa Aprendizagem Aprimoramento Profissional
UFTM	Bolsa MEC / PROMISAES
UFVJM	Bolsa MEC / Auxílio Emergencial
UNIRIO	Incentivo Acadêmico / Bolsa MEC
UFRJ	Auxílio Permanência /Bolsa MEC
UFF	Emergencial / Acolhimento / Bolsa de Desenvolvimento acadêmico / Bolsa MEC / Estudante Estrangeiro
UFRRJ	Bolsa MEC / Apoio Técnico
UFSCar	Bolsa Atividade / Bolsa MEC / PROMISAES
UNIFESP	PAPE (Programa de Auxílio Para Estudantes) / Bolsa MEC / (Bolsa de Iniciação à Gestão) / PROMISAES
UFABC	Auxílio Emergencial / Bolsa Permanência
UFPR	Tutoria entre pares / Bolsa MEC / PROMISAES / Auxílio Permanência / Mobilidade Acadêmica
UTFPR	Auxílio Básico paga Transporte e Apoio Pedagógico / Bolsa MEC / Bolsa Protagonismo
UFCSPA	Auxílio Permanência / PROMISAES
UFPEL	PROMISAES
UFMS	PROMISAES
UNIPAMPA	Programa de Apoio ao Ingressante / PROMISAES
FURG	Bolsa PAENE (Programa de Apoio aos Estudantes com necessidades específicas), PRAE, PROMISAES, Auxílio Permanência
UFRGS	Auxílio Extraordinário / Bolsa Aperfeiçoamento / Bolsa Mérito / PROMISAES
UFSC	Bolsa Estudantil / Bolsa MEC
UFFS	Bolsa MEC / Auxílio Ingresso / Auxílio Emergencial / Auxílio Alternância / PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas)

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

4.2.2. A INCLUSÃO DIGITAL E A PANDEMIA DO COVID-19

No âmbito da inclusão digital, destaca-se a pouca quantidade de IFES com atividades nessa área. Após a data da coleta de dados inicial (janeiro a março/2020), esse valor foi impactado pela pandemia e atualmente todas as IFES apresentam ações de inclusão digital (coleta em janeiro/2021). Esta unanimidade nas ações das IFES ocorreu em detrimento à pandemia causada pelo coronavírus, o que provocou uma mudança nos processos de ensino e aprendizagem, principalmente por meio de aulas remotas. A disponibilização de auxílios financeiros para aquisição ou melhoria dos recursos tecnológicos (computadores, *tablets*, por exemplo) se tornou uma demanda essencial para que as ações de assistência estudantil atendessem os estudantes em situação de vulnerabilidade. Com exceção da UFNT (em processo de transição e sem os dados), todas as outras IFES apresentaram ações em prol da inclusão digital dos acadêmicos. A descrição das modalidades do Auxílio Digital com o Covid-19 é apresentada no Quadro 13.

Quadro 13 - Ações das IFES no âmbito da inclusão digital na pandemia do Covid-19

IFES	Projeto Alunos Conectados RNP/MEC	Auxílio financeiro p/ Internet	Auxílio financeiro p/ aquisição de equipamentos	Empréstimo de equipamentos	Auxílio financeiro	Outros
UnB	X	X	X	X		Doação (PF ou PJ)
UFCat	X		X			
UFG	X	X	X	X	X	
UFJ	X	X	X			
UFGD					X	
UFMS	X		X		X	
UFMT		X	X	X		
UFR		X	X			
UFAL	X		X			
UFBA	X		X			
UFOB	X	X	X			
UFRB	X		X			
UFSB	X		X			
UFCA	X	X	X			
UFC	X		X			
UNILAB	X					Disponibilização de <i>tablets</i>
UFMA	X			X		
UFPB	X	X	X			
UFCEG	X	X	X			
UFPE	X		X	X		
UFAPE	X				X	
UFRPE	X		X			
UNIVASF	X		X			
UFDFPar	X	X				
UFPI	X	X	X			
UFRN	X	X	X			
UFERSA	X	X	X			
UFS	X	X				
UFNT	ND	ND	ND	ND	ND	ND
UFAC	X		X			
UFAM	X	X	X			
UNIFAP		X	X			
UFOPA	X	X				Distribuição de <i>Chromebook</i>
UFPA	X		X			
UNIFESSPA	X	X	X	X		
UFRA	X	X				
UNIR	X		X			
UFRR	X	X	X			
UFT		X	X			
UFES	X	X	X			
UNIFAL	X	X	X	X		
UNIFEI		X		X		
UFJF	X	X				
UFLA	X	X				
UFMG		X	X	X		Apadrinhamento digital
UFOP	X	X	X			Pecúnia para manutenção
UFSJ	X	X	X			

IFES	Projeto Alunos Conectados RNP/MEC	Auxílio financeiro p/ Internet	Auxílio financeiro p/ aquisição de equipamentos	Empréstimo de equipamentos	Auxílio financeiro	Outros
UFU	X	X	X			
UFV	X	X				
UFTM	X	X	X			
UFVJM	X				X	
UNIRIO					X	
UFRJ		X	X			
UFF		X		X		
UFRRJ	X	X	X			
UFSCar			X			
UNIFESP	X	X		X		
UFABC	X			X		
UFPR	X			X		
UNILA	X	X				
UTFPR	X	X	X			
UFCSPA	X		X			
UFPeI		X	X			Chip para celular
UFSM	X	X	X			
UNIPAMPA	X	X	X			
FURG	X				X	
UFRGS	X			X		
UFSC	X	X		X		
UFFS	X	X	X			

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

No âmbito do auxílio digital, o Projeto Alunos Conectados tem como objetivo a contratação de serviço de acesso à Internet, por meio da disponibilização de pacote de dados móveis e fornecimento de chips (para os estudantes que ainda não o possuem), para atendimento dos alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica, para execução e desenvolvimento das atividades acadêmicas decorrentes do Covid-19 (RNP, 2020). Esta ação, resultado da parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) permitiu o retorno das atividades acadêmicas da IFES ainda no ano de 2020, além de “democratizar o acesso à educação, impulsionar a inclusão digital e diminuir as desigualdades no acesso a Tecnologias de Informação e Comunicação” (MEC, 2020).

As IFES que não adotaram o Projeto Alunos Conectados (RNP/MEC) ou até mesmo aquelas que, mesmo adotando o projeto, ainda possuíam regiões sem cobertura de área 3G ou 4G pela operadora contratada pelo projeto, disponibilizaram aos seus alunos benefícios pecuniários, caracterizadas na coluna “Auxílio financeiro p/ Internet”. Não obstante, o auxílio financeiro disponibilizado em algumas IFES também teve como objetivo a aquisição de equipamentos de informática (computadores, *notebooks*, *tablets*), em divulgação por meio de edital específico, com as normativas e orientações necessárias para a concessão dos respectivos

benefícios, bem como a descrição da necessidade de envio comprobatório das notas fiscais de aquisição dos respectivos equipamentos.

O empréstimo de equipamentos também foi uma das alternativas encontradas pelas IFES como medidas de assistência aos estudantes. A UNB, por exemplo, disponibilizou equipamentos em conformidade com as normas de patrimônio da Universidade. A UFF divulgou um edital com possibilidade de empréstimo emergencial de *Chromebook* e similares para até 500 estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Importante destacar que os empréstimos de equipamentos realizados pelas IFES têm validade enquanto subsistirem os efeitos da pandemia causada pelo Covid-19.

Dentre as outras ações adotadas pelas IFES, destaca-se a UFMG, que desenvolveu uma versão do Bolsa Apadrinhamento, já existente em suas ações, desta vez para o âmbito da inclusão digital. Nomeado de Bolsa Apadrinhamento Digital, este projeto consiste no recebimento, por meio de doação de *notebook*, computador ou dinheiro, como forma de subsidiar as ações de atendimento digital aos estudantes (FUMP, 2020). Tais ações em prol da inclusão digital reforçam o compromisso que as IFES possuem em relação ao acesso igualitário à educação, conforme a Constituição Federal preconiza (MAURICIO *et al.*, 2020).

4.2.3. Indicadores de Assistência Estudantil nas IFES

A partir da coleta de dados (nos sites institucionais, PDI e Relatórios de Gestão mais recentes) acerca da existência de indicadores no âmbito da assistência estudantil nas IFES do Brasil, foram encontrados elementos que indicaram existência e execuções de ações no âmbito dessa temática, bem como planejamentos e ações propostas nos PDIs futuros das instituições.

Os dados encontrados foram organizados em formas de quadro, com as seguintes informações: identificação da IFES, fonte da informação, referências de indicadores existentes e observações acerca dos elementos encontrados. Em alguns casos não foi possível averiguar se os indicadores referenciados já estão sendo executados ou não. Em outros casos, o apontamento de indicadores nos PDI é claramente detalhado e identificado como proposta futura. De modo a facilitar a leitura, as IFES foram organizadas e separadas por regiões do Brasil: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. O Quadro 14 apresenta as referências das IFES da Região Centro-Oeste.

Quadro 14 - Referências de indicadores de AE nas IFES da Região Centro-Oeste

IFES	UNB
Fonte	Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Redução do tempo do processo de inclusão de estudantes nos programas de assistência estudantil 2. Percentual de Estudantes dos Programas de Assistência Estudantil evadidos da Universidade por semestre 3. Percentual de Estudantes dos Programas de Assistência Estudantil que ultrapassam o tempo regular mais dois (semestres) do respectivo curso 4. Percentual de Estudantes dos Programas de Assistência Estudantil com baixo rendimento em Acompanhamento Acadêmico 5. Percentual de Estudantes dos Programas de Assistência Estudantil formados no tempo regulamentar mais dois semestres 6. Percentual dos formados em relação aos egressos dos Programas de Assistência Estudantil 7. Percentual de estudantes que conhecem os programas de assistência estudantil e seus objetivos 8. Percentual de ampliação de atividades artístico-culturais promovidas pela Diretoria de Arte e Cultura 9. Percentual de ampliação de atividades artístico-culturais apoiadas pela Diretoria de Arte e Cultura 10. Percentual de ampliação do número de pessoas alcançadas pelas ações de arte e cultura 11. Percentual de Centros Acadêmicos regularizados 12. Percentual de organizações comunitárias mapeadas. 13. Ampliação das atividades voltadas especificamente para os Centros Acadêmicos 14. Percentual de satisfação do usuário dos Restaurantes Universitários 15. Percentual de adequação nutricional dos cardápios, baseado na recomendação do Guia Alimentar a População Brasileira. 16. Percentual de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica com subsídio integral às refeições do Restaurante Universitário 17. Percentual de Conselhos dos Institutos e Faculdades visitados com a finalidade de divulgar os direitos e deveres do estudante com Necessidades especiais 18. Percentual de estudantes com necessidades especiais cadastrados no banco de dados do Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais 19. Percentual de estudantes com necessidades especiais efetivamente atendidos 20. Percentual de satisfação dos estudantes com necessidades especiais em relação a UnB 21. Percentual de ampliação de participantes nos 10 eventos de esporte e lazer promovidos pela Diretoria de Esporte e Lazer 22. Número de parcerias firmadas com a Diretoria de Esporte e Lazer 23. Ampliação do número de clubes esportivos universitários instituídos de acordo com as modalidades oficiais da Confederação Brasileira do Desporto Universitário 24. Percentual de estudantes que conhecem os programas de esporte e lazer e reconhecem a sua importância na vida acadêmica e na promoção da qualidade de vida. 	
Observações	
Como as referências de indicadores encontrados fazem parte do PDI 2018-2022, não foi possível aferir se estão sendo executados em sua totalidade.	
IFES	UFCAT
Fonte	Painel de indicadores da instituição
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Per capita</i> média por sexo, por grau acadêmico, por cor/raça, por país e estado de nascimento 2. Estudantes por Faixa de <i>Per capita</i> 3. <i>Per capita</i> Média por Tipo Escola 	
Observações	
IFES	UFG
Fonte	Painel de indicadores da instituição
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Per capita</i> média por sexo, por grau acadêmico, por cor/raça, por país e estado de nascimento 2. Estudantes por Faixa de <i>Per capita</i> 3. <i>Per capita</i> Média por Tipo Escola 	
Observações	
No Relatório de Gestão 2019 (mais recente disponível), são mencionados apenas os indicadores do TCU.	
IFES	UFJ

Fonte	Painel de indicadores da instituição
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Per capita</i> média por sexo, por grau acadêmico, por cor/raça, por país e estado de nascimento 2. Estudantes por Faixa de <i>Per Capita</i> 3. <i>Per capita</i> Média por Tipo Escola 	
Observações	
No Relatório de Gestão mais recente (2020), traz apenas o número de bolsas de AE concedidas e o recurso PNAES executado, para o ano em questão.	
IFES	UFGD
Fonte	Site institucional
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de Classificação, que envolve variáveis de vulnerabilidade socioeconômica. 2. Quantitativos 	
Fonte	PDI 2013-2020
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de participantes / atividade realizada / ano nas áreas de esporte, cultura e lazer 2. Taxas de demanda a grupos historicamente desfavorecidos 3. Sistemas de Tecnologia da Informação adequados 4. Número de alunos atendidos 	
Observações	
Não foi possível aferir a execução dos indicadores apontados no PDI.	
IFES	UFMS
Fonte	PDI 2020-2024
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de diplomação no tempo mínimo dos cursos de graduação 2. Taxa de sucesso na graduação 3. Taxa de aproveitamento das disciplinas por estudantes beneficiários da assistência estudantil 4. Taxa de dos estudantes beneficiários por programas da assistência estudantil 5. Taxa de estudantes de graduação participantes de Programa de Iniciação Científica ou Tecnológica, Programa de Educação Tutorial, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Ligas acadêmicas, Equipes de competição 	
Observações	
Não foi possível aferir a execução dos indicadores apontados no PDI.	
IFES	UFMT
Fonte	PDI 2019-2023
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Porcentagem de cobertura das ações de AE 2. Quantidade de refeições servidas anualmente pelos Restaurantes Universitários nos campi da UFMT (café - da - manhã, almoço, jantar) 3. Porcentagem da demanda atendida – Saúde Mental 4. Quantidade de ações no âmbito da cultura 	
Fonte	Relatórios de Gestão
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. IBAOEIB - Índice do Total de Bolsas de Assistência Ofertadas por Total de Estudantes Inscritos para Bolsas de Assistências 2. IBAOEPGEIPGB - Índice do total de bolsas de assistência ofertadas no ano para estudantes de Pós-graduação em relação ao total de estudantes de Pós-graduação inscritos no ano para bolsas de assistência 3. IEBAEM - Índice de Estudantes com Bolsa de Assistência por Total de Estudantes Matriculados 4. IEBAACEBA - Índice do Total de Estudantes com Bolsa de Assistência que obtiveram aprovação em seus Cursos por Total de Estudantes com Bolsas de Assistência 5. IEBACAEMCA - Índice do total de estudantes com bolsa de assistência no ano no Campus do Araguaia em relação ao total de estudantes de graduação regularmente matriculados no ano no campus do Araguaia 6. IEBACCEMCC - Índice do total de estudantes com bolsa de assistência no ano no Campus de Cuiabá em relação ao total de estudantes de graduação regularmente matriculados no ano no campus de Cuiabá. 7. IEBACREMCR - Índice do total de estudantes com bolsa de assistência no ano no Campus de Rondonópolis em relação ao total de estudantes de graduação regularmente matriculados no ano no campus de Rondonópolis 	

8.	IEBACSEMCS - Índice do total de estudantes com bolsa de assistência no ano no Campus de Sinop em relação ao total de estudantes de graduação regularmente matriculados no ano no campus de Sinop
9.	IEBAEM - Índice de Estudantes com Bolsa de Assistência por Total de Estudantes Matriculados
10.	IECAE - Índice de eventos culturais por total de atividades de extensão
11.	IECBBAEMC - Índice do total de estudantes dos cursos de bacharelado com bolsa de assistência no ano em relação ao total de estudantes matriculados nos cursos no ano
12.	IECLBAEMC - Índice do total de estudantes dos cursos de licenciatura com bolsa de assistência no ano em relação ao total de estudantes matriculados nos cursos no ano
13.	IEPGSSBAEPGSS - Índice do total de estudantes de Pós-graduação stricto sensu com bolsa de assistência no ano em relação ao total de estudantes de Pós-graduação stricto sensu regularmente matriculados no ano
14.	IABBM – Número de Bolsas e auxílios de Assistência Estudantil existentes (Moradia + Alimentação + permanência) por total de alunos regulares da graduação
Observações	
Não foi possível aferir a execução dos indicadores apontados no PDI.	
IFES	UFR
Fonte	Não disponível.
Referências de Indicadores encontradas	
Não disponível.	
Observações	
Não foram encontradas informações a respeito do uso de indicadores, considerando a criação da IFES em 2018.	

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Compreendem a Região Centro-Oeste 8 IFES: UNB, UFCAT, UFG, UFJ, UFGD, UFMS, UFMT e UFR. Destas, pôde-se aferir, a partir dos elementos encontrados nas fontes de pesquisa, a execução de indicadores na UFCAT, UFG, UFJ, UFGD e UFMT. O destaque vai para a UFCAT, UFG e UFJ que apresentam painéis de indicadores, com referência de elementos da Assistência Estudantil. Não foram encontradas informações da UFR, considerando a criação da IFES em 2018. A UNB e UFMS trazem referências de indicadores em seus PDIs, mas não foi possível aferi-los se já estão sendo executados pelos demais elementos pesquisados.

Neste rol de IFES, os indicadores em execução, assumidos pela existência nos relatórios de gestão e sites institucionais encontrados foram: *per capita* média por sexo, por grau acadêmico, por cor/raça, por país e estado de nascimento, estudantes por Faixa de *Per capita*, *per capita* Média por Tipo Escola, índice de classificação, que envolve variáveis de vulnerabilidade socioeconômica, quantitativos, porcentagem de cobertura das ações de AE, quantidade de refeições servidas anualmente pelos Restaurantes Universitários nos campi da UFMT (café da manhã, almoço, jantar), porcentagem da demanda atendida – Saúde Mental e quantidade de ações no âmbito da cultura. As referências de indicadores na AE nas IFES da Região Nordeste são apresentadas no Quadro 15.

Quadro 15 - Referências de indicadores de AE nas IFES da Região Nordeste

IFES	UFAL
Fonte	Site institucional, PDI e Relatório de Gestão
Referências de Indicadores encontradas	
Observações	
Não foram encontrados registros acerca do uso de indicadores na Assistência Estudantil em nenhuma das fontes citadas.	

IFES	UFBA
Fonte	Relatório de Gestão 2018
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantitativo de bolsas e auxílios concedidos.	
Observações	
IFES	UFRB
Fonte	Site institucional (painel de monitoramento mensal de indicadores)
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantidade de discentes assistidos – realizado e meta (auxílio pecuniário à moradia, transporte, alimentação, auxílio vinculado a projetos)	
2. Quantidade de discentes assistidos por modalidade	
3. Percentual de bolsas disponibilizadas por Campi	
4. Percentual total das bolsas agrupadas por sexo	
5. Discentes assistidos nas modalidades, por sexo	
6. Comparativo entre quantitativo de bolsistas e total de discentes matriculados	
Observações	
Os dados são disponibilizados em forma de painel, com informações mensais e gráficos para facilitar o entendimento.	
IFES	UFOB
Fonte	PDI 2019-2023
Referências de Indicadores encontradas	
1. PIB (Produto Interno Bruto)	
2. PIB <i>per capita</i>	
3. IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)	
4. IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), que classifica os estudantes a partir de outros 7 (sete) indicadores: IRE (Indicador de Renda Familiar Per Capita do núcleo familiar do Estudante), IAE (Indicador Acadêmico do Estudante), ISE (Indicador de Saúde do Estudante e de seu Núcleo Familiar), IBE (Indicador de Bens do Estudante e de seu Núcleo Familiar), ICF (Indicador da Composição Familiar do Estudante), IEM (Indicador de Ensino Médio do Estudante) e IDE (Indicador de Despesas do Estudante e do seu núcleo familiar)	
5. Índice de Gini (usado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo)	
Observações	
Ainda no PDI 2019-2023, foram localizados 2 (dois) indicadores mencionados como metas para ações da AE: 1) Percentual do número de estudantes atendidos por ações de assistência estudantil em relação ao número de estudantes em situação de vulnerabilidade; 2) Índice de efetividade dos atendimentos nos serviços de apoio pedagógico, psicológico e de assistência social. O Relatório de Gestão mais recente traz dados apenas quantitativos. A IFES dispõe de um painel de transparência estudantil, onde são exibidos os valores pagos por aluno. Não foi possível aferir se as ações elencadas no PDI no âmbito dos indicadores de AE estão sendo executadas.	
IFES	UFSE
Fonte	PDI 2020-2024
Referências de Indicadores encontradas	
1. Número de estudantes de graduação assistidos pelo PAP (Programa de Apoio a Permanência)	
2. Número de programas de apoio (bolsas e auxílios) disponíveis	
3. Número de programas regulares de promoção da diversidade	
4. Número de estudantes com deficiência matriculados na universidade	
5. Número de intervenções regulatórias (resoluções, portarias, etc.) voltadas à promoção da diversidade	
6. Número de estudantes indígenas na graduação	
7. Número de estudantes quilombolas na graduação	
8. Número de programas regulares de promoção da saúde estudantil	
9. Atividades de qualificação voltadas à inclusão de estudantes com deficiência	
10. Número de projetos de promoção da saúde, esportes e acessibilidade apoiados	
11. Índice de desenvolvimento acadêmico satisfatório dos estudantes assistidos	
12. Número de programas de monitoramento acadêmico das trajetórias dos estudantes assistidos	
13. Número de programas de apoio e orientação pedagógica dos estudantes assistidos	
14. Número de estudantes em situação de vulnerabilidade integrados formalmente em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão	
Observações	

Os indicadores apresentados configuram-se como metas dos objetivos estratégicos do PDI em questão.	
IFES	UFCA
Fonte	Painel de indicadores
Referências de Indicadores encontradas	
1. Indicadores do TCU.	
Observações	
No Relatório de Gestão 2019, consta como ação futura um Sistema de Assistência Estudantil e bolsas. Não foram localizados indicadores específicos para AE.	
IFES	UFC
Fonte	PDI 2018-2022
Referências de Indicadores encontradas	
1. Percentual de cursos que implementaram atividades culturais (arte e esporte) nos Projetos Pedagógicos (PPC)	
2. Número de parcerias com entidades externas para captação de recursos	
3. Percentual do orçamento destinado às atividades culturais e esportivas	
4. Percentual de crescimento do público direto e indireto beneficiado por ações esportivas e culturais	
5. Quantidade de parcerias internacionais estabelecidas	
6. Percentual de ações realizadas para ampliar a comunicação entre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e os Campi do Interior, no tocante à assistência estudantil	
7. Percentual do Plano de Ação realizado visando implementar a assistência estudantil para os alunos da pós-graduação	
8. Percentual de ações realizadas no intuito de promover maior integração da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis com as Unidades Acadêmicas	
Observações	
A maioria dos indicadores apresentados no PDI ainda possuem fórmula de cálculo a definir. Não foi possível aferir se estes indicadores já estão em execução.	
Fonte	Painel de indicadores
Referências de Indicadores encontradas	
1. Taxa de evasão	
2. Taxa de retenção	
IFES	UNILAB
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantidade de estudantes com perfil socioeconômico para atendimento	
2. Origem dos estudantes (escola pública)	
3. Valor médio recebido por estudante	
Observações	
Indicadores implementados a partir de 2018. No relatório em questão, há a menção de revisão dos indicadores no ano de 2020.	
IFES	UFMA
Fonte	PDI 2017-2021
Referências de Indicadores encontradas	
1. Regulamento para os programas de AE da UFMA	
2. Normas elaboradas e aprovadas nas instâncias superiores	
3. Critérios de acesso aos benefícios e permanência definidos	
4. Instrumentos padronizados de supervisão e acompanhamento pedagógico dos bolsistas	
5. Avaliação do impacto dos programas na vida do acadêmico	
6. Implantação do módulo de gerenciamento de bolsas no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)	
7. Ações de AE	
8. Coordenação de Apoio Biopsicopedagógico	
9. Campanhas de saúde	
10. Refeições gratuitas servidas	
11. Pesquisa acerca do perfil do estudante atendido	
12. Ampliar a participação dos alunos assistidos em projetos de ensino, pesquisa e extensão	
13. Comensais atendidos	
14. Colaboradores recebidos	
15. Mesas com bancos acoplados adquiridos	
16. Sistema de controle de movimentação de estoque dos produtos do almoxarifado do Restaurante Universitário	

Observações	
Os indicadores apresentados configuram-se como ações propostas para o período de vigência do PDI.	
IFES	UFPB
Fonte	PDI 2019-2023
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> Índice de evasão dos cursos Índice de retenção dos cursos de graduação Número de alunos matriculados (ativos) em condição de vulnerabilidade social Percentual de ingressantes cotistas em relação ao total de ingressantes Número de ações para melhoria da AE na UFPB Taxa de estudantes com necessidades especiais no total de alunos matriculados Taxa de sucesso na graduação 	
Observações	
Não foi possível aferir se os indicadores já estão em execução.	
IFES	UFCG
Fonte	PDI 2020-2024
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> Taxa de sucesso Criação de instrumento de avaliação da AE Média de beneficiários diretos da AE Média de atendimentos individuais em AE Média de acessos aos equipamentos esportivos 	
Observações	
Os indicadores apresentados configuram-se como metas. Não foi possível aferir sua execução.	
IFES	UFPE
Fonte	PDI 2019-2023
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> Elaboração de programa institucional de monitoramento e controle da evasão e retenção – taxa de evasão e retenção Quantidade de colaboradores nas equipes de saúde para os campi fora de Recife Quantidade de discentes atendidos Quantidade de resoluções atualizadas Programa de apoio pedagógico para estudantes com deficiências e/ou outras necessidades educacionais e quantidade de discentes atendidos Programa de apoio pedagógico e quantidade de discentes atendidos Quantidade de estudantes recadastrados Quantidade de participações em eventos Quantidade de associações atléticas acadêmicas criadas nos três campi Projetos e obras de infraestrutura realizados Quantidade de unidades de distribuição de refeições e refeições ofertadas Quantidade de estudantes beneficiados por bolsas estudantis Quantidade de bolsas concedidas por áreas Quantidade de atendimentos de saúde realizados 	
Observações	
Não foi possível aferir se os indicadores já estão em execução.	
IFES	UFAPE
Fonte	PDI 2021-2030
Referências de Indicadores encontradas	
Não foram encontradas referências.	
Observações	
O PDI está em construção e não há Relatório de Gestão disponível, considerando a criação da IFES em 2018.	
IFES	UFRPE
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> Taxa de Evasão Taxa de Retenção 	
Observações	

IFES	UNIVASF
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quantidade de bolsas e auxílios executados 2. Avaliação do desempenho acadêmico de alunos em situação de vulnerabilidade, dos estudantes residentes de moradias e dos bolsistas 	
Observações	
O relatório apresenta várias ações/riscos, mas que não se configuram como indicadores.	
IFES	UFDPAR
Fonte	Não disponível
Referências de Indicadores encontradas	
Não disponível	
Observações	
PDI e Relatório de Gestão 2019 indisponíveis, considerando a criação da IFES em 2018.	
IFES	UFPI
Fonte	Relatório Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Alunos que possuíam média semestral maior ou igual a 7 em 2019 2. Alunos que apresentavam baixo rendimento em 2019.1 e alcançaram média semestral maior ou igual a 7 em 2019.2 3. Alunos que não tiveram reprovação em 2019 4. Total de estudantes acompanhados por campus 5. Número de estudantes com baixo rendimento 	
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicadores de Restaurante Universitário – total de refeições e investimento 	
Observações	
IFES	UFRN
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de bolsas e auxílios de apoio à permanência 	
Observações	
IFES	UFERSA
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de alunos assistidos pelo PNAES 2. Índice de evasão de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao PNAES 3. Índice de retenção de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao PNAES 4. Índice de evasão dos cursos de graduação 5. Índice de retenção dos cursos de graduação 6. Índice de evasão de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao PNAES 7. Índice de retenção de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao PNAES 	
Observações	
IFES	UFS
Fonte	Painel de indicadores
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Média de Curso (MC) 2. Índice de Eficiência na Carga Horária (IECH) 	
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de evasão 2. Taxa de retenção 3. Média de conclusão 4. Índice de reprovação 	

5. Índice de eficiência no período letivo
Observações

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A UFAL, UFBA, UFOB, UFRB, UFSB, UFCA, UFC, UNILAB, UFMA, UFPB, UFCG, UFPE, UFAPE, UFRPE, UNIVASF, UFDPAr, UFPI, UFRN, UFERSA e UFS são as IFES que fazem parte da Região Nordeste do Brasil, perfazendo um total de 20 instituições. A partir dos elementos pesquisados, não foram encontradas referências de indicadores na UFAL e na UFAPE (criada em 2018). Das IFES com referências de indicadores que puderam ser aferidos de execução, mencionam-se: UFBA (quantitativo de bolsas e auxílios concedidos), UFRB (com painel de monitoramento mensal de indicadores – quantidade de discentes, percentual de bolsas e comparativos entre bolsistas e discentes), UFOB (apenas dados quantitativos e existência de painel estudantil, com exibição dos valores pagos por aluno), UFCA (utiliza os indicadores do TCU), UFC (taxa de evasão e retenção, disponível no painel de indicadores), UNILAB (quantidade de estudantes com perfil, origem dos estudantes e valor médio recebido), UFRPE (taxa de evasão e retenção), UNIVASF (quantidade de bolsas e auxílios executados e avaliação do desempenho acadêmico), UFPI (quantitativos e investimento no Restaurante Universitário), UFRN (quantitativos), UFERSA (número de estudantes assistidos, índices de evasão e retenção), UFS (Média de Curso, Índice de Eficiência na Carga Horária, taxa de evasão e retenção, média de conclusão, índice de reprovação e eficiência no período letivo). As demais IFES apresentaram referências nos PDIs como metas e objetivos a serem cumpridos. Em relação à Região Norte, os achados também foram organizados e disponibilizados no Quadro 16.

Quadro 16 - Referências de indicadores de AE nas IFES da Região Norte

IFES	UFAC
Fonte	PDI 2015-2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantitativos gerais	
Observações	
O PDI traz as metas alcançadas do último plano de desenvolvimento institucional (2011-2014), relativas aos dados quantitativos às ações de AE na IFES.	
IFES	UFAM
Fonte	PDI 2016-2025
Referências de Indicadores encontradas	
1. Número de estudantes beneficiados ano	
2. Percentual de satisfação dos alunos apurado a cada 12 meses	
3. Quantitativo de bolsas e auxílios oferecidos a cada 12 meses	
4. Quantitativo de alunos atendidos a cada 12 meses	
5. Monitoramento e acompanhamento realizados e divulgados a cada 6 meses	
Observações	
Não foi possível aferir a execução dos indicadores apontados no PDI.	
IFES	UNIFAP

Fonte	Relatório de Gestão Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC)
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicador de Auxílios atendidos do PNAES 2. Quantidades de refeições servidas no RU 3. Quantidades de atendimentos realizados na Unidade Básica de Saúde 4. Quantidades de Alunos cadastrados para atendimento no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e nº de atendidos 	
Fonte	PDI 2020-2027
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios 2. Índice de atendimento do Restaurante Universitário 	
Observações	
As referências encontradas no PDI configuram-se como metas, além da proposta de uma Rede de Atenção a Saúde e aprimoramento das condições de acolhimento, ambientação e permanência dos discentes.	
IFES	UFOPA
Fonte	Relatório de Gestão, PDI e site institucional
Referências de Indicadores encontradas	
Observações	
Não foram encontradas referências de indicadores de AE nos elementos pesquisados.	
IFES	UFPA
Fonte	Relatório da Assistência Estudantil 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Discentes assistidos e benefícios concedidos, por modalidade de auxílio 	
Observações	
IFES	UNIFESSPA
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios 2. Índice de evasão dos cursos de graduação 	
Fonte	PDI 2014-2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de alunos por auxílios 2. Taxa de sucesso na graduação 3. Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios 4. Índice de evasão dos cursos de graduação 5. Índice de retenção dos cursos de graduação 	
Observações	
IFES	UFRA
Fonte	Relatório da Assistência Estudantil 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Média semestral 2. Taxa Média de Reprovação do Estudante 3. Evasão 4. Retenção 5. Alunos que não tiveram reprovação 6. Taxa de sucesso IRA (Índice de Rendimento Acadêmico) maior ou igual a 6 	
Observações	
IFES	UNIR
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de evasão dos cursos de graduação no ano 	
Observações	

IFES	UFRR
Fonte	Relatório de Gestão, PDI 2016-2019 e site institucional
Referências de Indicadores encontradas	
Observações	
Não foram encontradas referências de indicadores de AE nos elementos pesquisados.	
IFES	UFT
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Taxa de evasão	
2. Auxílios concedidos a estudantes	
3. Índice de Satisfação quanto à Assistência Estudantil	
4. Percentual de Vulnerabilidade Socioeconômica dos estudantes atendidos	
5. Atendimento do Restaurante Universitário	
Observações	
IFES	UFNT
Fonte	Não disponível
Referências de Indicadores encontradas	
Não disponível	
Observações	
Não foram disponibilizados o Relatório de Gestão e PDI, considerando a criação da IFES em 2019.	

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Onze instituições compreendem o rol de IFES na Região Norte do Brasil: UFAC, UFAM, UNIFAP, UFOPA, UFPA, UNIFESSPA, UFRA, UNIR, UFRR, UFT e UFNT. Destas, não foram encontradas referências de indicadores nos elementos pesquisados na UFOPA e UFRR. A UFNT foi criada em 2019 e não dispõe dos elementos pesquisados. Mesmo localizadas, não foi possível aferir a execução das referências de indicadores na UFAM, apontadas no PDI 2016-2025.

A UNIFAP e UNIFESSPA, além de metas e propostas em seus respectivos PDIs, também apresentam referências de indicadores já em execução, por constarem nos relatórios de Gestão, a mencionar: UNIFAP (indicador de auxílios atendidos no PNAES e quantitativos); UNIFESSPA (índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios e índice de evasão). As demais IFES apresentam: UFAC (quantitativos), UFRA (média semestral, taxa média de reprovação, taxa de evasão e retenção, quantitativo de alunos não reprovados e índice de rendimento acadêmico), UNIR (índice de evasão), UFT (taxa de evasão, quantidade de auxílios, índice de satisfação da AE, percentual de vulnerabilidade dos estudantes atendidos e atendimento do restaurante universitário). O Quadro 17 apresenta, como nos anteriores, as referências encontradas para as IFES da Região Sudeste.

Quadro 17 - Referências de indicadores de AE nas IFES da Região Sudeste

IFES	UFES
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Taxa de conclusão de curso	

2. Tempo médio de conclusão de curso	
Fonte	PDI 2015-2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Percentual de recursos investidos em assistência ao estudante (recursos próprios e do tesouro)	
Observações	
IFES	UNIFAL
Fonte	PDI 2021-2025
Referências de Indicadores encontradas	
1. Percentual de vagas ociosas total em relação ao total de matrículas na graduação	
2. Taxa média de reprovação geral (nota e frequência)	
3. Número absoluto de reprovados por nota nas 10 disciplinas com maior número de reprovações	
4. Número absoluto de evadidos por ano	
Observações	
As referências encontradas configuram-se como metas na IFES.	
IFES	UNIFEI
Fonte	Relatório de Desempenho da Assistência Estudantil 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Taxa de Evasão	
2. Taxa de Retenção	
3. Total de Matrículas Canceladas em 2019 por Grupo Programa de Assistência Estudantil	
4. Total de Matrículas Canceladas em 2019 com Indicação de Reingresso	
5. Total de Matrículas Canceladas em 2019 por Campi e Grupo Programa de Assistência Estudantil	
6. Total de Matrículas Canceladas em 2019 por Campi e Grupo Programa de Assistência Estudantil com Indicação de Reingresso	
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Número de auxílios concedidos em pecúnia – auxílio permanência e alimentação	
Observações	
IFES	UFJF
Fonte	Relatório de Gestão 2019, site institucional e PDI
Referências de Indicadores encontradas	
Observações	
Não foram encontrados registros de indicadores de AE nos relatórios de Gestão 2019 e PDI.	
IFES	UFLA
Fonte	Quadro de Indicadores
Referências de Indicadores encontradas	
1. Percentual de programas, projetos e parcerias de assistência à saúde existentes aperfeiçoados	
2. Percentual de novos programas, projetos e parcerias de assistência à saúde	
3. Percentual de programas de assistência estudantil e comunitários existentes aperfeiçoados	
4. Percentual de novos programas de assistência estudantil e comunitários	
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Evasão	
2. Retenção	
Fonte	PDI 2021-2025
Referências de Indicadores encontradas	
1. Σ n de programas, projetos e parcerias de assistência à saúde existentes aperfeiçoados / Σ n de programas, projetos e parcerias de assistência à saúde existentes	
2. Σ n de programas de assistência estudantil e comunitários existentes aperfeiçoados / Σ n de programas de assistência estudantil e comunitários existentes	
3. Σ n de novos programas de assistência estudantil e comunitários / Σ n de programas de assistência estudantil e comunitários existentes	
Observações	
As referências encontradas no PDI configuram-se como metas na IFES.	

IFES	UFMG
Fonte	Relatório de Gestão 2019 e PDI 2018-2023
Referências de Indicadores encontradas	
Observações	
Não foram encontradas referências de indicadores de AE no relatório de Gestão 2019 e PDI 2018-2023. O PDI 2018-2023 apresenta, entre os objetivos específicos: Consolidar a avaliação de indicadores de retenção e evasão, visando subsidiar a formulação de políticas para aumentar a proporção de concluintes dos cursos.	
IFES	UFOP
Fonte	Relatório da Assistência Estudantil 2018
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Coeficiente de rendimento acadêmico entre estudantes assistidos e não assistidos (semestral e geral) 2. Retenção entre estudantes assistidos e não assistidos 3. Evasão entre estudantes assistidos e não assistidos 4. Participação de estudantes assistidos em programas de mérito acadêmico 	
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Escala de Vulnerabilidade Socioeconômica 	
Observações	
IFES	UFSJ
Fonte	Editais 2020 de avaliação socioeconômica
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de vulnerabilidade socioeconômica 	
Fonte	PDI 2019-2023
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Total de campanhas educativas realizadas 2. Total de auxílios concedidos 3. Total de participantes por programa 4. Taxa de retenção 5. Taxa de evasão 6. Total de participantes na elaboração do orçamento 7. Número de normas atualizadas 8. Número de processos aprimorados 9. Indicadores do FONAPRACE adotados 10. Número de avaliações realizadas <i>versus</i> Demanda 11. Total de atividades de acolhimento estudantil 12. Número de projetos de lazer cadastrados e eventos apoiados 13. Total de catracas instaladas nos Restaurantes Universitários 14. Venda de créditos implantada 15. Total de procedimentos mapeados 16. Índices de evasão e retenção ano a ano com diagnóstico situacional 	
Observações	
As referências encontradas no PDI configuram-se como objetivos a serem alcançados pela IFES.	
IFES	UFU
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de evasão 2. Índice de retenção 	
Observações	
IFES	UFV
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
Apresenta objetivo de desenvolver mecanismos de avaliação dos impactos da assistência estudantil, parcialmente atendido.	
Observações	

IFES	UFTM
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Percentual do número de auxílios da Assistência Estudantil – alunos de graduação e Centro de Educação Profissional	
Fonte	Anuário 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantitativos de alunos atendidos	
Observações	
IFES	UFVJM
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Número de discentes matriculados, ingressantes e concluintes na graduação beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE)	
2. Número de alunos atendidos em cada modalidade	
Observações	
IFES	UNIRIO
Fonte	Relatório do perfil de estudantes Assistidos 2018
Referências de Indicadores encontradas	
1. Distribuição por curso; ingresso por cota; gênero; antecedentes escolares; <i>renda per capita</i> do grupo familiar; raça/cor; condição de moradia; domicílio; moradia do estudante; estado civil; principal responsável pela manutenção do grupo familiar; meios de transporte; condição de alimentação; existência de filhos menores de 06 anos; acesso à biblioteca; conhecimento em língua estrangeira e acesso ao computador	
Fonte	PDI 2017-2021
Referências de Indicadores encontradas	
1. Eficácia do Programa de Auxílio Alimentação	
2. Eficácia do Programa Bolsas de Incentivo Acadêmico	
3. Eficácia do Programa de Auxílio Moradia	
4. Subvenção de Refeições no Restaurante Escola	
Observações	
IFES	UFRJ
Fonte	PDI 2020-2024
Referências de Indicadores encontradas	
1. Percentual de implementação de bolsas	
2. Percentual incremental de bolsas concedidas	
3. Percentual incremental de concluintes	
4. Percentual de execução do levantamento das necessidades de acessibilidade	
5. Percentual incremental de recursos destinados às obras de acessibilidade, considerando o total de projetos realizados e orçados	
6. Percentual incremental de obras de acessibilidade executadas com base no levantamento realizado	
7. Estudo de número de ingressantes na UFRJ por meio da Ação Afirmativa e de Ampla Concorrência das pessoas com deficiência. Atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências da Universidade e nos serviços	
8. Total percentual de processos aferidos	
9. Percentual de execução, implementação, alterações e implementações das políticas de permanência	
10. Percentual de recursos PNAES nas ações	
11. Percentual de alunos incluídos em relação a demanda	
Percentual de implantação do sistema de gestão	
Observações	
As referências encontradas no PDI configuram-se como metas a serem alcançadas pela IFES.	
IFES	UFF
Fonte	Site institucional
Referências de Indicadores encontradas	
1. Perfil de vulnerabilidade socioeconômica	

2. Coeficiente de rendimento	
Fonte	PDI 2018-2022
Referências de Indicadores encontradas	
1. Número de convênios com governos municipais/estaduais para subsidio aos estudantes	
2. Percentual de metas alcançadas	
Observações	
Não foi possível aferir se as referências de indicadores encontradas no PDI já estão em execução.	
IFES	UFRRJ
Fonte	PDI 2018-2022
Referências de Indicadores encontradas	
1. Número de alunos da UFRRJ com necessidades especiais	
2. Ações de fortalecimento do NAI-Rural (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão)	
3. Ações de infraestrutura para a acessibilidade de portadores de necessidades especiais	
4. Montante de recursos financeiros extraorçamentários captados	
5. Número de ações de assistência ofertadas	
6. Número de discentes atendidos pelas ações de assistência estudantil	
7. Número de auxílios concedidos	
8. Número de ações de atendimento psicopedagógicos de assistência	
9. Número de protocolos de conditas criados	
10. Código de conduta aprovado pelo Conselho Universitário	
11. Regimento Interno dos alojamentos aprovado pelo Conselho Universitário	
Observações	
As referências encontradas no PDI configuram-se como objetivos da IFES.	
IFES	UFSCAR
Fonte	Site institucional
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantitativo do número de bolsas	
Observações	
IFES	UNIFESP
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Taxa de sucesso	
2. Taxa de retenção	
3. Taxa de evasão	
4. Níveis de vulnerabilidade	
5. Índice de classificação	
Observações	
IFES	UFABC
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantitativo de refeições do Restaurante Universitário	
2. Quantitativo de bolsas	
Observações	

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Compreendem a Região Sudeste do Brasil as dezenove instituições: UFES, UNIFAL, UNIFEI, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFSJ, UFU, UFV, UFTM, UFVJM, UNIRIO, UFRJ, UFF, UFRRJ, UFSCAR, UNIFESP e UFABC. Dentre elas, não foram encontradas referências nas seguintes IFES: UFJF e UFMG (apesar desta última apresentar, entre os objetivos do PDI 2018-2023, a consolidação de indicadores de retenção e evasão). A UNIFAL, UFRJ, UFRRJ apresentam referências em seus PDIs, mas não foi possível aferir suas execuções. A UFLA,

UFSJ, UFF, apesar de apresentar metas e objetivos nos PDIs, indicam a existência de indicadores, a partir dos relatórios de gestão, a mencionar: UFLA (percentual de programas de AE, indicadores de evasão e retenção), UFSJ (índice de vulnerabilidade socioeconômica) e UFF (perfil de vulnerabilidade socioeconômica e coeficiente de rendimento).

As outras IFES apresentam referências de indicadores nos relatórios de gestão, o que infere-se que já estejam sendo executados: UFES (taxa e tempo médio de conclusão de curso), UNIFEI (taxa de evasão e retenção, total de matrículas canceladas e número de auxílios concedidos em pecúnia), UFOP (coeficiente de rendimento, retenção e evasão entre alunos assistidos e não assistidos, participação de assistidos em programas de mérito acadêmico e escala de vulnerabilidade socioeconômica), UFU (índice de evasão e retenção), UFTM (percentual do número de auxílios e quantitativos), UFVJM (número de discentes beneficiados, atendidos em cada modalidade), UNIRIO (quantitativos por tipos e eficácia dos programas), UFSCAR (quantitativos), UNIFESP (taxa de sucesso, retenção, evasão, níveis de vulnerabilidade índice de classificação) e UFABC (quantitativos). A UFV apresentou, no Relatório de Gestão 2019, o objetivo de desenvolver mecanismos de avaliação dos impactos da assistência estudantil, parcialmente atendido. Finalizando as regiões do Brasil, as IFES da Região Sul são relatadas no Quadro 18.

Quadro 18 - Referências de indicadores de assistência estudantil nas IFES da Região Sul

IFES	UFPR
Fonte	Site institucional
Referências de Indicadores encontradas	
Rendimento acadêmico semestral dos bolsistas	
Fonte	PDI 2017-2021
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de discentes evadidos 2. Taxa de acréscimo temporal para a diplomação 3. Número de espaços de acolhimento e atendimento individualizado 4. Número de servidores envolvidos no atendimento/acolhimento 5. Sistema informatizado 6. Número de ações desenvolvidas 7. Benefício estudantil concedido 8. Número de alunos beneficiados pelo programa de equidade ao acesso acadêmico da UFPR 	
Fonte	Painel de Indicadores da IFES
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Valores pagos por mês 2. Valores pagos por tipo de elemento 3. Quantidade de alunos beneficiados 	
Observações	
<p>O Relatório de Gestão 2019 traz vários apontamentos da necessidade de criar indicadores para diversas áreas da IFES.</p> <p>Não foi possível aferir se as referências encontradas no PDI já estão em execução.</p>	
IFES	UNILA
Fonte	Relatório de Atividades da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis 2019
Referências de Indicadores encontradas	

1.	Proporção de estudantes atendidos com auxílios socioeconômicos em relação ao total de estudantes matriculados na graduação
2.	Valor médio do auxílio por aluno
3.	Proporção de atendimentos individuais em saúde em relação ao total de estudantes matriculados na graduação
4.	Proporção de atendimentos individuais em Psicologia/Serviço Social em relação ao total de estudantes matriculados na graduação
5.	Proporção de estudantes que solicitaram afastamento por saúde mental em relação aos demais motivos
Fonte	PDI 2019-2023
Referências de Indicadores encontradas	
1.	Nível de inclusão e acessibilidade
2.	Índice de atendimento estudantil
Observações	
As referências encontradas no PDI configuram-se como objetivos da IFES.	
IFES	UTFPR
Fonte	Site institucional (indicadores da AE)
Referências de Indicadores encontradas	
1.	Número de atendimentos realizados, por tipo
2.	Número de eventos e participantes sobre qualidade de vida e saúde mental e promoção a saúde
3.	Índice de atenuação do número de reprovações
Observações	
Entre os objetivos do PDI 2018-2022, encontra-se a meta de instituir indicadores de gestão acadêmica.	
IFES	UFCSPA
Fonte	PDI 2020-2029
Referências de Indicadores encontradas	
Observações	
Foram encontradas apenas estratégias gerais no âmbito da Assistência Estudantil, para a construção de indicadores consistentes.	
IFES	UFPEL
Fonte	Site institucional, PDI e Relatório de Gestão
Referências de Indicadores encontradas	
Observações	
Não foram encontradas referências nos elementos pesquisados.	
IFES	UFSM
Fonte	PDI 2016-2026
Referências de Indicadores encontradas	
1.	Percentual de ingressantes cotistas (por modalidade e etnia)
2.	Taxa de inclusão da população vulnerável e ações extensões
Observações	
Não foi possível aferir se as referências de indicadores já estão em execução.	
IFES	UNIPAMPA
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1.	Número de bolsistas
Fonte	PDI 2019-2023
Referências de Indicadores encontradas	
1.	Monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico
2.	Percentual de discentes ingressantes no ano atendidos pelas políticas de inclusão da IFES
3.	Percentual de discentes com deficiência atendidos pelas políticas de inclusão da IFES
4.	Percentual de egressos efetivamente acompanhados
5.	Avaliação dos egressos da IFES
6.	Número de eventos e atividades culturais, esportivas e de lazer promovidos
7.	Número de alunos participantes das atividades
8.	Número de alunos da graduação atendidos por acompanhamento pedagógico / psicológico / Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) no ano
9.	Número de ações voltadas à saúde mental/discriminação de gênero, raça, etnia e religião no ano

10. Somatório do número de discentes contemplados com recursos da IFES para participação em eventos	
11. Somatório dos recursos usados na participação em eventos	
12. percentual dos alunos contemplados com bolsa permanência em relação ao total de alunos que solicitaram o benefício	
13. Percentual de discentes vulneráveis atendidos com alimentação subsidiada integral/parcialmente	
14. Percentual de discentes vulneráveis atendidos pelo auxílio transporte	
15. Número de moradias estudantis implementadas/autorizadas ao uso	
16. Número de discentes utilizando a moradia no ano	
Observações	
As referências encontradas no PDI configuram-se como objetivos traçados e não foi possível aferir se já estão em execução.	
IFES	FURG
Fonte	PDI 2019-2022
Referências de Indicadores encontradas	
1. Política de enfrentamento da evasão e retenção aprovada	
2. Taxa de evasão	
3. Nº de vagas ociosas	
4. Nº de vagas ociosas ocupadas	
5. Taxa de permanência	
6. Taxa de estudantes concluintes que ingressaram por ações afirmativas	
7. Taxa de estudantes que demandam acessibilidade	
8. Tempo médio de espera, em dias, entre a solicitação e o atendimento psicológico Taxa, por tipo, de Benefícios solicitados, que se enquadram nas regras do Programa, por matriculados	
9. Taxa, por tipo, de Benefícios deferidos, por solicitados que se enquadram nas regras do Programa	
10. Taxa, por tipo, de Auxílios solicitados, que se enquadram nas regras do Programa, por matriculados	
11. Taxa, por tipo, de Auxílios deferidos, por solicitados que se enquadram nas regras do Programa	
12. Taxa de estudantes Assistidos Política institucional de promoção da saúde física e mental aprovada Política de enfrentamento ao assédio e às violências aprovada	
13. Nº de projetos de ensino para apoio pedagógico	
14. Nº de Unidades Acadêmicas com projetos de ensino para apoio pedagógico	
15. Nº de estudantes atendidos pelos projetos de ensino para apoio pedagógico	
16. Nº de cursos com estudantes atendidos pelos projetos de ensino para apoio pedagógicos	
17. Média do coeficiente de rendimento dos estudantes assistidos	
18. Média do coeficiente de rendimento dos estudantes não assistidos	
19. Taxa de sucesso dos estudantes assistidos	
20. Taxa de sucesso dos estudantes não assistidos	
21. Taxa de estudantes assistidos pelo Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE)	
Observações	
Não foi possível aferir se as referências encontradas no PDI já estão em execução.	
IFES	UFRGS
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantitativo de alunos por benefícios	
2. Satisfação com o programa de benefícios	
Fonte	Painel de Dados da IFES
Referências de Indicadores encontradas	
1. Número de benefícios por ação	
2. Número de beneficiários	
3. Número de alunos que utilizaram o Restaurante Universitário	
4. Número de refeições por aluno no semestre	
5. Número de moradores da Casa do Estudante	
Observações	
IFES	UFSC
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
1. Quantitativos e valores	
Fonte	PDI 2020-2024

Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de vagas para residentes 2. Número de bolsas de auxílio oferecidas pela Pró-Reitoria 3. Índice de alunos atendidos pela Pró-Reitoria em relação ao total de alunos com direito a auxílios 4. Índice de alunos contemplados pelas bolsas oferecidas pela PRAE 5. Índice de alunos que recebem auxílio-creche para seus filhos 6. Taxa de evasão 7. Número de vagas da moradia estudantil 8. Número de auxílio para moradia estudantil 9. Índice de alunos que recebem isenção do Restaurante Universitário 10. Número de grupos de apoio pedagógico 11. Número de oficinas de apoio pedagógico 12. Número de atendimentos de orientação pedagógica 	
Observações	
Considerando que as referências apresentadas dispõem da situação atual, infere-se que elas já estejam em execução.	
IFES	UFFS
Fonte	Relatório de Gestão 2019
Referências de Indicadores encontradas	
Percentuais dos auxílios pagos distribuídos por campi	
Fonte	PDI 2019-2023
Referências de Indicadores encontradas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de sucesso na graduação (TCU) 2. Grau de participação de bolsistas e voluntários 3. Taxa de atendimento de alunos com vulnerabilidade social 	
Observações	
Não foi possível aferir se todas as referências encontradas no PDI estão em execução.	

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

As onze IFES que compõem a Região Sul do Brasil são: UFPR, UNILA, UTFPR, UFCSPA, UFPEL, UFSM, UNIPAMPA, FURG, UFRGS, UFSC e UFFS. Destas, apenas na UFPEL não foram localizadas referências de indicadores de AE. As IFES que apenas apresentaram menções no PDI, sem a possibilidade de aferição de execução, são: UFSM e FURG.

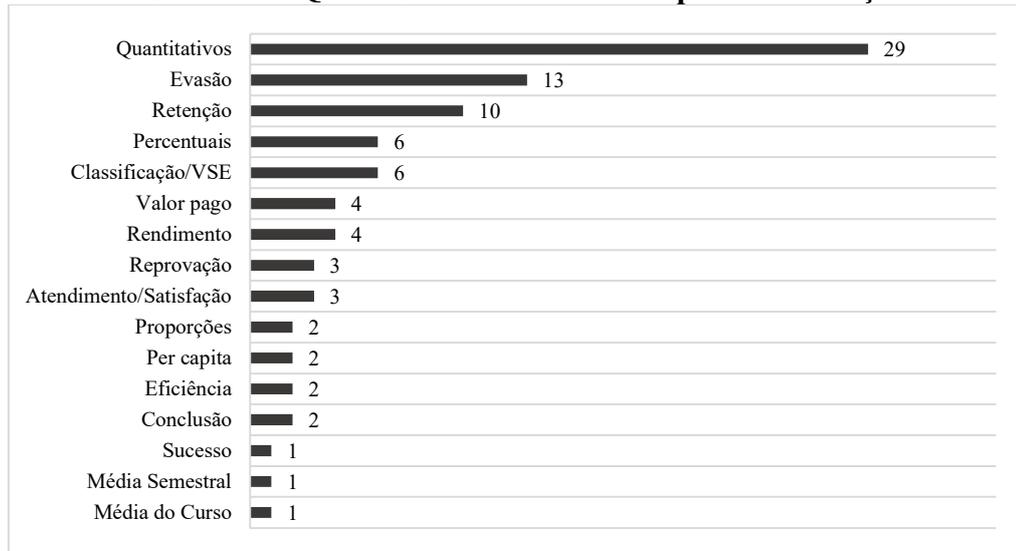
Algumas, além de apresentarem metas e objetivos no PDI, demonstraram, por meio dos relatórios de gestão e sites institucionais, a execução dos indicadores: UFPR (rendimento acadêmico semestral, valores pagos por mês e por tipo de elemento e quantidade de alunos beneficiados), UNILA (proporção de estudantes assistidos/atendidos em saúde e/ou psicólogos ao total de estudantes, valor médio do auxílio por aluno e proporção de estudantes afastados por saúde mental), UNIPAMPA (número de bolsistas), UFSC (quantitativos e valores) e UFFS (percentuais dos auxílios pagos distribuídos por campi).

A UFCSPA apresentou no PDI 2020-2029 estratégias gerais no âmbito da AE, para a construção de indicadores consistentes; a UTFPR apresentou, no site institucional, os seguintes indicadores da AE: número de atendimentos por tipo, número de eventos e participantes sobre qualidade de vida/saúde e índice de atenuação do número de reprovações. A FURG demonstrou no Relatório de Gestão 2019 o quantitativo de alunos por benefícios e a satisfação

com o programa de benefícios, além de demonstrar, no painel de dados da IFES, os números de benefícios por ação, de beneficiários, dos utilizadores do Restaurante Universitário, das refeições por aluno no semestre e o número de moradores da Casa do Estudante.

Entre as referências de indicadores que puderam ser identificadas como em execução (por já constarem nos relatórios de gestão e informados nos sites institucionais), organizou-se em grupos de semelhança de modo quantitativo, as quais são representadas no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Quantidade de indicadores por semelhança



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Isso posto, infere-se que o maior número de referência de indicadores encontrado refere-se a dados quantitativos: número de estudantes beneficiados, número de programas executados, quantidade de estudantes morando nas residências universitárias, quantidade de projetos de assistência realizados, entre outros. Destaca-se ainda um volume representativo, de certo modo, de índices de evasão e retenção, que são averiguados semestral ou anualmente.

No questionário enviado às IFES, as questões 9 e 10 interrogavam se a IFES possuía algum mecanismo de acompanhamento e avaliação do PNAES, seja na forma de indicador ou outro mecanismo de controle, e em caso afirmativo, solicitava o registro dos devidos mecanismos. Das 24 IFES respondentes, apenas 5 (cinco) apontaram não ter nenhum mecanismo como apresentado: UFTM, UFPR, UFS, UFOB e UFSM. Dentre estas, a UFOB relatou que está no processo de construção da política de assistência estudantil para melhor delinear os indicadores de acompanhamento. As outras 19 IFES que relataram seus mecanismos são apresentadas no Quadro 19.

Quadro 19 - Descrição dos indicadores/mecanismos das IFES respondentes

IFES	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES/MECANISMOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
UFCat	O acompanhamento dos estudantes é feito através do constante na Resolução Consuni nº44/2017. O monitoramento do desempenho acadêmico é feito pela Diretoria de Atenção ao Estudante junto com a coordenação de Serviço Social e Coordenação de Permanência. Sobre os indicadores, ainda existem várias limitações, tanto tecnológicas tanto de pessoal, mas algumas variáveis são medidas como: IUNA – Indicador de Universalidade de Atendimentos, IAG – Indicador de Alcance Global, IDQ – Indicador de Demanda Qualificada
UFT	Temos uma diretoria, que trabalha taxa de sucesso, aprovação, reprovação entre outros. Exigimos carga horária mínima matriculada e 50% de aprovação.
UFRB	acompanhamento pedagógico, com entrevistas e reuniões para mitigar a evasão e retenção formação continuada, com seminários e fóruns
UFPE	O acompanhamento é realizado através de dados obtidos através do sistema de gestão acadêmica (Sig@); esses dados são tabulados e trabalhados pelas equipes técnicas responsáveis na Diretoria de Assistência Estudantil.
UFCA	Indicadores de retenção, evasão, taxa de sucesso, rendimento acadêmico, pesquisa de satisfação/avaliação e índice de contribuição do benefício.
UFSJ	O estudante contemplado com os auxílios financeiros referentes à Moradia, Alimentação, Transporte e Permanência precisam estar matriculado em, no mínimo, três disciplinas por semestre, não podem ser reprovados por infrequência em duas unidades curriculares durante o semestre letivo sem justificativa aprovada pela PROAE e nem serem reprovados por nota em todas as unidades curriculares durante o semestre letivo, também sem justificativa aprovada pela PROAE.
UFSCar	O acompanhamento e avaliação do PNAES se dá no âmbito administrativo, acadêmico e da assistência estudantil. Em termos administrativos, o gerenciamento de recursos do PNAES se dá em intercomunicação entre os Departamento de Administração, Finanças e Contratos e da Seção de Pagamento de Bolsas, ambos os setores vinculados à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e com os setores de orçamento e pagamento vinculados à Pró-Reitoria de Administração da UFSCar. Todo este processo administrativo é gerenciado por servidores dedicado a tal ação e permite a geração de relatórios para acompanhamento do investimento em permanência estudantil. No âmbito acadêmico, há o acompanhamento acadêmico e pedagógico por meio da Coordenadoria de Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico ao Estudante que está vinculada à Pró-Reitoria de Graduação. O acompanhamento acadêmico é realizado por pedagogas e atende estudantes que são assistidos/as pelo Programa de Assistência Estudantil da UFSCar, concentrando o atendimento de forma individualizada e coletiva. Em termos de assistência estudantil, o Departamento de Assistência ao Estudante, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis possui uma equipe composta por assistentes sociais que, por meio de trabalho de referenciamento técnico realizam ações de atendimento, acolhimento e acompanhamento de estudantes que fazem parte do Programa de Assistência ao Estudante. Os trabalhos realizados nas dimensões acadêmicas e da assistência estudantil são articulados por meio do Programa de Acompanhamento de Bolsistas que são complementados por meio da atuação de profissionais da área da saúde e psicólogos/as que estão vinculados ao Departamento de Atenção à Saúde, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e também à Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, vinculada à Reitoria. Todas estas ações permitem a construção de relatórios para acompanhamento da vida acadêmica de estudantes em situações de vulnerabilidade que são assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil financiado por recursos do PNAES e complementado com outras fontes.
UFLA	Um programa de avaliação da assistência estudantil na UFLA encontra-se em fase de implantação e terá como base inicial dos dados referentes ao 1º semestre de 2020.
UFRRJ	A instituição forneceu o link para a Deliberação nº 15, de 31 de março de 2017, sobre o Programa de Auxílios da Assistência Estudantil da UFRRJ. Constam nesta deliberação elementos utilizados na fase de seleção dos auxílios. Em relação ao acompanhamento dos estudantes contemplados, a deliberação menciona a emissão de uma portaria com designação de comissão de acompanhamento, cuja execução estará condicionada à disponibilidade de condições estruturais e de pessoal adequadas.
UFOPA	Desempenho Acadêmico Satisfatório e conclusão de curso.
UFPB	Temos um acompanhamento do desempenho acadêmico dos discentes de forma a exigir aprovação mínima de 60% das disciplinas matriculadas, matrícula obrigatória na carga horária mínima exigida pelo Projeto Pedagógico do Curso.
UFPEl	Semestralmente, o rendimento acadêmico dos bolsistas é analisado. Estudantes com rendimento inferior a uma aprovação em 70% das disciplinas entram em processo de acompanhamento.

IFES	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES/MECANISMOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO
	Quanto à avaliação dos programas de assistência estudantil no âmbito geral, a PRAE atualmente consegue conceder todos os programas, exceto a moradia (há restrição de vagas na Casa do Estudante e limite de vagas no Programa Auxílio Moradia). Os programas de assistência estudantil foram elaborados a partir das demandas dos estudantes. No momento, em função das mudanças nos processos de ensino-aprendizagem, estuda-se a possibilidade de regulamentação de um programa de inclusão digital.
UFRR	O acompanhamento é em sua maioria quantitativo, índices de evasão, retenção, conclusão de curso, além de acompanhamento social e pedagógico, este último quando há profissional.
UFOP	Grupo permanente de acompanhamento do PNAES - relatórios e normativas disponíveis em https://prace.ufop.br/publicacoes
UFRPE	a equipe considera enquanto indicadores: pesquisa de satisfação dos usuários da assistência estudantil; índices de retenção e evasão da assistência estudantil, avaliação e acompanhamento do desempenho acadêmico.
UFES	O monitoramento utiliza dados de Carga Horária Matriculada por semestre (mínimo de 240h), percentual de aprovação (mínimo de 50%). De maneira ampla também se utiliza dados brutos de número de atendidos formados por semestre, número de estudantes atendidos, número de estudantes cadastrados e não atendidos pecuniariamente. Estamos implementando indicadores e metas a partir do PDI institucional e do planejamento setorial que está ocorrendo e deve ser implementado em 2021/2.
UFRGS	Número de estudantes atendidos, número de benefícios concedidos, pesquisa de satisfação dos usuários dos benefícios.
UNIFEI	Como forma de acompanhamento e avaliação do PNAES aplicado à UNIFEI, realizamos uma pesquisa anual junto aos alunos auxiliados visando verificar o impacto sobre os discentes bem como averiguar as necessidades para que possamos desenvolver o Programa no próximo ano.
UNIR	Semestralmente são realizados os acompanhamentos relativos ao desempenho acadêmico dos beneficiários da assistência estudantil.

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

De forma a complementar a pesquisa, foram feitos levantamentos de dados, como: quantitativo de alunos da graduação e bolsistas, valores orçamentários destinados às IFES, no período de 2010 a 2019, os quais constam no APÊNDICE A - Quantitativo de alunos da graduação e bolsistas, no período de 2010 a 2014, APÊNDICE B - Quantitativo de alunos da graduação e bolsistas, no período de 2015 a 2019, APÊNDICE C – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2010 a 2012, APÊNDICE D – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2013 a 2015, APÊNDICE E – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2016 a 2018 e APÊNDICE F – Valores orçamentários para assistência estudantil no ano de 2019.

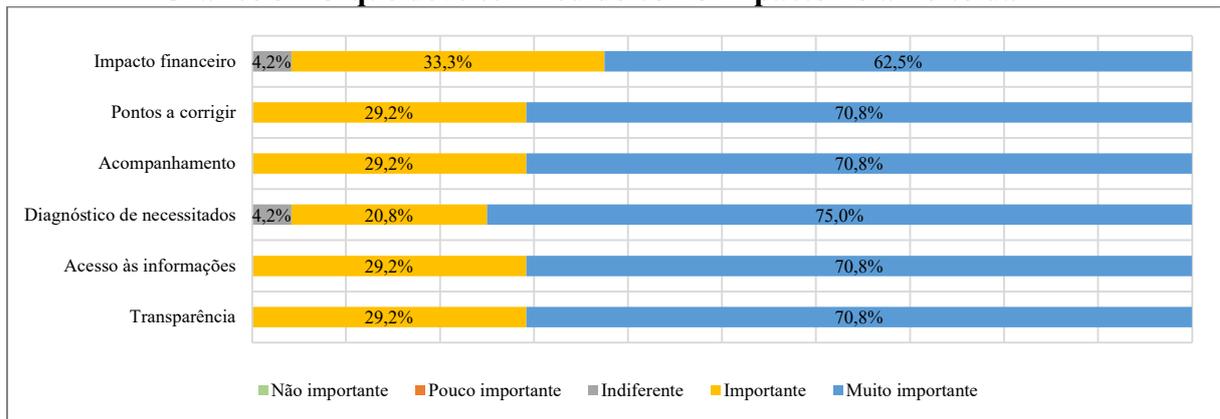
4.2.4. Elementos do questionário para a construção de indicadores

A seção 6 (Necessidades Institucionais) do questionário submetido às IFES teve a finalidade de registrar as principais necessidades da instituição no que tange à assistência estudantil. A partir de perguntas que averiguaram aquilo que deve ser medido como impacto, produto e processo na assistência estudantil, pôde-se observar como cada instituição mediu

esses aspectos, utilizando a escala de Likert variando de “Não importante”, “Pouco importante”, “Indiferente”, “Importante” e “Muito importante”.

Em relação ao que precisa ser medido como impacto, no que diz respeito a quais as mudanças que os serviços trazem aos beneficiários e sociedade, os resultados são demonstrados no Gráfico 3. Os elementos que foram avaliados são: a) transparência; b) acesso às informações; c) diagnóstico de alunos necessitados; d) acompanhamento dos alunos beneficiados durante toda a graduação; e) identificação de pontos a serem corrigidos na política como um todo.

Gráfico 3 - O que deve ser medido como impacto no âmbito da AE

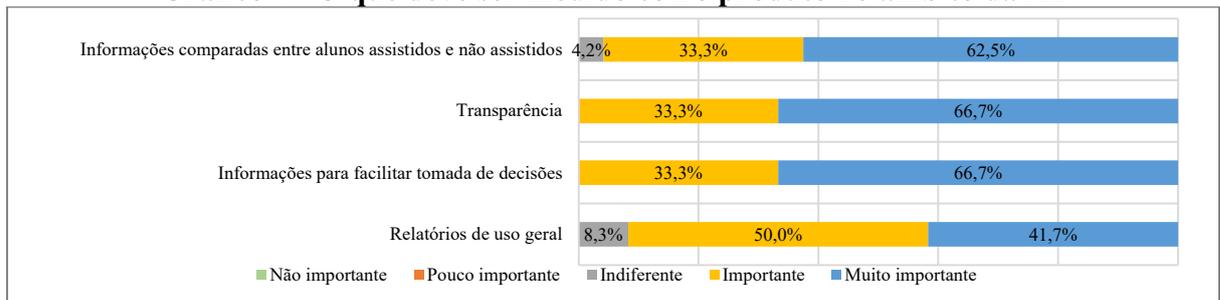


Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A partir das respostas do questionário, os representantes das IFES apontaram todos os critérios como “Muito importante” na maioria dos casos, e o critério de acompanhamento que deve ser feito junto aos estudantes beneficiários durante toda a graduação foi o que mais obteve essa mensura, seguido do diagnóstico dos alunos necessitados.

Em relação ao que deve ser medido como produto, foram avaliados os seguintes elementos: a) relatórios de uso geral; b) informações disponibilizadas de modo fácil e acessível, que facilite a tomada de decisões; c) acompanhamento da população por meio de mecanismos informatizados (transparência); d) informações relacionadas e comparadas aos alunos assistidos e não assistidos. Configura-se produto aquilo que é gerado na cadeia de valor. Os resultados são apontados no Gráfico 4.

Gráfico 4 - O que deve ser medido como produto no âmbito da AE

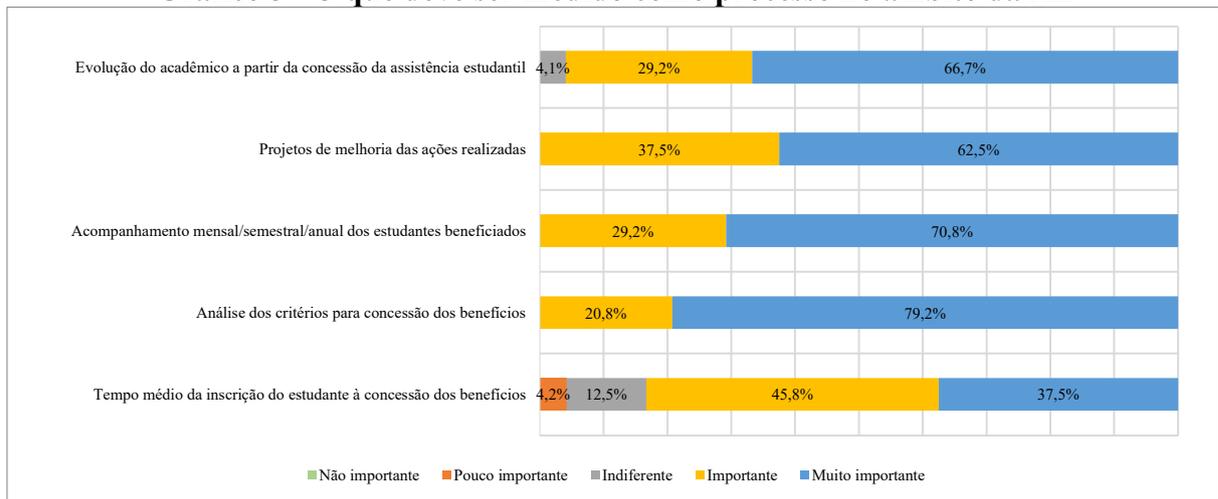


Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Os produtos “Informações para facilitar a tomada de decisões”, “Transparência” e “Informações comparadas entre alunos assistidos e não assistidos” foram os que tiveram maior seleção como critérios “Muito importante”, seguidos dos “Relatórios de uso geral”, que tiveram a maior seleção como critério “Importante”.

Foram questionados também sobre o que deve ser medido como processo na assistência estudantil, que correspondem às ações e projetos executados, tempo de ciclo dessas etapas e custo do processo. As categorias mensuradas foram: a) tempo médio da inscrição do estudante à concessão dos benefícios; b) análise dos critérios para concessão dos benefícios; c) acompanhamento mensal/semestral/anual dos estudantes beneficiados; d) projetos de melhoria das ações realizadas; e) evolução do acadêmico a partir da concessão da assistência estudantil. Os resultados são demonstrados no Gráfico 5.

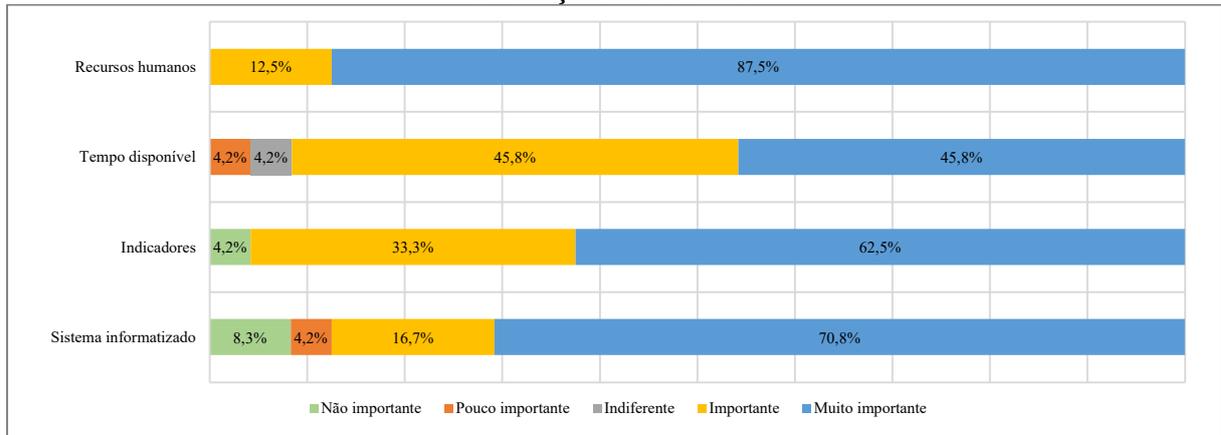
Gráfico 5 - O que deve ser medido como processo no âmbito da AE



Fonte: Resultados do questionário.

Entre as categorias apresentadas, a que obteve maior seleção como “Muito importante” foi a análise dos critérios para concessão dos benefícios, seguido do acompanhamento dos estudantes beneficiados. Não obstante, 4 (quatro) elementos foram mensurados no que se refere às principais dificuldades que são encontradas e vivenciadas no processo de acompanhamento e avaliação do PNAES, a saber: a) sistema informatizado; b) indicadores; c) tempo disponível e d) recursos humanos. Os resultados são apresentados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Dificuldades encontradas/vivenciadas no processo de acompanhamento e avaliação do PNAES



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Dos critérios avaliados, a necessidade de recursos humanos no processo de acompanhamento e avaliação do PNAES foi o elemento maior pontuado como “Muito importante”, seguido da necessidade de “sistema informatizado”. Apesar do número pouco expressivo de IFES que responderam ao questionário (34,78%), pôde-se perceber a preocupação pelos respondentes em criar ou melhorar as ações de avaliação e/ou monitoramento no âmbito da assistência estudantil, e infere-se a preocupação dos gestores neste processo, inclusive como manutenção dessa política tão importante para a sociedade brasileira.

Apesar dos indicadores serem apontados como necessidade nas instituições, outras categorias apontaram-se mais prioritárias, categorias estas básicas em um ambiente universitário: recursos humanos disponíveis para o trabalho que envolve a assistência estudantil e a existência de um sistema informatizado para apoio a realização dessas atividades. Não obstante, estes empecilhos não devem ser vistos como barreiras para os processos de monitoramento e avaliação da assistência estudantil, mas devem ser encarados como soma de força de elementos para reduzir as dificuldades encontradas e os problemas apresentados.

A construção de um sistema informatizado, tendo em mente a utilização dos dados na construção e manutenção de indicadores, é um pressuposto que deve ser levado em consideração, para que este não seja apenas um armazenador de dados que não atenda às demandas as quais ele foi desenvolvido. A carência de recursos humanos nos mais diversos setores da administração pública configura-se, deste modo, um gap de pesquisa a ser explorado, inferindo que há poucos profissionais para exercer as demandas da assistência estudantil: assistentes sociais, profissionais de saúde, profissionais técnico administrativos, enfim, todos aqueles responsáveis pela condução das ações desse âmbito de pesquisa. Não obstante, recursos humanos e sistema informatizado não dependem exclusivamente dos gestores locais das IFES.

A construção de indicadores, de outro modo, pode ser realizada considerando as atuais estruturas, mas que não pode ser deixada de realizar em detrimento de outros elementos.

4.3. DEFINIÇÃO DE INDICADORES PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A partir das informações subsidiadas pelas IFES que responderam ao questionário e com base nos dez passos para a construção de indicadores, definidos no Quadro 7, foram definidos sete indicadores a partir dos 6Es de desempenho, apresentados neste trabalho. A definição das sugestões de indicadores considerou o que foi levantado como insumos, processos e produtos (elementos da cadeia de valor) no questionário respondido pelas IFES.

Para cada dimensão, foi proposto um indicador: para a efetividade, o indicador “Taxa de cobertura do PNAES”; para eficácia, o indicador “Evasão PNAES”; para eficiência, o indicador “Sucesso do estudante assistido” foi apresentado; para a execução, excelência e economicidade, foram apresentados os indicadores “Tempo de espera para recebimento do auxílio”, “Velocidade média de conclusão de curso” e “Ticket médio por aluno assistido”, respectivamente. Para a excelência, ainda, foi proposto o indicador “Satisfação do estudante assistido”.

Em relação aos dez passos para a construção de indicadores, enfocaremos neste trabalho até o passo 6 – “Gerar sistema de coleta de dados”. Após a identificação do nível, dimensão e objetos de mensuração (passo 1) e do estabelecimento de indicadores (passo 2), o passo 3 – “Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas” considerou os apontamentos feitos no questionário submetido às IFES. No passo 4, as notas atribuídas para cada caso foram consideradas como aquelas propostas no Quadro 6, que são as mesmas sugeridas pelo manual da Secretaria de Gestão. Para cada indicador proposto, são apresentadas a seguir as etapas de medição utilizadas na definição de cada um.

Quadro 20 – Passos para definição do indicador “Taxa de cobertura do PNAES”

PASSO	INFORMAÇÕES	
1 – Identificar do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração	Nível	MICRO
	Dimensão	EFETIVIDADE
	Subdimensão	-
	Objetos de mensuração	Quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a um salário mínimo e meio
2 – Estabelecer indicadores	Evasão	
3 – Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas	-	

PASSO	INFORMAÇÕES	
4 – Construir fórmulas, métricas e estabelecer metas e notas	Fórmula	Razão entre o número de alunos com bolsas pela quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual que um salário mínimo e meio
	Unidade da fórmula	Porcentagem
	Sentido do indicador	Quanto maior - melhor
	Meta	Maior que 75%
	Notas	Quadro dos 6Es
5 – Definir os responsáveis	Responsável pela coleta	Pró-Reitoria ou setor específico
	Periodicidade	Semestral
6 – Gerar sistema de coleta de dados	Fonte da coleta	Editais de seleção

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Ainda sob a ótica da efetividade, o indicador “Taxa de cobertura do PNAES” visa identificar a quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a um salário mínimo e meio que são atendidos pelo PNAES, critério esse definido pelo próprio artefato jurídico que dispõe sobre a assistência estudantil. Quanto maior for o valor atribuído a esse indicador, melhor é o resultado, pois sugere que os alunos necessitados estão sendo atendidos. A periodicidade definida para este indicador é a semestral.

Quadro 21 – Passos para definição do indicador “Evasão PNAES”

PASSO	INFORMAÇÕES	
1 – Identificar do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração	Nível	MICRO
	Dimensão	EFICÁCIA
	Subdimensão	-
	Objetos de mensuração	Número de estudantes desistentes cobertos pelo PNAES
2 – Estabelecer indicadores	Evasão	
3 – Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas	-	
4 – Construir fórmulas, métricas e estabelecer metas e notas	Fórmula	Total de ingressantes – total de concluintes no tempo de integralização (turmas que iniciaram em 2015 e finalizaram em 2021, por exemplo)
	Unidade da fórmula	Porcentagem
	Sentido do indicador	Quanto menor - melhor
	Meta	0 %
	Notas	Quadro dos 6Es
5 – Definir os responsáveis	Responsável pela coleta	Pró-Reitoria ou setor específico
	Periodicidade	Período de integralização do curso
6 – Gerar sistema de coleta de dados	Fonte da coleta	Relatórios de Gestão ou Sistema acadêmico

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Na ótica da eficácia, o indicador “Evasão PNAES” tenta identificar a quantidade de alunos assistidos que evadiram da instituição. Ao considerar o tempo de integralização do curso, por turma de ingresso, obter-se-á para cada ciclo de ingressantes a quantidade de alunos que evadiram do curso, aferindo-se o valor deste indicador, que tem como meta 0%. A partir do valor apontado por este indicador, ações podem ser tomadas para evitar o abandono no ensino

superior. A periodicidade escolhida neste caso justifica-se para uma melhor análise da trajetória do estudante.

Quadro 22 – Passos para definição do indicador “Sucesso do estudante assistido”

PASSO	INFORMAÇÕES	
	1 – Identificar do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração	Nível
Dimensão		EFICIÊNCIA
Subdimensão		-
Objetos de mensuração		Número de estudantes PNAES concluintes
2 – Estabelecer indicadores	Sucesso do estudante assistido	
3 – Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas	-	
4 – Construir fórmulas, métricas e estabelecer metas e notas	Fórmula	Total de alunos PNAES que se formaram dividido pela quantidade total de alunos cobertos pelo PNAES
	Unidade da fórmula	Média aritmética
	Sentido do indicador	Quanto maior - melhor
	Meta	Maior que 75%
	Notas	Quadro dos 6Es
5 – Definir os responsáveis	Responsável pela coleta	Pró-Reitoria ou setor específico
	Periodicidade	Semestral
6 – Gerar sistema de coleta de dados	Fonte da coleta	Sistema acadêmico

Fonte: Elaboração do autor (2021).

A proposta de indicador “Sucesso do estudante assistido”, na dimensão eficiência, tenta averiguar a quantidade de alunos assistidos que se formaram, demonstrando que as ações de assistência estudantil possibilitaram que o aluno não evadisse e concluísse o curso superior. Considerando o calendário curricular das IFES, este indicador também tem periodicidade semestral.

Quadro 23 - Passos para definição do indicador “Tempo de espera para recebimento do auxílio”

PASSO	INFORMAÇÕES	
	1 – Identificar do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração	Nível
Dimensão		EXECUÇÃO
Subdimensão		-
Objetos de mensuração		Tempo corrido entre a abertura do edital e a concessão do auxílio
2 – Estabelecer indicadores	Tempo de espera para recebimento do auxílio	
3 – Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas	-	
4 – Construir fórmulas, métricas e estabelecer metas e notas	Fórmula	Média aritmética total do tempo médio (por aluno) do total de dias corridos entre a abertura do edital e a concessão do auxílio
	Unidade da fórmula	Dias (média aritmética)
	Sentido do indicador	Quanto menor - melhor
	Meta	Menor que 30
	Notas	Quadro dos 6Es
5 – Definir os responsáveis	Responsável pela coleta	Pró-Reitoria ou setor específico
	Periodicidade	A cada edital ou mensal, se for fluxo contínuo

PASSO	INFORMAÇÕES	
6 – Gerar sistema de coleta de dados	Fonte da coleta	Dados da inscrição e percepção do auxílio

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Na dimensão execução, é proposto o indicador “Tempo de espera para recebimento do auxílio”. Este tempo é de fundamental importância, pois o aluno está muitas vezes em processo de estudos, mas sem a assistência financeira devida. Quanto menos dias para a percepção dos proventos, melhor. A meta definida neste caso é de 30 dias, considerando também os aspectos burocráticos que podem ser envolvidos neste processo: cadastro de conta corrente, envio de informações à agência bancária, entre outros. A periodicidade definida leva em conta que a cada edital publicado, essa mensura deve ser realizada, considerando o ingresso e saída de estudantes bolsistas no processo de assistência estudantil.

Quadro 24 - Passos para definição do indicador “Velocidade média de conclusão de curso”

PASSO	INFORMAÇÕES	
1 – Identificar do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração	Nível	MICRO
	Dimensão	EXCELÊNCIA
	Subdimensão	-
	Objetos de mensuração	Tempo de integralização do estudante
2 – Estabelecer indicadores	Velocidade média de conclusão de curso	
3 – Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas	-	
4 – Construir fórmulas, métricas e estabelecer metas e notas	Fórmula	Quantidade de alunos que se formaram no tempo normal (dentro do prazo de integralização: 4 anos ou 5 anos)
	Unidade da fórmula	Porcentagem
	Sentido do indicador	Quanto maior - melhor
	Meta	Maior que 75%
	Notas	Quadro dos 6Es
5 – Definir os responsáveis	Responsável pela coleta	Pró-Reitoria ou setor específico
	Periodicidade	Semestral
6 – Gerar sistema de coleta de dados	Fonte da coleta	Sistema acadêmico

Fonte: Elaboração do autor.

Na dimensão excelência, a “Velocidade média de conclusão de curso” é apresentada como indicador na proposta de averiguar como tem sido o percurso do estudante na sua trajetória acadêmica. A partir da quantidade de alunos que se formaram nos prazos mínimos de integralização de curso, pode-se apontar uma excelência nas ações, permitindo aferir se os alunos passaram menos tempo na instituição, provocando uma economia no pagamento de bolsas e gerando profissionais habilitados para o mercado de trabalho mais rapidamente. A periodicidade semestral também se justifica pelos calendários curriculares de mesma duração.

Quadro 25 - Passos para definição do indicador “Satisfação do estudante assistido”

PASSO	INFORMAÇÕES	
1 – Identificar do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração	Nível	MICRO
	Dimensão	EXCELÊNCIA
	Subdimensão	-
	Objetos de mensuração	Satisfação do estudante assistido
2 – Estabelecer indicadores	Satisfação do estudante assistido	
3 – Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas	-	
4 – Construir fórmulas, métricas e estabelecer metas e notas	Fórmula	Média aritmética das notas de cada aluno pelo número de estudantes assistidos (obtida pelo questionário APÊNDICE H)
	Unidade da fórmula	Média aritmética
	Sentido do indicador	Quanto maior - melhor
	Meta	Maior que 6
	Notas	Quadro dos 6Es
5 – Definir os responsáveis	Responsável pela coleta	Pró-Reitoria ou setor específico
	Periodicidade	Semestral
6 – Gerar sistema de coleta de dados	Fonte da coleta	Pesquisa aplicada junto aos estudantes assistidos

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Ainda sob a dimensão da excelência, a proposta do indicador “Satisfação do estudante assistido” traz o olhar do estudante na percepção das ações de assistência estudantil, como forma de validar a excelência na ponta da política pública. A partir de uma pesquisa (APÊNDICE H) que se propõe a submeter para cada estudante assistido, obter-se-á a média aritmética das notas de cada aluno atribuída a esse questionário, perfazendo a média total dos estudantes da instituição. Quanto maior for esse valor, melhor a percepção da efetividade da política. A periodicidade definida neste caso foi apontada como semestral, como forma de realizar um melhor diagnóstico da situação.

Quadro 26 – Passos para definição do indicador “Ticket médio por aluno assistido”

PASSO	INFORMAÇÕES	
1 – Identificar do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração	Nível	MICRO
	Dimensão	ECONOMICIDADE
	Subdimensão	-
	Objetos de mensuração	Valores financeiros/orçamentários
2 – Estabelecer indicadores	Custo por aluno assistido	
3 – Validar preliminarmente os indicadores com as partes interessadas	-	
4 – Construir fórmulas, métricas e estabelecer metas e notas	Fórmula	Razão do total do valor destinado para a IFES para pagamento de auxílios pelo número de estudantes (CPF) assistidos
	Unidade da fórmula	R\$
	Sentido do indicador	Quanto maior - melhor
	Meta	Maior possível
	Notas	Quadro dos 6Es
5 – Definir os responsáveis	Responsável pela coleta	Pró-Reitoria ou setor específico
	Periodicidade	Semestral

PASSO	INFORMAÇÕES	
6 – Gerar sistema de coleta de dados	Fonte da coleta	Relatório de Gestão, extratos financeiros

Fonte: Elaboração do autor (2021).

A proposta do indicador “Custo por estudante assistido”, definido aqui no nível micro, pode ser expandido para o nível macro. Ele tenta identificar o quanto tem sido gasto com cada aluno assistido. A partir dos valores orçamentários distribuídos para este fim, pode-se fazer uma relação entre o valor empenhado para as IFES e o número de estudantes (por CPF, considerando que o mesmo aluno pode receber dois benefícios ao mesmo tempo). No nível macro, pode-se acompanhar o valor médio do estudante por estado da federação, por região geográfica ou até mesmo nacionalmente. Neste caso, a periodicidade semestral é mais recomendada.

5. RECOMENDAÇÕES

Nesta seção, são apresentadas as recomendações acerca da aplicação dos indicadores de Assistência Estudantil propostos neste trabalho. Partindo da concepção da Cadeia de Valor e dos 6Es de Desempenho[®], foram propostos 7 indicadores, construídos a partir dos 10 passos orientados pelo documento sugerido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento (2009). O Quadro 27 apresenta, de forma resumida e estruturada, os indicadores elaborados. Além disso, o Apêndice I traz a proposta de relatório técnico para implantação dos indicadores, de forma mais visual e simplificada.

Quadro 27 - Proposta de indicadores no nível Micro para as IFES

Dimensão	Objeto de mensuração	Indicador	Fórmula	Unid.	Sentido do indicador	Fonte	Metas	Notas	Coleta de dados	Período de coleta
E1 Efetividade	Quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo assistidos pelo PNAES	Taxa de cobertura do PNAES	Razão entre o número de alunos com bolsas pela quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo	Porcentagem	Maior-melhor	Editais de seleção	> 75%	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral
E2 Eficácia	Número de estudantes desistentes cobertos pelo PNAES	Evasão PNAES	Total de ingressantes – total de concluintes no tempo de integralização (turmas que iniciaram em 2015 e finalizaram em 2021, por exemplo)	Porcentagem	Menor-melhor	Relatórios de Gestão ou sistema acadêmico	0%	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Período de integralização do curso
E3 Eficiência	Número de estudantes PNAES concluintes	Sucesso do estudante assistido	Total de alunos PNAES que se formaram dividido pela quantidade total de alunos cobertos pelo PNAES	Porcentagem	Maior-melhor	Sistema acadêmico	> 75%	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral
E4 Execução	Tempo estimado desde a abertura do edital até a concessão do auxílio	Tempo de espera para recebimento do auxílio	Tempo médio do total de dias corridos entre a abertura do edital e concessão do auxílio ao estudante (cada aluno terá o seu e o indicado será a média de todos)	Dias	Menor-melhor	Edital (dados da inscrição e percepção do auxílio)	< 30	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	A cada edital ou mensal, se for fluxo contínuo
E5 Excelência	Tempo de integralização do estudante	Velocidade média de conclusão de curso	Quantidade de alunos que se formaram no tempo normal (dentro do prazo de integralização: 4 anos ou 5 anos)	Porcentagem	Maior-melhor	Sistema acadêmico	> 75%	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral
E5 Excelência	Satisfação do estudante assistido diante dos auxílios recebidos e atividades propostas	Satisfação do estudante assistido	Média aritmética das notas de cada aluno pelo número de estudantes assistidos	Média aritmética	Maior-melhor	Pesquisa junto aos estudantes assistidos	> 6	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral
E6 Economicidade	Valor financeiro destinado à AE para a IFES e o número de assistidos	Ticket médio por aluno assistido	Razão do total do valor destinado para a IFES para pagamento de auxílios pelo número de estudantes (CPF) assistidos	R\$	Maior-melhor	Relatório de Gestão, extratos financeiros	Maior possível	Quadro dos 6Es	Pró-Reitoria específica	Semestral

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Os indicadores aqui propostos podem configurar, em algumas instituições, o pontapé inicial para a avaliação e o monitoramento das ações de assistência estudantil. Para outras, podem servir como mecanismos de aprimoramento das estruturas já existentes. Além disso, eles permitem que cada instituição que desejar utilizá-los possa adequar os valores, metas e outras configurações, dentro da realidade de cada estudante e ou da universidade, bem como utilizar a metodologia apresentada e criar novos artefatos.

Vale destacar que o processo de construção dos indicadores propostos neste estudo considerou as diversas qualidades e requisitos que um bom indicador deve ter, como por exemplo: apresentam uma relevância social que justifica sua produção; os dados utilizados na construção são confiáveis; existe uma aproximação entre aquilo que é conceituado e a medida objeto de estudo; representam a realidade que querem demonstrar; são facilmente reprodutíveis, devido à transparência e metodologia de construção utilizada; apresentam periodicidade, o que permite sua atualização e comparação em série histórica; são economicamente factíveis, pois utilizam informações e procedimentos já existentes na grande maioria das instituições, entre tantas outras propriedades desejáveis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise acerca dos mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES por meio da utilização de indicadores nas 69 instituições federais de ensino superior do Brasil. A partir desta análise, objetivou-se uma compreensão acerca da discussão teórica e empírica da utilização desses elementos, bem como a elaboração de uma proposta de um grupo de indicadores nesse âmbito da pesquisa. O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES, prevê que as IFES devam fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação, mas não estabelece como esses procedimentos devem ser realizados. A partir de questionário *online* e coletas nos sites institucionais, nos Planos de Desenvolvimento Institucional e nos Relatórios de Gestão destas 69 instituições, foi possível traçar um diagnóstico da realidade da assistência estudantil no país. Estas informações contribuem à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, pois se propõem a fornecer subsídios para avaliação da política pública existente a mais de dez anos, cuja importância para o desenvolvimento acadêmico, social e econômico da nação é amplamente notável.

No campo teórico acerca do uso de indicadores no processo de AE, a discussão ainda é muito pequena, demonstrando-se um *gap* na literatura do tema, pois evidencia a necessidade de mecanismos para o acompanhamento desse programa de governo. Os trabalhos encontrados apresentam uma compreensão do processo de organização e criação de indicadores e quais aspectos devem ser considerados neste procedimento.

Ao partir para a análise empírica acerca da existência desses indicadores nas IFES por todo o país, é perceptível um movimento nacional para a construção desses elementos. Algumas universidades já dispõem de mecanismos nesse sentido, inclusive com acompanhamento temporal para avaliação dos resultados apresentados. Entretanto, observam-se ainda universidades sem nenhum mecanismo de avaliação e/ou monitoramento das ações de assistência estudantil, o que é preocupante, considerando o tempo de existência dessas ações, desde a criação do PNAES. Há de se destacar ainda a grande maioria de IFES que utilizam dados quantitativos simples, na tentativa de diagnosticar o sucesso ou não das ações realizadas, sem considerar os inúmeros aspectos envolvidos no processo estudantil. Entretanto, mesmo com dados simples, demonstra-se uma preocupação dos gestores públicos no sentido de melhorar a política pública em questão, ao passo de que estejam em atendimento ao preconizado pelo PNAES. Não obstante, há de se destacar que os Planos Nacionais de Educação apresentam metas de elevação da taxa bruta de matrículas no âmbito da educação superior, e isto pode ser

utilizado como um mecanismo de avaliação: o quanto de matrículas efetivas tem-se demonstrado? Apenas o quantitativo do aumento de matrículas configura-se como sucesso? Há alguma relação entre o número de ingressantes e concluintes nos cursos de educação superior? Quais as iniciativas desenvolvidas em prol da permanência dos estudantes, especialmente os mais acometidos pelas diferenças sociais e econômicas?

As propostas de indicadores apresentadas neste trabalho são instrumentos sinalizadores para um universo bem mais amplo. Aquelas instituições que ainda não apresentam nenhum mecanismo nesse sentido poderão dar pequenos passos nos procedimentos que envolvem a assistência estudantil, e aquelas que apresentam indicadores poderão melhorar aspectos nos seus construtos já existentes, bem como sinalizarem outros. Tal argumento é defendido por Zucatto *et al.* (2009) quando este menciona que, como provimento de melhorias, os indicadores também têm de ser compreendidos e aceitos pelos usuários, ações estas que podem ser realizadas envolvendo os estudantes no processo de construção dos artefatos. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que é impossível medir uma política pública sem informações e instrumentos a respeito dela, e nisso os indicadores têm um papel e uma razão de existir fundamentais.

Destaca-se ainda algumas limitações da pesquisa: 1) falta de padronização das informações disponibilizadas nos sites institucionais – cada instituição apresenta os dados diferentemente, o que prejudica uma análise mais ampliada; 2) ausência de comparação histórica para avaliação de variáveis num espaço temporal – existe a tentativa por algumas IFES de trazer essas informações, mas ainda são poucas que realizam esse processo; 3) análise qualitativa das informações disponibilizadas – é importante que haja uma análise dos dados quantitativos, que são muitas vezes o único elemento representativo das ações de assistência estudantil, considerando quais aspectos, métodos e situações de sucesso que poderiam ser reproduzidas em outras universidades; 4) contextualização regional ou nacional acerca das atividades da política pública, considerando a abrangência que ela se apresenta. Outrossim, essas discussões não devem apenas considerar o ingresso ao ensino superior (SOUZA; CINTRA, 2020), mas precisam levar em conta a permanência e o sucesso no decorrer dos estudos, para evitar a falta de políticas que fortaleçam as instituições quando essas estratégias estão separadas (VELOSO; MACIEL, 2015).

Como pesquisas futuras, este trabalho abre caminhos para a construção de um painel de indicadores, que pode ser desenhado com possibilidades de comparação regional ou até mesmo nacional. Além disso, pode-se ampliar o estudo ainda com vistas à análise dos resultados

obtidos pelos indicadores, principalmente na percepção dos estudantes. Qualificar, observando os atributos e propriedades essenciais dos indicadores encontrados na pesquisa empírica, também abre uma série de possibilidades de análise da política pública.

As informações coletadas e disponibilizadas até então servirão para o aprimoramento de novos construtos. É consenso que o processo de assistência estudantil é de extrema importância para a realidade brasileira, mas é de fundamental importância também que se destaque, divulgue e analise quais as conquistas que ele tem provocado, retornando à sociedade onde e como o gasto público tem sido efetivado. E os indicadores tem um papel fundamental nesse fornecimento de informações e tomada de decisões, pois tem-se a necessidade de mecanismos que ajudem a tomar e avaliar decisões que impactem o país de um modo geral. Há ainda um longo caminho a ser percorrido, mas não se pode deixar de afirmar que os processos de avaliação das políticas públicas nunca devam parar. Ações como essa motivarão outras, consolidando-se como expoentes na transparência e eficácia dos serviços públicos no país.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, B.; CORREIA, W.; CAMPOS, F. Uso da escala Likert na análise de jogos. **X SBGames**. p. 5., Salvador. 2011.
- AKOBENG, A. Understanding systematic reviews and meta-analysis. **Archives of Disease in Childhood**. v. 90, n. 8, p. 845–848., 2005. <https://doi.org/10.1136/adc.2004.058230>
- ANDRADE, A. M. J. DE; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. v. 22, n. 2, p. 512–528., 2017. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200014>
- ARAÚJO, C. B. Z. M. DE. Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000. 36ª Reunião Nacional da ANPED. **Anais...** In: SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Goiânia/GO: ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt11_trabalhos_pdfs/gt11_3415_texto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- ARAÚJO, F. S. DE; BEZERRA, J. C. B. Tendências da política de Assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira. In: **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2020.
- ARAUJO, M. P. N. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará: Ediouro, 2007.
- ARMIJO, M.; BONNEFOY, J. C. **Indicadores de desempenho en el sector público**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL, ILPES, 2005. ISBN: 978-92-1-322800-5. Disponível em: <<https://www.cepal.org/ilpes/noticias/paginas/0/26120/manual45.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- ASSIS, A. C. L. DE; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A.; MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**. v. 6, n. 4, p. 125–146., 2013. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p125>
- BASSI, E. DA R.; SIMONETTO, E. DE O. Desenvolvimento de um Modelo de Indicadores de Gestão de Pessoas: o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Encontro de Administração da Informação da ANPAD**. Curitiba. 2017.
- BEISIEGEL, C. DE R. The national plan of education. **Cadernos de Pesquisa**. n. 106, p. 217–231., 1999. <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000100011>

BETZEK, S. B. F. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira**. Dissertação (Mestrado em Educação). Marília: Universidade Estadual Paulista, 2015.

BORDIM, C. F.; BAGGIO, D. K.; CINTRA, R. F.; RIBEIRO, I. Desempenho acadêmico e moradia estudantil: variáveis que afetam(?) os estudantes da UFGD. **Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU)**. p. 1–16., Florianópolis. 2019.

BORSATO, F. P. A assistência estudantil no contexto da “democratização” da educação superior brasileira. In: **VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-assistencia-estudantil-no-contexto-da-democratizacao-da-educacao-superior-brasileira.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004**. 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004**. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.933.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: diretrizes para elaboração**. Brasília: MEC/SESu, 2004c. Disponível em: <<http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/diretrizes-mec-para-elaboracao-pdi.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. **Indicadores de programas: guia metodológico**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010b.

BRASIL. **Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. Brasília: Coordenação de Documentação e Informação, 2012. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. REVISÃO DA LITERATURA E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**. v. 3, n. 2., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

CAPOBIANGO, R. P.; SILVEIRA, S. DE F. R.; ZERBATO, C.; MENDES, A. C. A. Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. v. 45, n. 6, p. 1869–1890., 2011. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600012>

CARLOS, F. A.; LOPES, J. E. DE G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; MACÊDO, J. M. A.; AMARO, R. G.; FILHO, J. F. R. Uma discussão sobre a criação de indicadores de transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. v. 13, n. 2, p. 1–15., 2008. <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v13i2.5544>

CARPES, D. M. L. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: PNE 2014 – 2024. **Reunião Científica Regional da ANPED**. p. 16., 2016.

CARRANO, D. P.; BERTASSI, A. L.; MELO-SILVA, G. Efetividade do Pnaes enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ. **Educação Online**. v. 13, n. 28, p. 1–19., 2018.

CARVALHO, M. G. DE. Utilização de Indicadores de Gestão nas Atividades de Controle Externo. **Encontro de Administração Pública da ANPAD**. Fortaleza. 2019.

CINTRA, R. F.; RIBEIRO, I.; COSTA, B. K. Reflexo da Moradia Estudantil no Índice de Desempenho Acadêmico: um Estudo Quantitativo na Universidade Federal da Grande Dourados. **XLII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. p. 1–14., Curitiba. 2018.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55–70.

COSTA, F. L. DA; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. v. 37, n. 5, p. 969–992., 2003.

CRUMPTON, C. D.; MEDEIROS, J. J.; FERREIRA, V. DA R. S.; SOUSA, M. DE M.; NAJBERG, E. Evaluation of public policies in Brazil and the United States: a research analysis in the last 10 years. **Revista de Administração Pública**. v. 50, n. 6, p. 981–1001., 2016. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156363>

CUNHA, C. G. S. DA. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**. v. 0, n. 12., 2018. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13–42.

DURAT, K. R. Ensino superior federal: uma análise da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAS). **II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. III Seminário Nacional de Território e Gestão de**

Políticas Sociais. II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. p. 11., Londrina. 2017.

DUTRA, N. G. DOS R.; SANTOS, M. DE F. DE S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** v. 25, n. 94, p. 148–181., 2017. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006>

ELOI, S. DE S. S. **Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2018.

FERRADAES, A. G. **Uma síntese da importância dos indicadores para a avaliação da gestão pública.** Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2019.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo.** Brasília: IPEA, 2009.

FISCHMANN, R. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação.** v. 14, n. 40, p. 156–167., 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100013>

FRANCISCO, T. H. A.; NAKAYAMA, M. K.; RAMOS, A. M.; OLIVEIRA, P. C. A contribuição do PDI nas atividades de planejamento e gestão das instituições de educação superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL.** p. 81–107., 2012. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2012v5n3p81>

FUMP. **Fump - Assistência Estudantil da UFMG.** 2020. Disponível em: <<http://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=295>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GARCIA, R. P. M. O lugar e o sentido da avaliação nas políticas públicas. In: **Avaliação de Políticas Públicas: concepções, modelos e casos.** Cruz das Almas, BA: UFRB, 2020. p. 21–37, ISBN: 978-65-87743-04-2.

GARRIDO, E. N.; MERCURI, E. N. G. DA S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional.** v. 17, n. 1, p. 87–95., 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100009>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 978-85-224-3169-4.

GRATERON, I. R. G. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Caderno de Estudos.** n. 21, p. 01–18., 1999. <https://doi.org/10.1590/S1413-92511999000200002>

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (ORGS.). **Políticas públicas no Brasil [online].** Rio de Janeiro: Scielo Editora Fiocruz, 2007. ISBN: 978-85-7541-350-0. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575413500>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. n. 129, p. 285–303., 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>

JANNUZZI, P. DE M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. v. 56, n. 2, p. 137–160., 2005. <https://doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222>

JANNUZZI, P. DE M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 6ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2017. ISBN: 978-85-7516-807-3.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN: 978-85-970107-6-3. Disponível em: <<https://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=4979381>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LIMA, C. P. N. DE. A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas casas de estudantes universitárias da UFPE. **Serviço Social em Revista**. v. 5, n. 1., 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_carla.htm#_ftn1>. Acesso em: 8 jun. 2020.

LIMA, K. R. DE S. A educação superior no plano nacional de educação 2011-2020. **Perspectiva**. v. 30, n. 2, p. 625–656., 2012. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2012v30n2p625>

LIMA, M. C. N.; MELO, M. C. DE O. L. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. **Revista Meta: Avaliação**. v. 8, n. 23, p. 216–247., 2016. <https://doi.org/10.22347/2175-2753v8i23.990>

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Organizações em contexto**. v. 14, n. 27, p. 53–91., 2018.

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**. v. 8, n. 22, p. 116–148., 2016. <https://doi.org/10.22347/2175-2753v8i22.870>

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. v. 25, n. 1, p. 199–218., 2020. <https://doi.org/10.1590/s1414-407720200001000011>

MARQUES, S. R. Assistência estudantil e serviço social: a questão do acesso aos programas de assistência estudantil nas universidades federais do estado da Paraíba sob a análise avaliativa dos assistentes sociais. **XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22714/15196>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MARTINS, H. F.; MARINI, C. **Um guia de governança para resultados na administração pública**. Brasília: Publix Editora, 2010. ISBN: 978-85-63133-01-4.

MARTINS, P. F. DE M.; SILVA, E. G. DA; MAURICIO, N. M. M. A história da assistência estudantil no ensino superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais. **Revista Observatório**. v. 5, n. 6, p. 886–911., 2019. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p886>

MAURICIO, N. M. M.; PIZZIO, A.; SILVA, E. G. DA; RODRIGUES, J.; MESQUITA, H. D. DA S. Panorama da Assistência Estudantil nas Universidades Federais da Região Norte do Brasil. **REVISTA CEREUS**. v. 12, n. 4, p. 191–205., 2020.

MEC. **Quase 30 mil estudantes de instituições federais de ensino recebem chips do projeto Alunos Conectados do MEC**. Ministério da Educação. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mais-de-25-mil-estudantes-de-instituicoes-federais-de-ensino-recebem-chips-do-projeto-alunos-conectados-do-mec>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MINAYO, M. C. DE S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 33, p. 83–91., 2009. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022009000500009>

NEVES, T. J. G. DAS; LIBONATI, J.; VASCONCELOS, M. T. DE C.; MOURA, H. P. DE; LAGIOIA, U. C. T.; ARAÚJO, J. Execução dos programas orçamentários nas Universidades Federais Brasileiras: um estudo das influências. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**. v. 0, n. 0., 2013. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/84>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OECD (ORG.). **Governing regional development policy: the use of performance indicators**. Paris: OECD, 2009. ISBN: 978-92-64-05628-2.

PADILHA, C. A. T. A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**. v. 16, n. 180, p. 82–97., 2016.

PALVARINI, B. Guia referencial de mensuração do desempenho na Administração Pública. **III Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.adberseba.org/Refer%20sobre%20Monitoramento/GUIA%20REFERENCIAL%20DE%20MENSURA%20DE%20DESEMPENHO%20NA%20ADM%20PUB.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PAULA, M. DE F. C. DE. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. v. 22, n. 2, p. 301–315., 2017. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200002>

PAULA, R. N. C. DE; ICHIKAWA, E. Y. Indicadores de produtividade em cooperativas do Paraná: um estudo comparativo de casos. **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**. Brasília. 2002. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-gol-321.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

POGGERE, B. G. F. A. Assistência estudantil para quem? O direito de permanência da classe trabalhadora no ensino superior e suas contradições. **Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. p. 1–12., 2017.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**. v. 46, n. 5, p. 1271–1294., 2012.

RNP. **Termo de Referência ADC/9523/2020**. 2020. Disponível em: <https://www.rnp.br/arquivos/documents/TERMO%20DE%20REFER%c3%8aNcia_ADC%209523.pdf?YNv9btEyXtqCxzJYSR1PFsergzKF0CZW=>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ROZADOS, H. B. F. Uso de indicadores na gestão de recursos de informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v. 3, n. 2, p. 60–76., 2005. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v3i1.2054>

RUA, M. DAS G. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2004.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. DEL P. B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução Daisy Vaz De Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. ISBN: 978-85-65848-36-7.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. ISBN: 978-85-221-1353-8.

SECRETARIA DE GESTÃO. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2009.

SILVA JR., S. D. DA; COSTA, F. J. DA. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **XVII Semead**. São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhospdf/1012.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

SOUZA, G. V. DE; CINTRA, R. F. Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil: análise da última década (2011-2019). **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Porto Alegre. 2020.

STJ. **Construindo e gerenciando indicadores: guia metodológico**. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2018.

TAUFICK, A. L. DE O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**. v. 30, n. 1., 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020>>. Acesso em: 5 dez. 2020. <https://doi.org/10.21573/vol30n12014.50020>

TCU. **Técnicas de Auditoria: Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos**. Brasília: Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2000.

TCU. **Relatório de gestão: Guia para elaboração na forma de relatório integrado: evolução da prestação de contas**. 2. ed. Brasília: TCU, 2019. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/relatorio-de-gestao-guia-para-elaboracao-na-forma-de-relatorio-integrado-segunda-edicao.htm>>. Acesso em: 10 set. 2020.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**. v. 42, n. 3, p. 529–550., 2008.

TRILHA, C. C. DA S. **Modelo de Avaliação de Desempenho para Almojarifados em Universidade Públicas: uma aplicação na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

UCHOA, C. E. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional**. Brasília: ENAP/DDG, 2013.

VARGAS, M. DE L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. v. 16, n. 1, p. 149–163., 2011. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000100008>

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-Vista**. v. 17, n. 2, p. 599–616., 2010.

VELOSO, T. C. M. A.; MACIEL, C. E. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**. v. 51, n. 37, p. 224–250., 2015. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178>

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**. v. 34, n. 121, p. 77–104., 2004. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000100005>

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução Ricardo Avelar De Souza. Brasília: ENAP, 2014. ISBN: 978-85-256-0073-8.

ZUCATTO, L. C.; SARTOR, U. M.; BEBER, S.; WEBER, R. Proposição de indicadores de desempenho na Gestão Pública. **ConTexto**. v. 9, n. 16., 2009. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11701>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

7. APÊNDICES

7.1. APÊNDICE A - Quantitativo de alunos da graduação e bolsistas, no período de 2010 a 2014

IFES	2010		2011		2012		2013		2014	
	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS
UnB	22024,5	2475	26759	3956	29565	2498	32765	2272	29837	2702
UFCat	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
UFG	21141	3914	24405	3987	24085	5289	25619	5461	25534	3797
UFJ	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
UFGD	4851	1850	4872	2900	6043	4125	5744	914	6248	ND
UFMS	13940	4262	13556	4972	14637	5109	14799	5479	15639	8741
UFMT	17888	4184	19243	2413	20162	2706	18960	3157	20308	3821
UFR	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
UFAL	21128	2684	26373	2274	28679	2274	30337	1913	28335	1331
UFBA	28061,5	1925	31840	3681	32241	2733	33254	3839	33767	7552
UFOB	/	/	/	/	/	/	/	/	1798	ND
UFRB	4867,5	979	5951	1247	6291,5	1834	7821	2332	8631,5	2166
UFSB	/	/	/	/	/	/	/	/	783	ND
UFCA	/	/	/	/	/	/	/	/	2009,5	1179
UFC	22538	1781	24304	458	25077	535	25358	622	25749	870
UNILAB	/	/	338	111	1008	486	1777	1700	2190	3054
UFMA	14141	932	17650	975	19997	1807	17738,5	12424	14798,5	ND
UFPB	22908	5597	25079	6451	28735	8000	29109	11956	36642	1711
UFCG	15458	4480	16205	5860	16261	6842	17840	6559	16535	8800
UFPE	25769	5635	26530	9808	27995	3232	27406	7190	28038	7785
UFAPE	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
UFRPE	9877,5	2649	10097	2864	9833	3500	9509,5	2869	9567,5	ND

IFES	2010		2011		2012		2013		2014	
	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS
UNIVASF	4075	1296	4400	860	4770	2181	4902	1112	5165	1000
UFDPAr										
UFPI	19632	5675	21192	6969	21016,5	7281	20731	10371	20626	2624
UFRN	23721	3864	26368	6336	27482	13153	28812	12747	26784	ND
UFERSA	4023,5	1186	4951	1206	5644,5	1779	666,5	2585	7217,5	2986
UFS	20358	2731	21747	6000	23876	7770	24355	9482	26178	4410
UFNT										
UFAC	8261	8560	8562	6262	9119	8215	9041	ND	9013	ND
UFAM	19137	ND	18915	4891	18615,5	12189,22	22221	18441	17724	ND
UNIFAP	5039	1488	4335	4584	4380	2500	4558,5	4352	5166	ND
UFOPA	1402,5	164	2263	1800	3054,5	1498	2995	2273	3400	1342
UFPA	23140	3413	25435	7810	26415,5	6098	30571	8460	27604,5	6957
UNIFESSPA									2140	318
UFRA	2168	1250	2639,5	1700	3000	1100	3423,5	804	4168,5	1350
UNIR	7398,5	2545	8029,1	1543	8218,5	1443	8268	1880	8680	2454
UFRR	5823	696	6202	820	5812	1670	6886	1426	6419	5691
UFT	9780	2896	10923	904	12495	2012	13369,5	4218	13615,5	9380
UFES	16231	ND	17295	ND	18091	ND	18193	ND	18279	ND
UNIFAL	4057,5	464	4730,5	584	4978,5	589	5646	1424	6101	1613
UNIFEI	2365,5	275	4518	323	5295,5	430	4474,5	484	5562	676
UFJF	12867	2102	14190	2400	13398,5	4548	14579	4356	15998	5000
UFLA	5115	2015	5478	1843	6373	2766	6156	2401	7276	745
UFMG	25368,5	4413	28503	4732	ND	5817	28376	11778	30036,5	7433
UFOP	7982,5	2722	9244,5	3371	9532	5183	10631	6395	10673,5	5482
UFSJ	7592	ND	10268	ND	10285	1248	11269	1765	11243	2164
UFU	14566	3018	18326	4261	19591	5182	18969	6585	19714	6622

IFES	2010		2011		2012		2013		2014	
	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS
UFV	11712	3333	12596	ND	12429	1890	14576	4115	14862	4364
UFTM	3001	551	3856	694	4747	886	4706	721	5564	2359
UFVJM	7398	1684	6852	3706	7702	4620	7850	4645	8099	5680
UNIRIO	7586	ND	7926	900	ND	ND	8212	1100	9818,5	755
UFRJ	37109	4425	38706	4378	34239	3218	41563	8648	43420	2823
UFF	24574,5	1252	31211,5	2644	35569,5	3029	31886,3	ND	33888,5	2263
UFRRJ	9281	1127	13046,5	1348	11519	2834	12009,5	4027	13734,5	4192
UFSCar	11184	1153	10893	6615	11145	8770	12118	8955	12338	3277
UNIFESP	6464	509	8386	3435	9699	ND	10334	ND	11272	1204
UFABC	4184	1330	5513	1432	6676	1346	7792	1415	8737	905
UFPR	22120	2460	3284	25531	26180	4905	27020	5385	25853	6683
UNILA			635,5	616	1150,5	936	948	860	1439,5	1092
UTFPR	19813	2651	22085	2646	23669	3989	24205	3223	21026	21583
UFCSPA	1280	162	1535	211	1560	258	1599	397	1737	510
UFPel	13480	2176	14000	2530	12949	2866	13610,5	4440	14687	7551
UFSM	15.156	ND	16.590	ND	17.167	6616	18.088	6998	20343	17496
UNIPAMPA	6009	1778	7049	1802	9130	3378	9857	2690	9370	2209
FURG	8213	5112	9003	6553	9090	3199	8716,5	2879	8817	3504
UFRGS	23.012	8608	23.339	10000	23.500	7789	24.710	8778	25.947	9445
UFSC	20029	4.625	21350	7.857	22941	8.911	24163	9460	25278	3509
UFFS	1806	ND	3338	1599	4441	3991	6447	2130	6561	2065

Fonte: elaboração do autor. ND - NÃO DISPONÍVEL; as células hachuradas não possuem valores, por considerar o ano de fundação de cada IFES.

IFES	2015		2016		2017		2018		2019	
	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS
UFPI	20271	ND	19893	2590	21083	2548	24557	ND	31247	3407
UFRN	27865	ND	26488	ND	27789	ND	24680	1403	30456	ND
UFERSA	7410,5	2923	8069	2539	8719	3157	9710	4051	10585	6573
UFS	24053	ND	24430	ND	23181	12334	24508	4153	27372	6270
UFNT										
UFAC	9274	ND	9280	2681	9485	ND	ND	ND	7296	4857
UFAM	13326	ND	14333	ND	21028	5607	25486	ND	25937	ND
UNIFAP	6565	1262	6482	1506	6337	1905	7951	ND	13409	2027
UFOPA	3904,5	1360	4292,5	2119	4586,5	2390	4939	2976	6249	2736
UFPA	31626	3398	33595,5	3270	33604	7605	32998,5	10484	32922	ND
UNIFESSPA	4169	ND	3771	ND	3973	ND	4542	ND	4739	ND
UFRA	4912,5	2492	5499,5	ND	6007,5	2934	6860	ND	ND	2404
UNIR	8831	2098	8891,5	2299	9424	2585	8616	2260	8817	ND
UFRR	6407	7291	6416	7031	6450	3263	7261	2933	6774	1632
UFT	13761	9516	12688,5	11191	12517	6531	13700	4018	12091	5037
UFES	18668	ND	19022	ND	19593,5	ND	19829	ND	19890	ND
UNIFAL	5968	1806	6059	2776	5800	3098	5711	2674	5537	ND
UNIFEI	5929,5	945	6385,5	980	6443,5	1681	6408	966	7718	802
UFJF	16576,5	5461	17412	3504	19793	3332	19829	4316	11145	ND
UFLA	8028	1055	9603	4032	11427	6632	ND	ND	11100	ND
UFMG	29332	7547	29905	8606	29583	ND	29276	4675	34979	8819
UFOP	10844	6878	11019	2361	10940	ND	11174	ND	11304	2582
UFSJ	12946	2623	11711	2766	11293	4693	11765	5616	11145	6613
UFU	23349	6912	20715,5	ND	21269,5	ND	23559	ND	24013	3038
UFV	14794	4323	14535	3953	14734	4271	14172	ND	14240	2996
UFTM	5740	3064	6059	3210	6060	3929	6179	4315	6379	4085

IFES	2015		2016		2017		2018		2019	
	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS	GRAD	BOLS
UFVJM	8159	2002	8328	2401	7830	4983	7802	ND	8170	4085
UNIRIO	7246	722,5	7938,5	1033,5	7810,5	1467,5	11870,5	1329	12693	650
UFRJ	42244	11326	43244	10118	45402	11982	46139	ND	41437	ND
UFF	39571,5	2520	40149,5	2874	40203,5	2490	38931,5	3230	41375	3813
UFRRJ	14140	4946	14608	4303	14628	8319	13534,5	8091	12938	8000
UFSCar	12967	1040	13750	3913	12387	4887	12406	5395	14426	5215
UNIFESP	11796	237	12296	362	12751	ND	13166	363	13700	ND
UFABC	10250	2087	11010	2087	12124	1091	14181	2214	ND	1941
UFPR	27023	7347	27343	9209	28474	9960	27998	10012	27059	12834
UNILA	2350	1442	2938,5	1510	3421	1711	3910,5	4457?	4668,5	1626
UTFPR	23325	87212	25227	21409	27773	21409	28820	16379	29993	3339
UFCSPA	2031	624	2277	734	2560	835	2511	657	2732	ND
UFPeI	ND	7106	ND	11158	16461	10746	ND	ND	15620	ND
UFSM	17.922	16788	19.531	17909	18.279	18271	18.299	ND	ND	ND
UNIPAMPA	9556	2005	9901	1940	10734	1910	9698	ND	9575	901
FURG	9023	3272	9444,5	3883	9521,5	3250	9606,5	3380	9687,5	ND
UFRGS	26.783	10661	28.080	12170	28.240	14103	32.192	10746	27.437	3751
UFSC	28742	3738	29595	5068	30781	6076	28857	35483	27146	ND
UFFS	6688	7298	7897	8961	8370	9578	7844	3562	9087	ND

Fonte: elaboração do autor. ND - NÃO DISPONÍVEL; as células hachuradas não possuem valores, por considerar o ano de fundação de cada IFES.
 UFC BOLSISTAS 2019 - Disponibilizado, mas por auxílio (pode haver alunos que recebam mais de 1)
 UFRN BOLSISTAS 2019 – trouxe separado (não foi possível apresentar um único valor).

7.3. APÊNDICE C – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2010 a 2012

IFES	2010		2011		2012	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UnB	ND	ND	ND	ND	R\$ 14.267.413,36	R\$ 9.666.343,10
UFCat						
UFG	R\$ 8.728.163,00	R\$ 8.728.066,99	R\$ 9.622.279,00	R\$ 9.622.279,00	R\$ 11.047.329,00	R\$ 11.047.039,46
UFJ						
UFGD	ND	ND	R\$ 6.318.410,00	R\$ 6.318.410,00	R\$ 3.213.802,66	R\$ 1.558.734,83
UFMS	ND	ND	ND	ND	R\$ 11.457.235,00	R\$ 10.611.895,00
UFMT	ND	ND	ND	ND	R\$ 9.383.794,88	R\$ 9.377.779,88
UFR						
UFAL	ND	ND	R\$ 11.121.921,00	R\$ 11.121.921,00	R\$ 11.454.944,60	R\$ 8.516.207,13
UFBA	ND	ND	R\$ 11.190.437,69	R\$ 8.435.325,25	R\$ 14.610.548,13	R\$ 11.554.001,52
UFOB	ND	ND	ND	ND	ND	ND
UFRB	R\$ 114.455.710,00	R\$ 84.614.309,00	ND	ND	R\$ 3.329.358,44	R\$ 3.087.850,11
UFSB	ND	ND	ND	ND	ND	ND
UFCA	ND	ND	ND	ND	ND	ND
UFC	ND	ND	ND	ND	R\$ 17.494.845,73	R\$ 12.030.807,94
UNILAB	ND	ND	ND	ND	R\$ 1.466.092,93	R\$ 1.229.407,37
UFMA	R\$ 6.816.564,83	ND	R\$ 7.472.085,73	ND	R\$ 7.936.720,04	R\$ 4.923.945,27
UFPB	ND	ND	ND	ND	R\$ 13.577.661,46	R\$ 9.344.924,50
UFCG	ND	ND	ND	ND	R\$ 11.973.197,51	R\$ 6.145.906,38
UFPE	ND	ND	ND	ND	R\$ 12.097.574,00	R\$ 9.169.932,00
UFAPE						
UFRPE	R\$ 8.730.852,03	R\$ 8.342.181,12	ND	ND	R\$ 4.782.818,69	R\$ 4.467.365,08
UNIVASF	ND	ND	ND	ND	R\$ 1.871.531,50	R\$ 1.167.268,15

IFES	2010		2011		2012	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UFDPAr						
UFPI	R\$ 8.676.296,00	R\$ 8.633.593,00	R\$ 9.422.293,00	R\$ 9.393.764,00	R\$ 12.440.416,86	R\$ 9.751.975,43
UFRN	ND	ND	ND	ND	R\$ 14.149.086,36	R\$ 12.604.660,33
UFERSA	ND	ND	ND	ND	R\$ 2.560.397,00	R\$ 1.518.627,76
UFS	R\$ 6.885.655,48	R\$ 5.255.917,87	R\$ 7.528.812,80	R\$ 7.193.991,93	R\$ 11.486.716,37	R\$ 10.779.636,63
UFNT						
UFAC	ND	ND	ND	ND	R\$ 3.514.916,00	R\$ 2.545.898,09
UFAM	ND	ND	R\$ 4.267.939,67	R\$ 4.265.105,57	R\$ 4.277.845,72	R\$ 4.276.939,48
UNIFAP	R\$ 1.496.406,01	R\$ 1.253.853,28	R\$ 2.013.626,69	R\$ 1.702.587,96	R\$ 3.593.388,61	R\$ 1.380.114,94
UFOPA	ND	ND	ND	ND	R\$ 4.694.032,00	R\$ 4.694.032,00
UFPA	ND	ND	ND	ND	R\$ 18.229.758,11	R\$ 13.374.065,89
UNIFESSPA	ND	ND	ND	ND	ND	ND
UFRA	ND	ND	ND	ND	R\$ 1.425.034,93	R\$ 497.887,26
UNIR	R\$ 2.072.207,70	R\$ 1.982.580,73	ND	ND	R\$ 3.332.675,37	R\$ 3.052.290,66
UFRR	ND	ND	ND	ND	ND	ND
UFT	R\$ 2.243.941,69	R\$ 383.211,01	ND	ND	ND	ND
UFES	ND	ND	ND	ND	R\$ 11.867.454,27	R\$ 10.830.427,08
UNIFAL	ND	ND	R\$ 1.755.039,00	ND	R\$ 2.366.034,32	R\$ 1.941.609,32
UNIFEI	R\$ 1.160.457,00	R\$ 957.940,00	R\$ 1.306.894,00	R\$ 1.103.735,00	R\$ 1.657.936,85	R\$ 1.551.246,94
UFJF	R\$ 6.402.710,00	ND	ND	ND	R\$ 10.370.137,00	R\$ 9.146.305,66
UFLA	R\$ 812.100,00	R\$ 812.100,00	R\$ 1.200.513,88	R\$ 476.927,38	R\$ 3.115.945,52	R\$ 1.401.874,13
UFMG	R\$ 6.470.869,32	R\$ 875.503,44	R\$ 6.470.828,76	R\$ 2.093.000,00	R\$ 17.623.137,00	R\$ 16.235.182,50
UFOP	ND	ND	ND	ND	R\$ 6.827.213,00	R\$ 5.292.868,00
UFSJ	ND	ND	ND	ND	R\$ 4.039.718,00	R\$ 4.039.718,00
UFU	R\$ 8.225.482,00	R\$ 3.355.111,00	ND	ND	R\$ 12.020.738,00	R\$ 12.020.737,16

IFES	2010		2011		2012	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UFV	ND	ND	ND	ND	R\$ 10.604.300,32	R\$ 5.597.624,94
UFTM	ND	ND	ND	ND	R\$ 1.563.199,76	R\$ 853.935,20
UFVJM	R\$ 1.622.221,50	R\$ 1.118.630,25	R\$ 3.607.723,92	R\$ 2.665.339,52	R\$ 5.202.734,58	R\$ 3.142.114,54
UNIRIO	ND	ND	R\$ 2.987.836,88	R\$ 1.954.692,00	ND	ND
UFRJ	R\$ 14.905.793,00	R\$ 14.905.793,00	R\$ 17.690.265,00	R\$ 17.690.265,00	R\$ 35.694.610,27	R\$ 30.114.404,96
UFF	ND	ND	ND	ND	R\$ 15.451.610,71	R\$ 12.462.737,96
UFRRJ	R\$ 5.036.441,00	R\$ 4.305.940,07	ND	ND	ND	ND
UFSCar	ND	ND	ND	ND	R\$ 7.081.872,00	R\$ 5.711.862,20
UNIFESP	ND	ND	ND	ND	R\$ 3.320.972,50	R\$ 2.823.437,62
UFABC	R\$ 6.780.244,00	R\$ 4.492.800,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 5.354.150,00	R\$ 4.675.045,00	R\$ 4.675.045,00
UFPR	R\$ 11.980.841,45	R\$ 7.375.619,56	R\$ 12.324.779,90	R\$ 7.715.559,28	R\$ 15.042.259,58	R\$ 9.649.696,13
UNILA			R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.516.730,58	R\$ 6.053.006,44	R\$ 5.481.694,00
UTFPR	R\$ 295.800.261,58	R\$ 258.337.207,37	R\$ 6.929.877,75	R\$ 3.033.943,69	R\$ 8.982.692,00	R\$ 5.369.734,00
UFCSPA	ND	R\$ 634.770,00	ND	R\$ 664.824,00	R\$ 685.515,00	R\$ 684.271,00
UFPEl	R\$ 5.396.587,46	R\$ 4.431.216,32	R\$ 5.678.220,00	R\$ 5.038.430,30	R\$ 6.060.531,00	R\$ 5.703.624,53
UFSM	ND	ND	ND	ND	R\$ 8.766.609,85	R\$ 5.104.240,32
UNIPAMPA	ND	ND	ND	ND	R\$ 5.000.518,00	R\$ 4.983.999,60
FURG	ND	ND	ND	ND	R\$ 6.219.596,76	R\$ 3.668.248,22
UFRGS	R\$ 7.735.805,00	R\$ 7.735.805,00	R\$ 10.908.977,00	R\$ 10.908.977,00	R\$ 11.929.557,00	R\$ 10.079.071,96
UFSC	R\$ 11.480.822,00	R\$ 11.217.875,92	R\$ 13.532.376,00	R\$ 13.504.314,79	R\$ 15.270.649,08	R\$ 12.234.809,42
UFFS	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: elaboração do autor.

7.4. APÊNDICE D – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2013 a 2015

IFES	2013		2014		2015	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UnB	R\$ 17.207.407	R\$ 11.200.751	R\$ 21.616.054,00	R\$ 13.464.608,00	R\$ 27.517.000	R\$ 14.175.000
UFCat						
UFG	R\$ 13.701.058,97	R\$ 11.671.009,90	R\$ 15.359.276,56	R\$ 12.111.032,80	R\$ 28.352.786,00	R\$ 24.402.786,00
UFJ						
UFGD	R\$ 3.483.030,96	2.447.244,39	R\$ 4.160.672,00	R\$ 2.701.968,98	R\$ 5.534.754,60	R\$ 2.545.022,99
UFMS	R\$ 12.091.278,13	11.531.233,48	R\$ 11.728.043,00	R\$ 11.466.880,00	R\$ 13.439.082,00	R\$ 11.255.646,00
UFMT	R\$ 12.106.541,63	11.849.475,16	R\$ 14.948.858,68	R\$ 14.875.845,56	R\$ 14.439.580,07	R\$ 14.415.531,11
UFR						
UFAL	R\$ 15.628.707,81	11.856.193,45	R\$ 15.069.095,99	R\$ 14.536.538,45	R\$ 20.007.234,24	R\$ 16.983.375,28
UFBA	R\$ 16.918.598,39	15.977.996,01	R\$ 21.237.769,37	R\$ 20.990.942,86	R\$ 30.756.541,25	R\$ 26.589.463,07
UFOB	ND	ND	ND	ND	R\$ 4.207.982,18	R\$ 4.166.160,20
UFRB	R\$ 6.025.260,74	R\$ 5.854.179,38	R\$ 7.760.796,24	R\$ 7.392.498,48	R\$ 7.218.922,18	R\$ 7.118.522,29
UFSB	ND	ND	ND	ND	R\$ 2.005.545,00	R\$ 1.292.760,11
UFCA	R\$ 21.179.813,63	19.756.127,07	ND	ND	R\$ 2.609.825,67	R\$ 2.404.293,73
UFC	R\$ 21.179.813,63	R\$ 19.756.127,07	R\$ 18.962.034,97	R\$ 18.467.648,68	R\$ 24.013.681,56	R\$ 23.778.392,02
UNILAB	R\$ 311.999,00	R\$ 204.309,44	R\$ 5.810.596,59	R\$ 5.808.843,04	R\$ 11.415.793,75	R\$ 11.104.917,58
UFMA	R\$ 9.661.193,12	R\$ 6.344.454,55	R\$ 12.037.678,27	R\$ 8.563.170,24	R\$ 14.245.374,90	R\$ 8.793.153,75
UFPB	15.736.990,52	7.120.318,02	R\$ 11.980.703,26	R\$ 9.095.857,63	R\$ 27.431.366,25	R\$ 13.977.556,47
UFCG	R\$ 14.029.920,85	R\$ 6.633.786,54	R\$ 12.018.261,95	R\$ 7.635.956,20	R\$ 10.763.701,95	R\$ 5.319.034,84
UFPE	R\$ 18.297.741,00	R\$ 13.527.452,00	R\$ 22.918.678,00	R\$ 22.339.395,00	R\$ 32.763.773,00	R\$ 32.705.988,00
UFAPE						
UFRPE	R\$ 6.594.269,98	R\$ 5.354.461,59	R\$ 8.730.852,03	R\$ 8.342.181,12	R\$ 10.259.748,63	R\$ 10.254.802,38
UNIVASF	R\$ 3.766.019,10	R\$ 3.374.566,10	R\$ 4.804.298,40	R\$ 4.259.956,80	R\$ 4.668.454,14	R\$ 4.317.080,14

IFES	2013		2014		2015	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UFDFPar						
UFPI	R\$ 16.166.090,00	R\$ 12.732.254,00	R\$ 18.543.000,00	R\$ 15.145.803,00	R\$ 17.840.190,00	R\$ 15.060.416,00
UFRN	R\$ 16.985.016,11	R\$ 15.499.088,63	R\$ 27.976.685,00	R\$ 23.164.461,00	R\$ 27.406.683,32	R\$ 24.173.580,02
UFERSA	R\$ 4.445.145,00	R\$ 2.842.209,47	R\$ 3.481.078,03	R\$ 1.584.355,60	R\$ 2.594.711,72	R\$ 1.289.820,34
UFS	R\$ 13.144.019,60	R\$ 12.286.100,75	R\$ 17.167.342,69	R\$ 15.410.873,66	R\$ 23.475.527,00	R\$ 17.541.338,00
UFNT						
UFAC	R\$ 8.492.111,00	R\$ 4.838.324,59	R\$ 9.030.356,00	R\$ 6.898.691,00	R\$ 9.708.834,00	R\$ 6.813.022,00
UFAM	R\$ 7.771.446,45	R\$ 7.771.446,45	R\$ 13.205.984,46	R\$ 13.071.584,46	R\$ 6.129.937,35	R\$ 6.128.737,35
UNIFAP	R\$ 4.417.135,57	R\$ 2.537.262,68	R\$ 4.459.202,05	R\$ 3.118.901,73	R\$ 3.655.087,36	R\$ 1.649.696,92
UFOPA	R\$ 5.952.399,91	R\$ 5.454.369,09	R\$ 5.828.020,57	R\$ 5.168.794,88	R\$ 7.044.586,80	R\$ 6.772.747,60
UFPA	R\$ 19.300.888,87	R\$ 16.705.281,25	R\$ 26.419.937,20	R\$ 23.055.668,70	R\$ 24.170.429,82	R\$ 21.513.472,98
UNIFESSPA	ND	ND	R\$ 725.261,00	R\$ 569.441,00	R\$ 3.173.854,00	R\$ 2.401.354,22
UFRA	R\$ 1.955.450,12	R\$ 1.404.359,15	R\$ 2.121.771,39	R\$ 1.703.596,14	R\$ 3.140.578,55	R\$ 1.612.207,89
UNIR	R\$ 3.820.479,00	R\$ 3.087.679,91	R\$ 4.881.089,70	R\$ 3.308.726,08	R\$ 5.231.189,00	R\$ 3.210.983,43
UFRR	R\$ 2.362.756,79	R\$ 1.887.576,35	R\$ 3.732.539,98	R\$ 3.149.333,76	R\$ 4.235.373,13	R\$ 3.208.353,54
UFT	R\$ 4.678.697,27	R\$ 2.255.639,77	R\$ 6.984.847,83	R\$ 5.969.733,74	R\$ 9.654.278,13	R\$ 6.593.488,92
UFES	R\$ 15.052.539,69	R\$ 13.370.239,93	R\$ 15.404.073,98	R\$ 14.283.865,97	R\$ 16.237.782,77	R\$ 15.230.171,78
UNIFAL	R\$ 3.791.339,11	R\$ 3.731.744,68	R\$ 4.752.923,14	ND	R\$ 5.080.328,26	R\$ 4.552.615,15
UNIFEI	R\$ 2.253.569,03	R\$ 2.244.442,03	R\$ 2.813.384,92	R\$ 2.813.384,92	R\$ 3.437.790,55	R\$ 2.953.269,58
UFJF	R\$ 11.002.058,00	R\$ 10.922.994,47	R\$ 11.096.289,72	R\$ 10.991.709,72	R\$ 13.386.280,00	R\$ 13.386.280,00
UFLA	R\$ 4.726.883,54	R\$ 2.002.418,84	R\$ 4.969.967,92	R\$ 2.058.312,59	R\$ 3.674.782,67	R\$ 2.461.910,34
UFMG	R\$ 22.568.892,72	R\$ 18.066.527,12	R\$ 28.655.849,13	R\$ 25.465.016,57	R\$ 34.240.049,75	R\$ 32.109.148,41
UFOP	R\$ 7.256.785,00	R\$ 7.092.783,35	R\$ 8.013.212,80	R\$ 7.883.438,37	R\$ 9.070.488,60	R\$ 8.018.411,77
UFSJ	R\$ 5.682.889,12	R\$ 2.759.315,49	R\$ 3.789.212,04	R\$ 3.026.777,15	R\$ 7.652.875,59	R\$ 6.144.447,37
UFU	R\$ 13.360.003,24	R\$ 11.021.682,96	R\$ 15.124.396,36	R\$ 13.433.014,12	R\$ 17.996.188,63	R\$ 14.347.081,65

IFES	2013		2014		2015	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UFV	R\$ 10.874.129,23	R\$ 7.234.906,62	R\$ 11.964.200,36	R\$ 10.228.669,66	R\$ 12.700.054,00	R\$ 9.480.198,00
UFTM	R\$ 2.247.034,00	R\$ 1.613.934,71	R\$ 3.533.293,96	R\$ 3.115.864,78	R\$ 7.020.400,47	R\$ 6.047.886,98
UFVJM	R\$ 8.512.012,68	R\$ 4.772.341,22	R\$ 6.140.205,00	R\$ 5.541.095,68	R\$ 6.394.493,93	R\$ 3.984.729,72
UNIRIO	R\$ 9.208.041,92	R\$ 8.038.706,43	R\$ 5.658.327,51	R\$ 5.184.266,60	R\$ 5.002.175,09	R\$ 4.915.830,52
UFRJ	R\$ 40.256.663,11	R\$ 37.648.383,30	R\$ 38.182.829,07	R\$ 38.001.141,35	R\$ 39.791.410,10	R\$ 38.553.643,26
UFF	R\$ 30.754.452,57	R\$ 20.062.251,21	R\$ 27.334.939,91	R\$ 27.090.549,76	R\$ 24.828.411,36	R\$ 20.260.741,82
UFRRJ	R\$ 7.897.414,00	R\$ 7.602.375,64	R\$ 9.468.295,45	R\$ 7.840.371,91	R\$ 10.003.753,70	R\$ 9.041.817,91
UFSCar	R\$ 8.225.158,00	R\$ 7.358.092,87	R\$ 7.914.746,67	R\$ 6.257.130,20	R\$ 8.640.277,34	R\$ 7.009.449,64
UNIFESP	R\$ 5.866.045,00	R\$ 5.727.190,11	R\$ 7.323.488,00	R\$ 7.154.705,75	R\$ 8.353.087,83	R\$ 8.275.665,44
UFABC	R\$ 6.449.001,00	R\$ 5.994.244,00	R\$ 7.225.967,00	R\$ 6.739.518,00	R\$ 5.947.581,00	R\$ 5.855.882,00
UFPR	R\$ 16.396.329,94	R\$ 14.168.048,75	R\$ 17.281.591,63	R\$ 15.448.313,40	R\$ 17.880.305,39	R\$ 17.089.333,43
UNILA	R\$ 5.723.836,85	R\$ 5.392.836,85	R\$ 7.163.005,48	R\$ 6.692.149,28	R\$ 10.085.250,47	R\$ 9.659.398,37
UTFPR	R\$ 14.031.567,44	R\$ 7.398.032,79	R\$ 17.313.117,61	R\$ 8.221.057,70	R\$ 18.349.254,70	R\$ 12.549.825,38
UFCSPA	R\$ 1.044.880,00	R\$ 973.306,00	R\$ 1.202.951,00	R\$ 1.131.278,00	R\$ 1.343.019,00	R\$ 1.140.393,00
UFPeI	R\$ 8.322.058,41	R\$ 6.820.044,13	R\$ 7.859.985,62	R\$ 6.954.898,27	R\$ 9.992.820,13	R\$ 9.012.590,90
UFSM	R\$ 11.650.159,79	R\$ 7.359.768,64	R\$ 11.493.872,49	R\$ 8.687.717,13	R\$ 20.609.346,54	R\$ 15.589.184,79
UNIPAMPA	R\$ 6.081.727,85	R\$ 5.822.324,56	R\$ 7.612.271,05	R\$ 5.223.812,32	R\$ 7.063.708,83	R\$ 5.883.453,90
FURG	R\$ 6.608.409,49	R\$ 5.278.694,32	R\$ 7.040.122,66	R\$ 6.575.220,02	R\$ 7.268.544,63	R\$ 6.797.224,56
UFRGS	R\$ 12.630.502,41	R\$ 11.822.316,75	R\$ 15.635.063,00	R\$ 13.722.598,76	R\$ 17.888.084,36	R\$ 15.592.173,58
UFSC	R\$ 18.326.278,39	R\$ 13.956.246,85	R\$ 18.968.825,08	R\$ 15.521.159,66	R\$ 21.308.719,79	R\$ 18.692.653,53
UFFS	R\$ 4.566.426,73	R\$ 4.563.061,73	R\$ 5.793.793,95	R\$ 5.442.854,52	R\$ 7.990.322,30	R\$ 6.990.172,10

Fonte: elaboração do autor.

7.5. APÊNDICE E – Valores orçamentários para assistência estudantil no período de 2016 a 2018

IFES	2016		2017		2018	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UnB	R\$ 30.886.000	R\$ 13.150.000	R\$ 30.654,00	R\$ 15.055,00	R\$ 30.980.000,00	R\$ 30.980.000,00
UFCat						
UFG	R\$ 31.452.371,96	R\$ 20.243.229,42	R\$ 28.232.971,82	R\$ 23.827.957,57	R\$ 866.909,95	R\$ 753.105,47
UFJ						
UFGD	R\$ 7.268.663,72	R\$ 2.945.325,02	R\$ 7.447.828,99	R\$ 3.143.002,41	ND	ND
UFMS	R\$ 13.287.156,00	R\$ 11.221.970,00	R\$ 14.525.954,00	R\$ 13.281.995,00	ND	ND
UFMT	R\$ 17.682.283,87	R\$ 17.095.279,99	R\$ 17.233.394,51	R\$ 17.216.604,63	R\$ 17.378.739,00	R\$ 17.359.300,00
UFR						
UFAL	R\$ 21.719.547,47	R\$ 19.515.506,99	R\$ 21.655.430,15	R\$ 18.316.843,18	ND	ND
UFBA	R\$ 34.105.688,17	R\$ 28.897.194,39	R\$ 32.405.464,97	R\$ 30.719.258,66	R\$ 33.476.117,00	ND
UFOB	R\$ 7.076.589,83	R\$ 6.960.601,75	R\$ 4.476.944,50	R\$ 4.476.465,50	ND	ND
UFRB	R\$ 7.733.733,74	R\$ 7.168.488,18	R\$ 7.788.194,77	R\$ 6.696.093,14	R\$ 8.220.731,32	R\$ 5.495.532,78
UFSB	R\$ 2.191.134,00	R\$ 2.131.118,86	R\$ 2.122.180,00	R\$ 2.115.822,99	ND	ND
UFCA	R\$ 4.111.751,77	R\$ 3.901.184,77	R\$ 4.399.061,86	R\$ 4.184.710,61	R\$ 4.462.287,29	R\$ 3.988.590,89
UFC	R\$ 23.571.239,85	R\$ 22.905.761,91	R\$ 24.257.262,48	R\$ 22.383.056,78	R\$ 24.916.578,27	R\$ 22.560.999,17
UNILAB	R\$ 12.126.093,63	R\$ 12.074.131,63	R\$ 13.294.400,00	R\$ 13.294.400,00	R\$ 13.366.565,87	R\$ 12.798.949,21
UFMA	R\$ 15.770.495,39	R\$ 10.629.051,80	R\$ 15.525.220,22	R\$ 10.709.034,49	ND	ND
UFPB	R\$ 28.629.276,47	R\$ 20.057.360,26	R\$ 29.151.231,29	R\$ 25.978.023,48	ND	ND
UFCG	R\$ 14.480.173,29	R\$ 12.163.918,72	R\$ 17.534.303,00	11.819.762,0 0	ND	ND
UFPE	R\$ 35.438.577,49	R\$ 33.262.970,97	R\$ 34.490.200,30	R\$ 29.909.300,75	R\$ 34.761.937,26	R\$ 32.243.723,94
UFAPE						
UFRPE	R\$ 11.540.377,02	R\$ 10.949.872,27	R\$ 11.320.054,15	R\$ 11.314.639,67	ND	ND
UNIVASF	R\$ 5.669.120,94	R\$ 5.482.662,70	R\$ 5.520.935,99	R\$ 5.462.279,63	R\$ 5.532.243,14	R\$ 5.315.177,95

IFES	2016		2017		2018	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UFDFPar						
UFPI	R\$ 21.482.884,00	R\$ 18.274.301,00	R\$ 21.097.785,00	R\$ 18.454.384,00	ND	ND
UFRN	R\$ 31.501.447,90	R\$ 25.934.121,45	R\$ 27.520.013,87	R\$ 23.797.216,48	R\$ 27.670.868,00	R\$ 25.489.285,24
UFERSA	R\$ 7.150.100,03	R\$ 5.370.460,18	R\$ 6.766.874,06	R\$ 5.232.465,26	ND	ND
UFS	R\$ 25.210.933,09	R\$ 21.019.294,51	R\$ 30.583.279,80	R\$ 21.178.700,59	R\$ 29.069.241,00	R\$ 25.849.143,96
UFNT						
UFAC	R\$ 11.010.074,00	R\$ 9.826.890,00	R\$ 10.575.938,00	R\$ 8.393.445,00	ND	ND
UFAM	R\$ 8.421.059,90	R\$ 8.421.059,90	R\$ 9.474.500,83	R\$ 9.298.371,17	ND	ND
UNIFAP	R\$ 5.552.984,28	R\$ 2.166.979,11	R\$ 4.264.448,94	R\$ 1.558.452,37	R\$ 5.538.342,80	R\$ 2.461.872,56
UFOPA	R\$ 7.130.925,11	R\$ 6.918.936,15	R\$ 7.988.638,56	R\$ 6.061.012,77	R\$ 9.143.538,10	R\$ 6.483.696,46
UFPA	R\$ 26.862.066,48	R\$ 26.618.892,59	R\$ 30.462.513,42	R\$ 24.304.135,07	ND	ND
UNIFESSPA	R\$ 4.580.768,00	R\$ 4.487.368,01	R\$ 4.506.979,00	R\$ 4.389.165,88	ND	R\$ 4.449.772,32
UFRA	R\$ 3.373.361,54	R\$ 3.251.688,04	R\$ 4.218.253,90	R\$ 2.553.020,27	R\$ 4.641.699,89	R\$ 4.368.206,65
UNIR	R\$ 6.164.527,72	R\$ 5.760.127,28	R\$ 6.164.883,71	R\$ 6.054.338,41	R\$ 7.739.268,00	R\$ 7.414.953,00
UFRR	R\$ 4.960.277,64	R\$ 4.660.675,19	R\$ 4.753.728,48	R\$ 4.304.833,14	R\$ 4.444.873,00	R\$ 3.586.908,59
UFT	R\$ 18.018.940,76	R\$ 9.013.512,07	R\$ 14.843.296,54	R\$ 7.702.351,38	ND	ND
UFES	R\$ 18.492.289,21	18.242.614,83	R\$ 17.648.719,50	R\$ 17.013.525,61	R\$ 18.272.619,28	R\$ 18.134.458,67
UNIFAL	R\$ 5.602.101,54	R\$ 5.484.506,86	R\$ 5.481.459,92	R\$ 5.378.163,14	ND	ND
UNIFEI	R\$ 3.669.731,24	R\$ 3.267.418,06	R\$ 3.880.448,03	R\$ 3.758.123,43	R\$ 4.167.458,00	R\$ 3.988.402,00
UFJF	R\$ 15.006.738,00	R\$ 10.140.001,90	R\$ 14.586.732,00	R\$ 7.507.818,29	ND	ND
UFLA	R\$ 5.917.776,42	R\$ 4.233.541,98	R\$ 5.733.101,34	R\$ 4.953.559,04	ND	ND
UFMG	R\$ 40.979.519,29	R\$ 40.941.573,29	R\$ 37.353.128,64	R\$ 37.318.918,64	ND	ND
UFOP	R\$ 9.906.809,36	R\$ 7.952.345,83	R\$ 9.496.874,47	R\$ 8.509.162,21	R\$ 9.905.461,00	R\$ 9.804.473,96
UFSJ	R\$ 10.191.640,98	R\$ 6.977.802,61	R\$ 11.976.016,86	R\$ 6.329.806,63	ND	ND
UFU	R\$ 20.102.004,48	ND	R\$ 21.908.691,89	R\$ 19.275.870,52	R\$ 20.064.875,80	R\$ 18.200.789,94

IFES	2016		2017		2018	
	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UFV	R\$ 13.952.544,00	R\$ 12.465.989,93	R\$ 13.595.568,00	R\$ 13.395.743,94	R\$ 13.740.000,00	R\$ 13.637.000,00
UFTM	R\$ 7.350.773,07	R\$ 6.176.885,25	R\$ 7.800.415,00	R\$ 6.267.712,42	R\$ 7.710.577,00	R\$ 7.436.061,68
UFVJM	R\$ 4.855.354,10	R\$ 3.844.212,44	R\$ 7.070.987,27	R\$ 5.364.749,25	R\$ 6.753.000,00	R\$ 13.857.000,00
UNIRIO	ND	ND	R\$ 6.543.704,98	R\$ 6.488.154,87	R\$ 6.724.844,00	R\$ 6.211.989,00
UFRJ	R\$ 44.188.944,85	R\$ 40.592.602,32	R\$ 49.344.218,00	R\$ 49.289.794,04	R\$ 49.910.000,00	R\$ 46.720.000,00
UFF	R\$ 25.842.305,94	R\$ 24.598.967,54	R\$ 29.085.010,59	R\$ 23.552.671,13	R\$ 30.927.166,48	R\$ 29.743.455,85
UFRRJ	R\$ 11.225.267,86	R\$ 8.008.262,19	R\$ 10.553.066,72	R\$ 8.835.722,07	R\$ 11.071.210,00	R\$ 7.771.367,06
UFSCar	R\$ 10.017.833,50	R\$ 8.550.340,96	R\$ 9.611.704,25	R\$ 8.098.285,78	R\$ 8.938.402,00	R\$ 8.811.564,00
UNIFESP	R\$ 9.283.889,21	R\$ 9.073.825,95	R\$ 9.159.844,00	R\$ 9.091.025,39	ND	ND
UFABC	R\$ 7.555.037,00	R\$ 6.710.937,00	R\$ 7.316.695,00	R\$ 4.854.265,00	R\$ 9.760.719,46	R\$ 7.781.870,44
UFPR	R\$ 19.720.398,13	R\$ 19.551.436,69	R\$ 20.668.325,10	R\$ 20.209.548,09	R\$ 21.038.605,00	R\$ 21.019.446,62
UNILA	R\$ 9.605.072,30	R\$ 9.512.142,57	R\$ 7.381.451,11	R\$ 7.340.262,10	R\$ 8.997.184,87	R\$ 8.971.129,09
UTFPR	R\$ 20.409.181,63	R\$ 15.256.456,24	R\$ 20.513.727,46	R\$ 13.014.692,26	R\$ 19.718.542,58	ND
UFCSPA	R\$ 1.552.993,00	R\$ 1.440.905,00	R\$ 1.556.369,00	R\$ 1.398.637,00	ND	ND
UFPeI	R\$ 13.136.947,00	R\$ 13.064.089,36	R\$ 12.790.709,63	R\$ 12.594.291,75	ND	ND
UFMS	R\$ 20.277.571,39	R\$ 16.827.505,70	R\$ 22.666.699,88	R\$ 16.887.097,97	R\$ 12.461.263,91	R\$ 11.970.628,96
UNIPAMPA	R\$ 10.108.015,45	R\$ 7.008.125,35	R\$ 9.222.725,98	R\$ 8.113.369,05	R\$ 9.310.067,00	R\$ 8.548.917,85
FURG	R\$ 8.182.141,20	R\$ 7.804.406,60	R\$ 7.899.989,82	R\$ 7.577.957,84	ND	ND
UFRGS	R\$ 19.241.199,89	R\$ 18.625.239,92	R\$ 19.110.306,94	R\$ 18.785.691,10	ND	ND
UFSC	R\$ 25.718.424,63	R\$ 24.865.147,59	R\$ 28.809.566,20	R\$ 28.491.151,40	ND	ND
UFFS	R\$ 9.255.718,96	R\$ 9.255.718,96	R\$ 9.668.972,20	R\$ 9.378.014,07	R\$ 9.722.501,00	R\$ 9.536.980,00

Fonte: elaboração do autor.

7.6. APÊNDICE F – Valores orçamentários para assistência estudantil no ano de 2019

IFES	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UnB	R\$ 31.000.000,00	R\$ 31.000.000,00
UFCat	ND	ND
UFG	R\$ 12.981.429,19	R\$ 17.294.504,00
UFJ	ND	ND
UFGD	ND	ND
UFMS	R\$ 15.941.047,40	R\$ 16.438.790,00
UFMT	R\$ 1.382.335,00	R\$ 548.232,00
UFR	ND	ND
UFAL	R\$ 23.350.000,00	R\$ 23.110.000,00
UFBA	ND	R\$ 36.885.333,00
UFOB	ND	R\$ 4.934.820,82
UFRB	R\$ 10.193.798,00	R\$ 6.818.932,00
UFSB	ND	R\$ 3.012.800,00
UFCA	R\$ 4.765.443,20	R\$ 3.182.528,02
UFC	ND	ND
UNILAB	R\$ 13.722.284,37	R\$ 13.427.287,97
UFMA	R\$ 13.023.036,30	R\$ 11.231.227,76
UFPB	R\$ 37.395.782,00	R\$ 37.307.235,47
UFCG	R\$ 16.986.971,00	ND
UFPE	R\$ 38.062.184,00	R\$ 33.260.958,00
UFAPE	ND	ND
UFRPE	ND	ND
UNIVASF	R\$ 6.627.653,00	R\$ 6.421.502,03
UFDFPar	ND	ND

IFES	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UFPI	R\$ 16.772.829,65	R\$ 16.772.829,33
UFRN	R\$ 30.243.350,00	R\$ 27.594.720,92
UFERSA	R\$ 8.020.313,00	ND
UFS	R\$ 31.985.919,64	R\$ 22.173.700,49
UFNT	ND	ND
UFAC	ND	ND
UFAM	ND	ND
UNIFAP	R\$ 6.021.567,00	R\$ 3.136.169,13
UFOPA	R\$ 8.804.655,56	R\$ 7.480.369,23
UFPA	R\$ 30.191.891,98	R\$ 25.852.350,59
UNIFESSPA	R\$ 4.944.228,00	R\$ 3.100.296,40
UFRA	R\$ 6.358.912,91	R\$ 6.148.196,20
UNIR	R\$ 8.217.802,00	R\$ 8.208.384,17
UFRR	R\$ 5.120.936,28	R\$ 4.543.443,96
UFT	R\$ 18.419.598,00	R\$ 18.419.508,00
UFES	ND	ND
UNIFAL	R\$ 6.110.546,40	R\$ 4.844.482,49
UNIFEI	R\$ 4.575.912,57	R\$ 3.865.659,43
UFJF	R\$ 11.810.000,00	ND
UFLA	R\$ 5.734.278,59	ND
UFMG	ND	R\$ 2.147.000.000,00
UFOP	R\$ 10.921.469,00	R\$ 10.807.294,69
UFSJ	ND	ND
UFU	R\$ 21.699.196,00	R\$ 16.383.402,07
UFV	R\$ 15.113.000,00	R\$ 15.059.000,00
UFTM	R\$ 8.398.187,52	R\$ 7.242.643,28
UFVJM	R\$ 6.563.711,00	R\$ 6.249.969,14

IFES	Despesa Empenhada	Despesa Paga
UNIRIO	R\$ 7.464.432,00	R\$ 7.384.309,00
UFRJ	R\$ 67.209.078,00	ND
UFF	R\$ 34.018.181,00	ND
UFRRJ	R\$ 12.261.683,00	R\$ 7.500.203,27
UFSCar	R\$ 10.973.118,00	R\$ 10.534.194,00
UNIFESP	ND	ND
UFABC	R\$ 7.818.722,00	R\$ 4.848.676,00
UFPR	R\$ 23.085.250,00	R\$ 23.082.297,50
UNILA	R\$ 8.690.133,00	ND
UTFPR	ND	ND
UFCSPA	ND	ND
UFPeI	R\$ 14.151.431,00	R\$ 13.074.264,18
UFSM	R\$ 25.133.190,57	ND
UNIPAMPA	R\$ 10.178.558,00	R\$ 9.629.725,55
FURG	ND	ND
UFRGS	R\$ 24.075.395,00	ND
UFSC	ND	ND
UFFS	R\$ 10.402.251,60	R\$ 10.103.783,36

Fonte: elaboração do autor.

7.7. APÊNDICE G – Questionário submetido às IFES

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES DO BRASIL

Este questionário tem como objetivo levantar informações acerca dos processos de monitoramento e avaliação das políticas de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil.

* Obrigatória

Seção 1 de 6 – INTRODUÇÃO

1 – Endereço de e-mail *: _____

2 – Deseja receber a versão final da dissertação, com os resultados da pesquisa? *

() Sim () Não

Seção 2 de 6 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, do projeto de dissertação de mestrado “Indicadores e Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil”, de responsabilidade do acadêmico Helder de Lima Fava e do orientador Dr. Renato Fabiano Cintra, ambos pertencentes ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Este trabalho tem por finalidade identificar a existência de mecanismos de avaliação e monitoramento da política de Assistência Estudantil nas IFES do Brasil, considerando o inciso II do parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A sua participação nesta pesquisa consistirá na informação de ações e procedimentos realizados na sua instituição no âmbito da Assistência Estudantil. Ao participar deste trabalho, você estará contribuindo para a possível formulação de propostas de mecanismos de acompanhamento e monitoramento da Assistência Estudantil, por meio de indicadores de desempenho, que facilitarão o trabalho dos gestores públicos na manutenção dessa política tão importante para a redução das desigualdades no nosso país.

Não haverá nenhum valor econômico a receber ou pagar ao participar desta pesquisa.

Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins ACADÊMICOS, e os resultados poderão ser publicados, respeitando a privacidade dos respondentes.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Helder, pesquisador responsável, por meio do e-mail helder.lima989@academico.ufgd.edu.br ou com o Professor Dr. Renato, pelo e-mail renatocintra@ufgd.edu.br.

Dourados/MS, janeiro de 2021.

3 – Estou ciente do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido acima e desejo responder o questionário. *

() Sim

Seção 3 de 6 – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

4 – Data *: ____ / ____ / ____

5 – Instituição *: _____

Seção 4 de 6 – PERFIL DO ENTREVISTADO

6 – Cargo/Função *: _____

7 – Tempo (em anos) de trabalho com Assistência Estudantil – Para períodos anteriores a 1 (um) ano, informar 0 (zero) *: _____

Seção 5 de 6 – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Esta seção tem a finalidade de coletar as informações referentes à situação da instituição em relação à Assistência Estudantil.

8 – Considerando o artigo 3º do Decreto nº 7.234/10, que corresponde ao PNAES, quais são as áreas de ação estudantil existentes na Instituição? *

Moradia estudantil

Alimentação

Transporte

Atenção à saúde

Inclusão digital

Cultura

Esporte

Creche

Apoio pedagógico

Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação

Nenhum

9 – A Instituição possui algum mecanismo de acompanhamento e avaliação do PNAES, seja na forma de indicador ou outro mecanismo de controle? *

Sim Não

10 – Em caso afirmativo para a questão anterior, registre como é realizado o acompanhamento e avaliação do PNAES na Instituição (identificar o(s) indicado(es) e/ou a forma de controle).

Seção 6 de 6 – NECESSIDADES INSTITUCIONAIS

Esta seção tem a finalidade de registrar as principais necessidades da instituição no que tange à Assistência Estudantil.

NAS QUESTÕES A SEGUIR, AVALIE NA ESCALA DE IMPORTÂNCIA, PARTINDO DE “NÃO IMPORTANTE” ATÉ “MUITO IMPORTANTE”, DE ACORDO COM OS ITENS PROPOSTOS.

11 – Em relação às principais dificuldades encontradas/vivenciadas no processo de acompanhamento e avaliação do PNAES na Instituição. *

	Não importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Sistema informatizado	<input type="radio"/>				
Indicadores	<input type="radio"/>				
Tempo disponível	<input type="radio"/>				
Recursos humanos	<input type="radio"/>				

12 – Em relação ao que precisa ser medido como IMPACTO no âmbito da Assistência Estudantil na instituição (considere quais as mudanças os serviços trazem para os beneficiários e a sociedade) *

	Não importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Transparência	<input type="radio"/>				
Acesso às informações	<input type="radio"/>				
Diagnóstico de alunos necessitados	<input type="radio"/>				
Acompanhamento dos alunos beneficiados durante toda a graduação	<input type="radio"/>				
Identificação de pontos a serem corrigidos na política como um todo	<input type="radio"/>				
Impacto financeiro	<input type="radio"/>				

13 – Em relação ao que precisa ser medido como PRODUTO no âmbito da Assistência Estudantil (quais os serviços e a qualidade destes serviços gerados) *

	Não importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Relatórios de uso geral	<input type="radio"/>				
Informações disponibilizadas de modo fácil e acessível, que facilite a tomada de decisões	<input type="radio"/>				

Acompanhamento da população por meio de mecanismos informatizados (transparência)	<input type="radio"/>				
Informações relacionadas e comparadas aos alunos assistidos e não assistidos	<input type="radio"/>				

14 – Em relação ao que precisa ser medido como PROCESSO no âmbito da Assistência Estudantil (quais ações, processos e projetos executados; tempo médio do ciclo do processo) *

	Não importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Tempo médio da inscrição do estudante à concessão dos benefícios	<input type="radio"/>				
Análise dos critérios para concessão dos benefícios	<input type="radio"/>				
Acompanhamento mensal/semestral/anual dos estudantes beneficiados	<input type="radio"/>				
Projetos de melhoria das ações realizadas	<input type="radio"/>				
Evolução do acadêmico a partir da concessão da assistência estudantil	<input type="radio"/>				

7.8. APÊNDICE H – Proposta de Questionário submetido aos estudantes assistidos

PESQUISA DE SATISFAÇÃO ESTUDANTES ASSISTIDOS – PNAES

Identificação do estudante: _____

Matrícula: _____

Curso: _____

Qual auxílio você é beneficiado? _____

O auxílio que você recebe é pago em pecúnia ou ação? _____

Para as questões a seguir, assinale a que mais corresponde à sua percepção, partindo do conceito “Péssimo” até “Excelente”.

	<i>Péssimo (Peso 2)</i>	<i>Ruim (Peso 4)</i>	<i>Regular (Peso 6)</i>	<i>Bom (Peso 8)</i>	<i>Excelente (Peso 10)</i>
Em relação ao benefício recebido no atendimento às suas necessidades tendo em vista a continuidade de seus estudos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em relação ao seu grau de satisfação quanto às refeições oferecidas pelo RU	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em relação ao seu grau de satisfação em relação à moradia oferecida pela IFES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em relação às ações de saúde / psicológica oferecidas pela IFES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em relação ao seu rendimento acadêmico após ter sido contemplado com algum dos benefícios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em relação à sua satisfação de modo geral, quanto às ações da Assistência Estudantil, na IFES (transparência, comunicação, atendimento)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SOMATÓRIO					

MÉDIA FINAL (soma das notas e divisão por 6) _____

Descreva, sucintamente, se houver, sugestões de melhoria para o processo de Assistência Estudantil na IFES.

7.9. APÊNDICE I – Relatório Técnico

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL

INDICADORES NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Proposta para implantação

Helder de Lima Fava

Dourados/MS

Julho/2021

INTRODUÇÃO

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e fornece subsídios à permanência dos alunos nos cursos de graduação, bem como minimizar as desigualdades, reduzir as taxas de retenção e evasão, com vistas a contribuir à promoção da inclusão pela educação (BRASIL, 2010).

O inciso II do parágrafo único do artigo 5º do decreto dispõe sobre o requisito de que as instituições federais de ensino superior (IFES) devem fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES. Não obstante, o aperfeiçoamento das ações governamentais proposto pelas entidades públicas considera os indicadores como base instrumental ao diagnóstico, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (BRASIL, 2012).

Embora algumas IFES apresentem mecanismos que permitam o acompanhamento e avaliação do PNAES, os estudos reforçam o estágio inicial da discussão e lacunas (IMPERATORI, 2017; SOUZA; CINTRA, 2020). Logo, este relatório apresenta um conjunto de indicadores que podem ser utilizados na universidade (nível micro) para produzir informações que auxiliem na tomada de decisões por parte dos gestores, bem como produzir transparência e informações à sociedade em geral, como forma de acompanhar o resultado e impacto do PNAES.

SÍNTESE DO PROBLEMA

Averiguou-se a ausência de mecanismos de avaliação da política de assistência estudantil em algumas IFES no Brasil. A concessão de benefícios é realizada entre os alunos, mas em muitos casos não tem a disponibilização nem divulgação de dados quantitativos gerais, informações acerca do rendimento dos alunos assistidos, tampouco um acompanhamento mais efetivo da política pública em questão. Esta limitação é apontada por Eloi (2018) e por Imperatori (2017), quando apontam poucos estudos de caso sobre a assistência estudantil em termos de indicadores longitudinais.

A avaliação da política de assistência estudantil pode conduzir à continuação da mesma, à reestruturação de seus processos ou até mesmo a sua extinção (SECCHI, 2013). Além disso, infere-se o interesse que o governo tem no acompanhamento e avaliação de suas políticas públicas, pois os elementos oriundos desses processos podem fornecer informações sobre a qualidade das ações (CUNHA, 2018).

OBJETIVOS

Propor um conjunto de indicadores para avaliar e monitorar a política de assistência estudantil nas IFES do Brasil, criados a partir do modelo da Cadeia de Valor e os 6Es do Desempenho®, desenvolvido pelo Instituto Publix, que permite a construção de definições específicas do desempenho e visibilidade dos resultados por meio da eficiência, eficácia, efetividade, esforços, economicidade, execução e excelência (MARTINS; MARINI, 2010).



Como utilizar os indicadores?

Cada instituição poderá adequar os indicadores propostos neste relatório, de acordo com as suas realidades específicas e locais.

A Instituição da qual faço parte já possui indicadores. Em que essa proposta poderá me ajudar?

Os indicadores existentes podem ser comparados com os propostos e melhorados em alguns aspectos, a critério dos gestores e responsáveis.



Quais os ganhos para a Instituição?

Melhor acompanhamento e avaliação das ações e recursos destinados à assistência estudantil, em atendimento ao proposto pelo decreto do PNAES.



DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

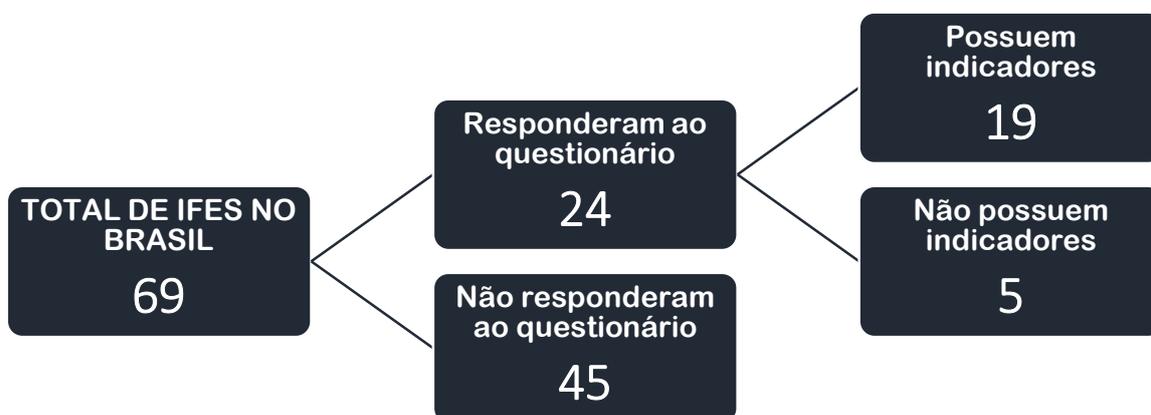
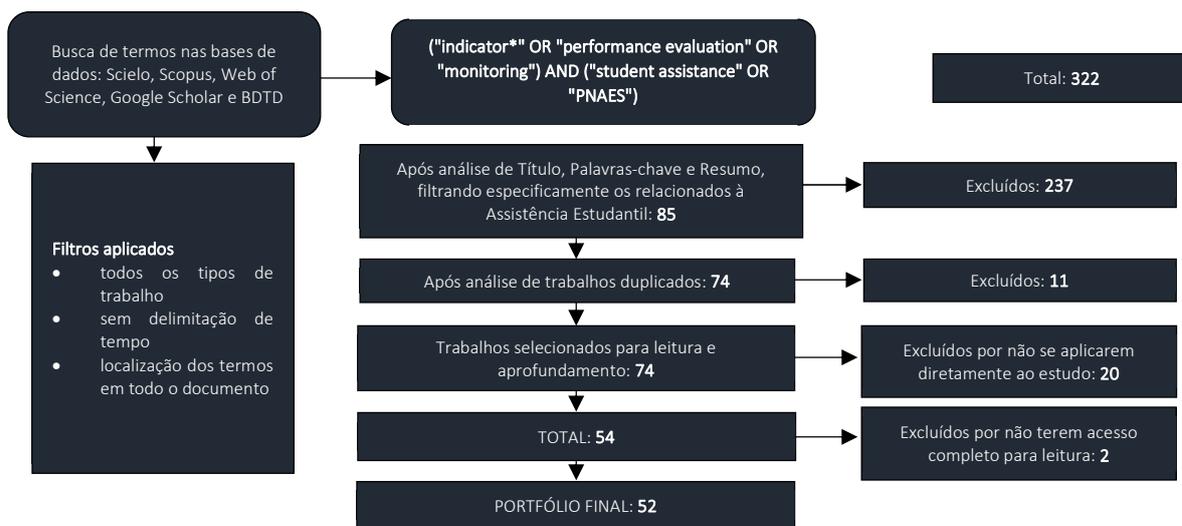


Como foi diagnosticado este problema?

Literatura e questionário enviado às 69 IFES do Brasil, pôde-se traçar o panorama da realidade dos indicadores no âmbito da assistência estudantil.



Quais foram os resultados encontrados?



RECOMENDAÇÕES DE INDICADORES

Os indicadores apresentados representam o pontapé para aquelas IFES que não apresentam mecanismo em suas estruturas, bem como podem ser utilizados como aprimoramento dos indicadores já existentes nas IFES.

INDICADOR – SATISFAÇÃO DO ESTUDANTE ASSISTIDO

Como calcular o indicador?

Média aritmética das notas de cada aluno pelo número de estudantes assistidos.

Qual a unidade de medida da fórmula de cálculo?

Média aritmética.

O que será medido com este indicador?

A satisfação do estudante assistido.

Qual o sentido do indicador?

Quanto maior, melhor.

Qual a meta proposta com este indicador?

Maior que 6.

Quem é o responsável pela coleta de dados?

Pró-Reitoria ou setor específico.

Onde esses dados podem ser obtidos?

Na pesquisa aplicada junto aos estudantes assistidos (disponível no final deste relatório).

Qual a periodicidade de divulgação do indicador?

Semestral.

1



INDICADOR – TAXA DE COBERTURA DO PNAES

Como calcular o indicador?

Pela razão entre o número de alunos com bolsas pela quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo.

Qual a unidade de medida da fórmula de cálculo?

Porcentagem.

O que será medido com este indicador?

Quantidade de alunos com renda per capita menor ou igual a um salário mínimo e meio, assistidos pelo PNAES.

Qual o sentido do indicador?

Quanto maior, melhor.

Qual a meta proposta com este indicador?

Maior que 75%

Quem é o responsável pela coleta de dados?

Pró-Reitoria ou setor específico.

Onde esses dados podem ser obtidos?

Inscrições dos alunos nos editais de seleção.

Qual a periodicidade de divulgação do indicador?

Semestral.

2



INDICADOR – EVASÃO PNAES

Como calcular o indicador?

Diferença do total de ingressantes pelo total de concluintes, no tempo de integralização

Qual a unidade de medida da fórmula de cálculo?

Porcentagem.

O que será medido com este indicador?

O número de estudantes desistentes cobertos pelo PNAES.

Qual o sentido do indicador?

Quanto menor, melhor.

Qual a meta proposta com este indicador?

0%

Quem é o responsável pela coleta de dados?

Pró-Reitoria ou setor específico.

Onde esses dados podem ser obtidos?

Relatório de Gestão ou Sistema Acadêmico.

Qual a periodicidade de divulgação do indicador?

Período de integralização do curso.

3



INDICADOR – SUCESSO DO ESTUDANTE ASSISTIDO

Como calcular o indicador?

Razão do total de alunos PNAES que se formaram pela quantidade de alunos cobertos pelo PNAES.

Qual a unidade de medida da fórmula de cálculo?

Porcentagem.

O que será medido com este indicador?

O número de estudantes PNAES concluintes.

Qual o sentido do indicador?

Quanto maior, melhor.

Qual a meta proposta com este indicador?

Maior que 75%.

Quem é o responsável pela coleta de dados?

Pró-Reitoria ou setor específico.

Onde esses dados podem ser obtidos?

Sistema Acadêmico.

Qual a periodicidade de divulgação do indicador?

Semestral.

4



INDICADOR – TEMPO DE ESPERA PARA RECEBIMENTO DO AUXÍLIO

Como calcular o indicador?

Média aritmética total do tempo médio (por aluno) do total de dias corridos entre a abertura do edital e a concessão do auxílio.

Qual a unidade de medida da fórmula de cálculo?

Dias (Média aritmética).

O que será medido com este indicador?

O tempo corrido entre a abertura do edital e a concessão do auxílio.

Qual o sentido do indicador?

Quanto menor, melhor.

Qual a meta proposta com este indicador?

Menor que 30.

Quem é o responsável pela coleta de dados?

Pró-Reitoria ou setor específico.

Onde esses dados podem ser obtidos?

Nos dados da inscrição e percepção do auxílio.

Qual a periodicidade de divulgação do indicador?

A cada edital ou mensal, se for fluxo contínuo.

5



INDICADOR – VELOCIDADE MÉDIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Como calcular o indicador?

Quantidade de alunos que se formaram no tempo normal (dentro do prazo de integralização: 4 anos ou 5 anos)

Qual a unidade de medida da fórmula de cálculo?

Porcentagem.

O que será medido com este indicador?

O tempo de integralização do estudante.

Qual o sentido do indicador?

Quanto maior, melhor.

Qual a meta proposta com este indicador?

Maior que 75%

Quem é o responsável pela coleta de dados?

Pró-Reitoria ou setor específico.

Onde esses dados podem ser obtidos?

No Sistema Acadêmico.

Qual a periodicidade de divulgação do indicador?

Semestral.

6



INDICADOR – TICKET MÉDIO POR ALUNO ASSISTIDO

Como calcular o indicador?

Razão do total do valor destinado para a IFES para pagamento de auxílios pelo número de estudantes (CPF) assistidos.

Qual a unidade de medida da fórmula de cálculo?

R\$

O que será medido com este indicador?

Os valores financeiros/orçamentários.

Qual o sentido do indicador?

Quanto maior, melhor.

Qual a meta proposta com este indicador?

A maior possível.

Quem é o responsável pela coleta de dados?

Pró-Reitoria ou setor específico.

Onde esses dados podem ser obtidos?

No Relatório de Gestão e extratos financeiros.

Qual a periodicidade de divulgação do indicador?

Semestral.

7



PROPOSTA DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO

ESTUDANTES ASSISTIDOS – PNAES

Identificação do estudante: _____

Matrícula: _____

Curso: _____

Qual auxílio você é beneficiado? _____

O auxílio que você recebe é pago em pecúnia ou ação? _____

Para as questões a seguir, assinale a que mais corresponde à sua percepção, partindo do conceito “Péssimo” até “Excelente”.

	Péssimo (Peso 2)	Ruim (Peso 4)	Regular (Peso 6)	Bom (Peso 8)	Excelente (Peso 10)
Em relação ao benefício recebido no atendimento às suas necessidades tendo em vista a continuidade de seus estudos	<input type="radio"/>				
Em relação ao seu grau de satisfação quanto às refeições oferecidas pelo RU	<input type="radio"/>				
Em relação ao seu grau de satisfação em relação à moradia oferecida pela IFES	<input type="radio"/>				
Em relação às ações de saúde / psicológica oferecidas pela IFES	<input type="radio"/>				
Em relação ao seu rendimento acadêmico após ter sido contemplado com algum dos benefícios	<input type="radio"/>				
Em relação à sua satisfação de modo geral, quanto às ações da Assistência Estudantil, na IFES (transparência, comunicação, atendimento)	<input type="radio"/>				
SOMATÓRIO					

MÉDIA FINAL (soma das notas e divisão por 6) _____

Descreva, sucintamente, se houver, sugestões de melhoria para o processo de Assistência Estudantil na IFES.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 19 jun. 2020.

____. **Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública.** Brasília: Coordenação de Documentação e Informação, 2012. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CUNHA, C. G. S. DA. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento.** v. 0, n. 12., 2018. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ELOI, S. DE S. S. **Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2018.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade.** n. 129, p. 285–303., 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>

MARTINS, H. F.; MARINI, C. **Um guia de governança para resultados na administração pública.** Brasília: Pubix Editora, 2010. ISBN: 978-85-63133-01-4.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. ISBN: 978-85-221-1353-8.

SOUZA, G. V. DE; CINTRA, R. F. Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil: análise da última década (2011-2019). **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.** Porto Alegre. 2020.

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP

Data de realização

19 de julho de 2021

Responsáveis

Acadêmico: Helder de Lima Fava

helder.lima989@academico.ufgd.edu.br



Orientador: Prof. Dr. Renato Fabiano Cintra

renatocintra@ufgd.edu.br

